

Apresentação

Este é o seu livro de História do Brasil. Nele, você encontrará os textos que serviram de base para os programas de TV.

Como aproveitar ao máximo este livro?

A primeira coisa que as pessoas que gostam dos livros fazem quando compram um é folheá-lo sem pressa, sem maiores compromissos.

Sugerimos que você faça isso. Passe os olhos nele despreziosamente. Veja como as aulas estão organizadas.

Já nesse primeiro contato, você perceberá que as aulas seguem um determinado modelo. Todas elas são divididas em seções. Há também algumas interrupções no texto.

Vejamos o que significa cada uma das seções e o porquê dessas interrupções.

Cada aula é dividida em três seções.

- Na primeira seção, **Abertura**, está enunciado o tema da aula. Muitas vezes, um documento de época abre essa seção. Leia com atenção esse documento. Nele estão contidas as questões que serão desenvolvidas no decorrer da aula. Outras vezes, as aulas começam contando um determinado caso que se relaciona, de alguma forma, com o tema da aula.
- Na segunda seção, **Movimento**, o tema da aula é desenvolvido. Ali aparecem os agentes sociais em ação, em movimento. O texto, em geral, é dividido em três ou quatro itens. Em cada um deles, procura-se explorar um determinado aspecto do tema. É também nessa seção que o texto sofre algumas **interrupções**, que têm por objetivo levar você a pensar sobre um determinado assunto relacionado ao tema da aula:

→ Em cada **Pausa**, você encontrará um exercício-desafio para responder. Consulte seus colegas e companheiros. Comente e discuta suas respostas. Como diz o ditado, “duas cabeças pensam melhor que uma”...

→ Em cada **Em Tempo**, procuramos acrescentar alguma informação que seja importante para o entendimento do texto. Por exemplo: dados numéricos, trechos de documentos históricos significativos e assim por diante.

- Com a terceira seção, **Últimas Palavras**, finalizamos o texto e levamos você para o tema da próxima aula.

Você vai reparar também que em todas as aulas há algum tipo de ilustração: mapas, desenhos, fotografias. Todo esse material também é importante para o seu estudo. Às vezes, uma boa imagem vale por muitas palavras.

Queremos que você fique atento à interação entre texto e ilustrações. Há algumas ilustrações que são importantes documentos de uma determinada época.

É preciso que você as explore em seus mínimos detalhes. Perceba a época em que a ilustração foi produzida, e guarde na memória o seu autor. Essas ilustrações são patrimônios da nossa cultura. Cuidar delas e valorizar seus autores é preservar nosso patrimônio.

Finalizado esse contato inicial com o seu livro, esperamos que você faça muito bom proveito dele. Aceitamos, de bom grado, críticas, elogios e sugestões.

Os autores

REALIZAÇÃO - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO - Helena Bomeny

CONCEPÇÃO E SUPERVISÃO - Aline Lopes de Lacerda, Américo Freire, Helena Bomeny, Marly Silva da Motta, Mônica Almeida Kornis

AUTORES DO VOLUME 1 - Américo Freire, Helena Bomeny, Marly Silva da Motta

AUTORES DO VOLUME 2 - Alexandra de Mello e Silva, Alzira Alves de Abreu, Américo Freire, Celso Castro, Dulce Pandolfi, Fernando Lattman-Weltman, Letícia Pinheiro, Marieta de Moraes Ferreira, Mário Grynszpan, Mônica Almeida Kornis, Mônica Velloso

EDIÇÃO DO TEXTO ORIGINAL: Dora Rocha

Parte I

Colônia, ou quando se constrói a América Portuguesa (1500-1822)

Na primeira parte do nosso curso vamos examinar os principais desafios enfrentados pelos portugueses na tarefa de conquistar, ocupar e explorar as suas terras na América. Nosso ponto de partida será a **grande viagem**, que trouxe portugueses e espanhóis a um mundo que lhes era totalmente novo, chamado por eles de América. Vamos ver como foi **o encontro desses dois mundos** tão diferentes, de que modo os europeus e os povos da América se relacionaram. Queremos que você compreenda como se deu o processo de **construção da América Portuguesa**, de que modo foram resolvidos os problemas de sua colonização. Problemas como o tipo de exploração econômica da terra, sua organização política e administrativa, mão-de-obra utilizada, formação religiosa, ocupação e configuração do território. Observe como a América Portuguesa foi-se compondo de **regiões diferentes** – Amazônia, litoral nordestino, o sertão, as Minas Gerais, São Paulo, o extremo sul –, cada uma delas com um tipo de ocupação e exploração próprio. Venha conosco... Vamos conhecer as raízes de uma terra que só muito tempo depois virou nação, virou Brasil.

Módulo 1

O encontro de dois mundos

Neste módulo, acompanharemos a viagem e a chegada dos europeus à América. Vamos analisar as novas condições econômicas, políticas, culturais e sociais que possibilitaram a **expansão marítima e comercial européia dos séculos XV e XVI**, Portugal e Espanha à frente. Vamos ver de que modo espanhóis e portugueses se relacionaram com a terra e os povos da América, e quais foram os resultados desse encontro de mundos tão diferentes.



A grande aventura da História

Durante um ano, um grupo de professores se empenhou em fazer um programa de História do Brasil que fosse bom e interessante para você. Pensamos em um programa que tivesse como motivação o tema da **viagem**.

Queremos que você viva essa viagem como uma grande aventura:

- uma aventura pelo **tempo**, porque a História trata de coisas que já se passaram, mas que permanecem em diversos registros, e também de coisas que estão à nossa volta;
- uma aventura pelo **espaço**, porque a História se movimenta por lugares muito distintos, nem sempre próximos uns dos outros;
- finalmente, uma aventura pela **cultura**, porque a História se faz das pequenas e das grandes invenções dos homens. As invenções políticas, os avanços tecnológicos, as mudanças econômicas, as criações artísticas, as notícias de cada dia...

A História se faz de tudo aquilo que deixa de ser apenas do mundo da natureza. Você sabe o que é isto?

Tudo aquilo que o homem toca e transforma em algo que tem sentido e utilidade para ele passa a fazer parte da História.

Quer um exemplo?

Uma casca de árvore é apenas uma casca de árvore até que alguém a transforme em um casco de barco, e com ele atravesse o rio, pesque, se mova nas águas.

Quer mais um exemplo?

Da mesma árvore, podemos tirar dois pedaços de madeira e com eles fazer um objeto em forma de cruz. Esse objeto pode não significar nada para muitas

pessoas. Para os cristãos, no entanto, ele é um símbolo importante. Os cristãos o associam a Cristo.

A cruz não é apenas um objeto feito de elementos naturais: ela tem um **sentido**, um **significado** especial, pelo menos para aqueles que comungam a mesma crença.

A História trata, assim, de um conjunto de pequenas e grandes coisas que passaram a ter um sentido diferente para os homens porque foram fruto de sua própria invenção.

Diante disso, você pode estar pensando: ora, tudo à minha volta é História, então...

Bom raciocínio, esse. Quem sabe poderíamos iniciar nossa conversa convidando você a pensar sobre o sentido que as coisas à sua volta têm para você e para a sua comunidade.

O que é apenas natural?

O que já tocamos e trouxemos para o nosso mundo humano, cultural?

Você também poderá perguntar: como conhecer outros tempos, outros espaços, culturas diferentes? Há um meio.

É que as pessoas passam, mas o que elas fizeram permanece. E como permanece? Pelo que chamamos de **documentos**. Documentos são registros visuais, como desenhos, pinturas, fotos, filmes. Registros escritos, como cartas, leis, contratos. Registros orais, como entrevistas ou depoimentos. Mas existem também registros arquitetônicos: prédios, ruas, monumentos. E há ainda os registros tecnológicos: as máquinas, os instrumentos de trabalho.

Veja só quantos registros. É através deles que vamos viajar.

Você está convidado a embarcar, nas 40 aulas que se seguem, na aventura dessa grande viagem. A História, como você já deve estar pensando, é feita de movimento. Venha conosco para o embarque. Preste atenção! Serão muitos personagens, muitos lugares, muitas imagens, muitas associações, muita cor...

Venha!

Por onde viajaremos?

Iniciaremos nossa viagem por um momento em que o Brasil ainda não era Brasil.

Isso mesmo. O Brasil não nasceu Brasil. Ele foi se tornando Brasil. Era antes um “maravilhoso” pedaço de terra, como disseram os viajantes que aqui chegaram, cheio de coisas desconhecidas para os que o viam pela primeira vez.

Mas, para os que já habitavam a terra, tudo era familiar.

AULA
1

Nossa primeira parada, portanto, será para assistir a uma cena singular: estrangeiros encontrando-se com estranhos... Aqueles homens da Europa, brancos, que se puseram ao mar com a ajuda do rei de Portugal, encontraram uma terra para eles desconhecida e, ao mesmo tempo, viram-se diante de pessoas diferentes, com hábitos muito diferentes dos seus.

Depois desse primeiro encontro, muitos outros aconteceram, devido ao interesse dos estrangeiros, que queriam levar daqui produtos valiosos para o mercado europeu. Os portugueses começaram a se preocupar com a segurança da terra, e se apressaram em fazer dela uma colônia.

Chamaremos essa colônia de **América Portuguesa**. Esse primeiro ponto da viagem está longe de nós no tempo, mas foi o de mais longa duração.

A colônia portuguesa na América durou três séculos. Você sabe o que são três séculos? São 300 anos de convivência.

Vamos pensar um pouco sobre isso? Se os europeus chegaram aqui em 1500, e só três séculos depois o Brasil se tornou independente, muito do que somos hoje deve ter suas raízes ali, no período colonial. Muitos dos nossos hábitos, crenças e comportamentos nasceram naquela época.

No segundo grande momento da nossa viagem, assistiremos a uma transformação: a América Portuguesa se torna independente de Portugal, e surge um país chamado Brasil.

Quem, que instituição, que legislação iria organizar esse novo país?

Veremos como o Império cuidou de fazer da colônia um **Estado nacional**. Se, no período colonial, tudo girava em torno da economia – que produtos levar daqui para o mercado europeu, quantos escravos africanos comprar, que lucro tirar das vendas –, agora a **política** ocupará o lugar central.

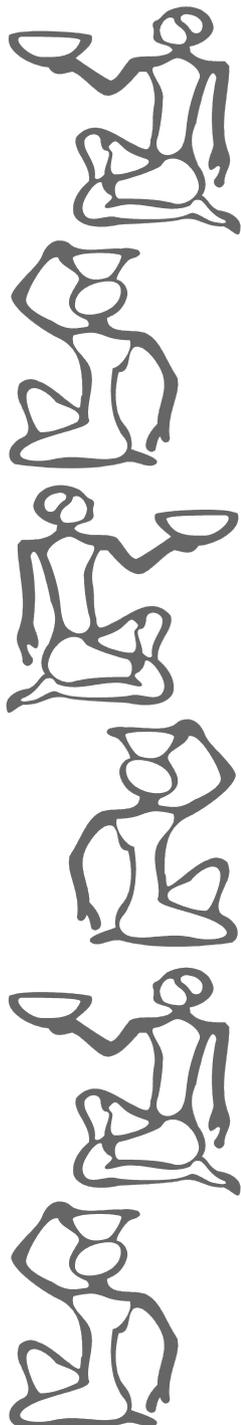
Daquele período herdamos muitas das nossas convicções de hoje. Por exemplo: a idéia de que uma autoridade central deve conduzir a sociedade, de que todas as soluções para os nossos problemas devem vir do Estado.

Pois bem. Chegamos a um ponto em que já sabíamos **o que** produzir para alimentar nossa economia, já tínhamos um **Estado** para garantir a ordem da sociedade e a unidade do território, mas ainda não tínhamos nossa cara própria... Quem somos nós? O que faz os brasileiros diferentes dos outros? Como devemos nos apresentar?

A última etapa da nossa viagem será a **República**, uma época em que nos preocupamos em definir nossa imagem, nossa **identidade**.

O que faz o Brasil ser Brasil? Somos uma nação de brancos? De pretos? De índios? Somos uma mescla de povos dos mais distantes lugares, que aqui se enraizaram?

Uma coisa que sabemos do Brasil é que o país é grande e, por isso mesmo, diferente em suas características locais. Como se desenha então a fisionomia



de um país grande, variado, complexo? Com todos os grupos que ali vivem? Com todas as invenções que esses grupos criam?

O que mais se parece com o Brasil, os nordestinos ou os sulistas? O Pantanal ou o litoral? A Bahia? O Rio de Janeiro? Juazeiro? São Paulo? Qual a festa que mais representa o Brasil? A do bumba-meu-boi? O baile funk? A quadrilha de São João? Ou as procissões do Divino? O que dizer das festas da Umbanda?

Tantas perguntas, e estamos longe de dar conta desse imenso território que é o Brasil... Você mesmo, aí em sua cidade, pode reclamar de termos deixado escapar uma festa importante da sua cultura local...

Essas perguntas sobre o que mais fielmente traduz a fisionomia do Brasil borbulharam nas primeiras décadas da República. Era preciso saber não só o que mais traduzia o jeito de ser do país, mas também **qual** região melhor expressava a identidade nacional.

Chegava a vez de os Estados se apresentarem. A política republicana, diferente da imperial, se caracterizou pela descentralização. Vem daí um dos traços da nossa cultura que até hoje se manifesta vivamente: o **regionalismo**. Que Estado influi mais na política, que região mais se assemelha ao que chamamos Brasil, de onde vem a maior riqueza?

O último ponto da viagem nos deixará em nosso tempo presente. As perguntas que nos fazemos hoje são essas que mencionamos e muitas outras que, esperamos, você fará a partir do curso.

O que temos aprendido com nossa História? Como nos tratamos uns aos outros? Que lugar as mulheres ocupam na sociedade? Como escolhemos quem vai nos governar? Que respeito temos pelos nossos velhos? Como tratamos nossas crianças?

Como evoluímos desde que aqui chegaram os europeus? Como tratamos o que construímos ao longo de toda a nossa História? Guardamos na nossa memória tudo aquilo que nossos ancestrais fizeram antes de nós? Sabemos o que temos? Conhecemos o Brasil? O que sabemos do nosso país?

Antes de começar a viagem, deixamos para você a sugestão gráfica do roteiro que vai percorrer. Preste atenção na distribuição dos pontos da viagem. Pense sobre ela, e tire suas conclusões.

Será que o que somos hoje tem relação com o que o quadro abaixo nos mostra?

| VIAGEM PELA HISTÓRIA DO BRASIL | | |
|---|---|---|
| PERÍODO COLONIAL | IMPÉRIO | REPÚBLICA |
| Monarquia e escravidão 1500 → 1822 322 anos | Monarquia e escravidão até 1888 1822 → 1889 67 anos | República e trabalho livre 1889 aos dias de hoje 106 anos |

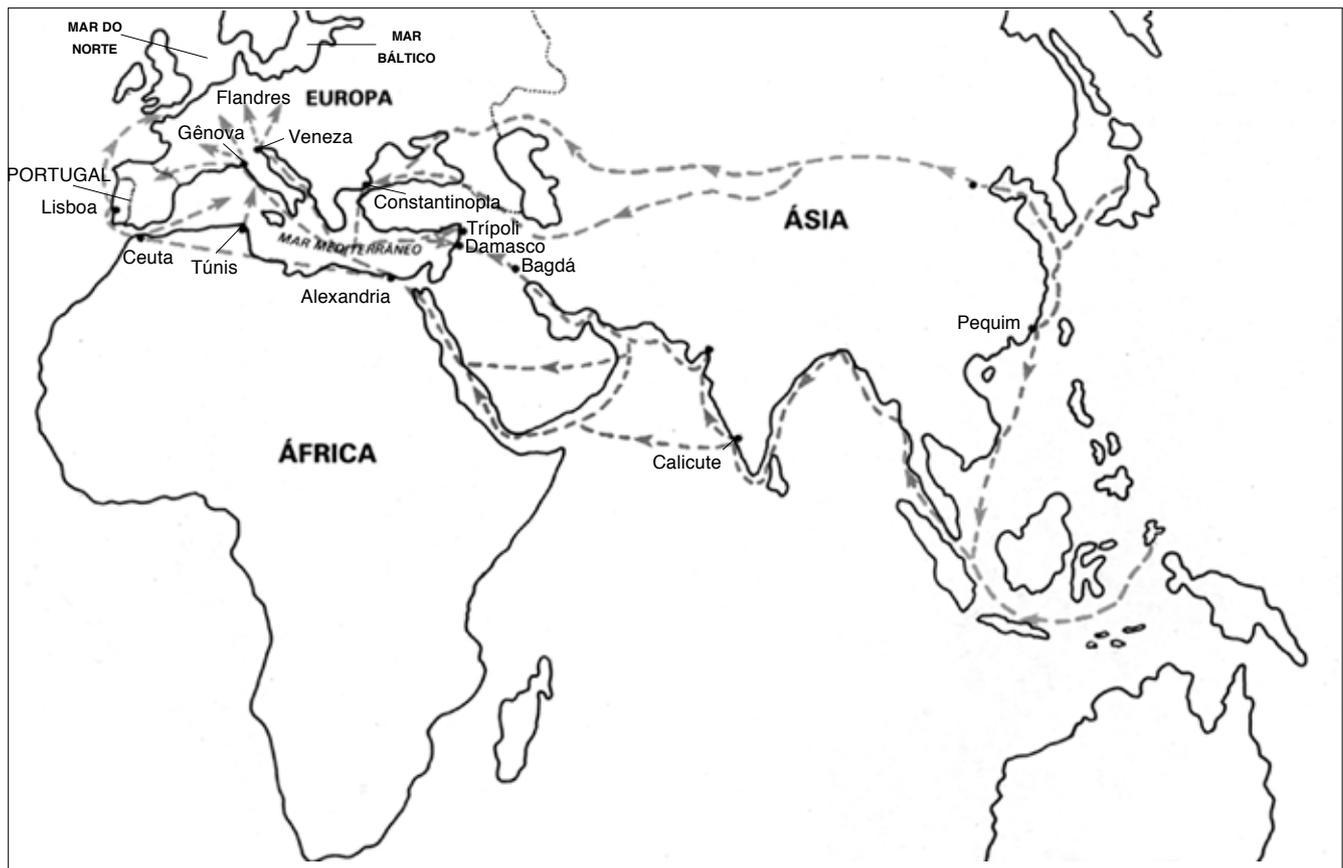
A grande viagem

Abertura

Navegar é preciso, viver não é preciso...

É possível que você reconheça a frase em destaque como um trecho da música *Os argonautas*, de Caetano Veloso. O que você talvez não saiba é que esse era o lema dos antigos navegadores portugueses. As grandes navegações inspiraram muitos autores. Um deles foi Luís de Camões, considerado o maior poeta da língua portuguesa. Camões viveu no século XVI, entre 1524 e 1580. Em *Os Lusíadas*, procurou louvar as grandes conquistas de Portugal por “mares nunca dantes navegados”.

Você aprendeu quando criança que, em 1500, depois de uma longa viagem, a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral chegou a uma “graciosa” terra que mais tarde se chamaria Brasil. Nesta aula você também vai viajar... Por meio dos mapas, vai conhecer as rotas das especiarias. Vai navegar com os portugueses pelos caminhos da África e das Índias.



A relação dos portugueses com o mar é muito antiga: vem desde o século XIII (1201-1300), fruto da pesca e da extração do sal. Pequenas cidades surgiram no litoral português, e um intenso comércio aí se desenvolveu, fazendo crescer um ativo grupo de comerciantes.

No resto da Europa, embora a maior parte da população vivesse da agricultura, a atividade comercial também se expandia. Esse crescimento do comércio europeu se devia ao reatamento das relações com o Oriente e à crescente navegação pelo mar Mediterrâneo, no sul da Europa.

Do Oriente eram comprados, além de artigos de luxo – seda, porcelana, jóias –, outros produtos muito procurados pelos europeus: arroz, laranja, damasco, figos, pau-brasil, algodão.

Mas as mercadorias que despertavam maior interesse eram as **especiarias**: cravo, canela, pimenta, gengibre, açúcar. Usadas na alimentação, na perfumaria e como remédio, as especiarias eram fáceis de transportar e proporcionavam um lucro imenso.

Para o Oriente eram vendidos tecidos de lã, madeira de construção e armas.

Olhe o mapa e observe a localização geográfica das cidades italianas de **Gênova** e **Veneza**. Não parecem bem localizadas para controlar o comércio no Mediterrâneo? Mas, preste atenção... É verdade que a boa situação geográfica ajuda muito, mas não é tudo. Os ativos mercadores de Gênova e Veneza já mantinham, havia muito tempo, relações comerciais com os orientais, principalmente com os **muçulmanos**, que dominavam a navegação no Mediterrâneo.

Seguidores da religião islâmica e inimigos ferozes dos cristãos europeus, contra quem guerrearam durante séculos, nem por isso os muçulmanos deixaram de comerciar com os italianos. Intermediárias do comércio entre a Europa, o Oriente próximo e as Índias distantes, as cidades italianas enriqueceram. Os lucros eram enormes: as mercadorias orientais eram compradas por um preço e revendidas, no resto da Europa, por preços muito mais altos.

No norte da Europa, o comércio também era intenso, embora não tão rico quanto no Mediterrâneo. No mar do Norte e no Báltico, os navios iam de um ponto a outro para apanhar peixe, madeira, peles e couros. O mais importante centro desse comércio era a região de **Flandres**, na atual Bélgica, onde se desenvolveu uma poderosa manufatura de tecidos de lã. Mercadores e artesãos flamengos logo conquistaram fortuna e poder.

Olhe outra vez o mapa do comércio internacional. Observe como foi possível o estabelecimento de rotas ligando Flandres às cidades italianas do sul. Imagine a grande quantidade de artigos produzidos no norte que poderia ser negociada com os produtos caros e diferentes do Oriente. Era preciso, no entanto, escolher uma região central onde mercadores do norte e do sul pudessem realizar seus negócios. Foi escolhida a planície de Champagne, que fica na França de hoje, onde se realizavam grandes **feiras** anuais.

Você pode imaginar o desenvolvimento do comércio sem moeda? Você acha simples trocar um barril de vinho por um saco de trigo? Pense...

O dinheiro é aceito por todos: pode ser trocado por qualquer coisa. Por isso, a **moeda** foi ganhando cada vez mais valor. E, pouco a pouco, foi crescendo o poder da **burguesia**. A burguesia – grupo social composto de comerciantes, banqueiros, artesãos – possuía riqueza em moeda e habitava as cidades, também chamadas **burgos**.

Segundo Leo Huberman, nas feiras eram realizados muitos negócios em dinheiro.

No centro da feira, pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se as muitas variedades de moedas; negociavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas antigas. Aí os banqueiros da época efetuavam negócios financeiros de tremendo alcance. Suas operações cobriam negócios que se estendiam por todo o continente. Entre seus clientes contavam-se papas e imperadores, reis e príncipes, Estados e cidades.

Leo Huberman, História da riqueza do homem, p. 35

Pausa

Vamos fazer uma viagem no tempo...

Voltemos à Europa do século XIII. Encontraremos a maior parte da população morando no campo, explorando a terra, vivendo da agricultura, da caça e criação de animais.

Os **nobres feudais** – duques, condes, barões, marqueses, príncipes – eram os senhores da terra, o chamado **feudo**. Os nobres tinham enorme poder sobre os **servos**. Em troca do uso da terra para produzir alimentos, os servos deviam obediência e pagavam pesados impostos ao senhor feudal.

A **Igreja Católica** era a maior senhora feudal da Europa Ocidental e, além de deter o poder espiritual, era muito rica.

Mas você já sabe que algo de novo aconteceu nessa Europa feudal. Volte ao texto. Releia com atenção e veja **que transformações marcaram a sociedade européia** – e portuguesa, é claro – nesse momento.

Seria natural pensar que no século seguinte, o século XIV (1301-1400), o comércio tivesse crescido ainda mais. Mas não foi bem assim... Você vai ver que a história do homem se faz por avanços e recuos. No século XIV, o comércio europeu encolheu. O que teria provocado esse declínio?

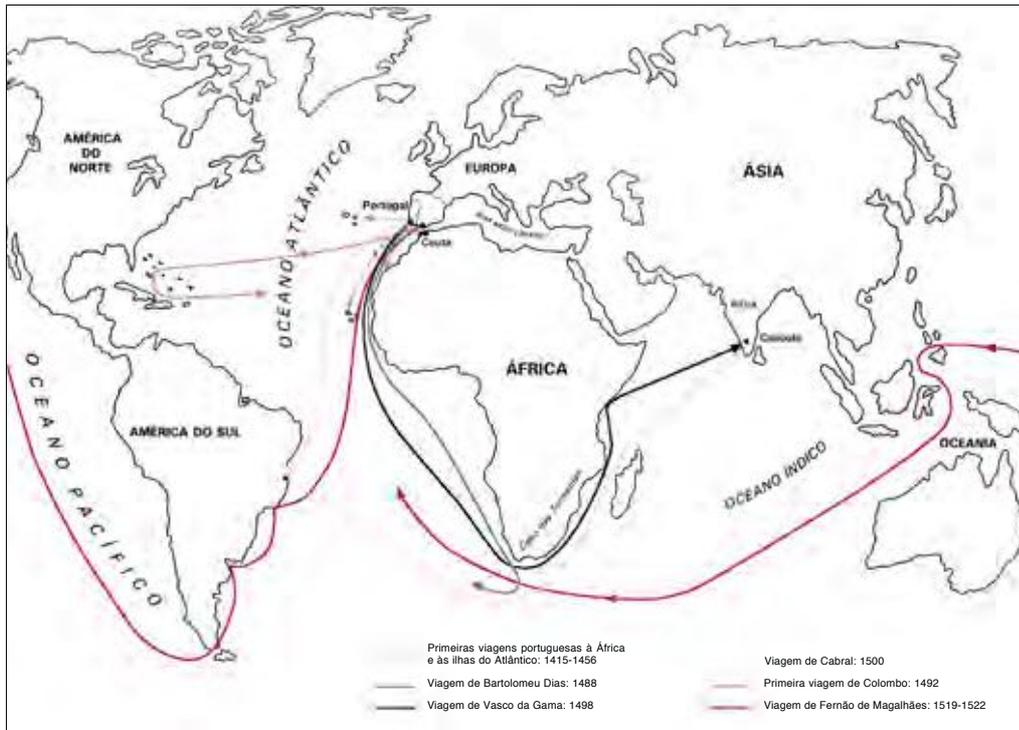
Vários fatos podem explicar a crise do século XIV, conhecido como o **século da fome**. Guerras devastaram a Europa; a mais terrível foi a **Guerra dos Cem Anos** – que, de 1337 a 1453, colocou ingleses contra franceses. Os servos se rebelaram contra o aumento da exploração que sofriam dos nobres. Os campos foram abandonados, a produção de alimentos diminuiu, as pessoas morriam de fome. Doenças, como a temida **peste negra**, chegaram a eliminar um terço da população européia.

Você acha que as feiras, as rotas do comércio que atravessavam a Europa de norte a sul, puderam ser conservadas? Muito difícil, com todas essas guerras, rebeliões, epidemias... Como, então, manter o comércio entre o norte e o sul da Europa?

Voltando aos mapas, é fácil observar que, por via marítima, era possível fugir da devastação que arrasava as estradas. Veja que essa solução vai se revelar bastante favorável a Portugal. À beira do oceano Atlântico, a meio caminho entre o norte da Europa e as cidades italianas do sul, Portugal tornou-se passagem obrigatória para as embarcações que trafegavam nos dois sentidos.

Os portos portugueses passaram a abrigar comerciantes e navegadores de todos os pontos da Europa, favorecendo o intercâmbio de mercadorias e de informações. Iniciava-se, então, o deslocamento do centro comercial do Mediterrâneo para o Atlântico.

No século XV (1401-1500), beneficiado pelos lucros e pela experiência que obteve como intermediário no comércio do Atlântico norte, Portugal pôde



se dedicar a um empreendimento mais importante, e mais arriscado também. Seu objetivo agora era deixar de ser intermediário e partir para a conquista de novas terras, novas fontes de comércio e de exploração de riquezas. O primeiro alvo dessa expansão foi a cidade de **Ceuta**, no **norte da África**.

A escolha de Ceuta deveu-se a vários motivos. Consultando o mapa, você pode perceber um deles: a **proximidade geográfica**. Para quem estava começando, o primeiro passo deveria ser pequeno.

Mas isso não era o principal. Os interesses comerciais falaram mais alto. Ceuta era um importante centro de comércio de mercadorias orientais de luxo e de produtos africanos – como ouro e marfim – que possuíam enorme valor para o comércio europeu.

A conquista dessa cidade africana, em 1415, significaria a obtenção de enormes lucros para o rei, a nobreza e os comerciantes portugueses, que uniram seus recursos para financiar a viagem e a guerra contra os mouros.

Você já deve ter ouvido a expressão “trabalhar como um mouro”, indicando uma pessoa que trabalha de sol a sol.

Mouros eram populações que habitavam o norte da África e que seguiam a religião muçulmana. Inimigos dos cristãos, durante séculos ocuparam a península Ibérica, onde se localizam Portugal e Espanha.

Derrotados pelos portugueses no século XIII, muitos mouros se tornaram escravos. Daí vem a palavra “mourejar”, que significa trabalhar muito.

A vitória contra os mouros, habitantes de Ceuta, tinha um outro importante significado para os portugueses, especialmente para a rica e poderosa Igreja Católica. Essa vitória foi vista como uma forma de destruir os “infiéis”, ou seja, aqueles que não seguiam a fé católica. Derrotar os infiéis em Ceuta, portanto, significou glória para a Igreja, terras e títulos para os nobres, poder para o rei, fortuna para os burgueses e, para os marinheiros e soldados, a perspectiva de uma vida melhor e mais cheia de aventura.

Em tempo

O sucesso em Ceuta animou Portugal a prosseguir a expansão por outros pontos da África, começando pelas ilhas da **Madeira** (1419) e dos **Açores** (1432). Nelas, os portugueses adquiriram enorme experiência colonizadora, posteriormente aplicada na América. Utilizando a mão-de-obra escrava dos habitantes das ilhas e contando com investimentos de capital de Gênova, os portugueses estabeleceram ali uma lucrativa produção açucareira. Os lucros obtidos nessa atividade é que permitiram a continuação da expansão africana.

O próximo alvo foi o **litoral africano**, onde os portugueses construíram uma série de **feitorias** – fortes destinados ao comércio. Os portugueses não pretendiam ocupar a África: o que eles desejavam era estabelecer relações comerciais com os chefes africanos, a fim de obter ouro, marfim e, principalmente, escravos, que eram levados para trabalhar em Portugal.

Em 1443, o navegador Nuno Tristão atingiu a baía de Arguim, terminal de uma rota que levava a Tombuctu, um dos centros do comércio africano em que se encontravam escravos, sal e ouro.

Volte ao mapa e siga o caminho da expansão portuguesa rumo ao sul da África. Observe como, pouco a pouco, a chegada às **Índias** por via marítima foi se tornando possível. Acompanhe... Em 1498, dez anos depois de Bartolomeu Dias contornar o temido Cabo das Tormentas – que então passou a ser chamado de Cabo da Boa Esperança –, a esquadra do navegador **Vasco da Gama** chegou a **Calicute**. Esse era um importante ponto do comércio de especiarias controlado pelos muçulmanos.

Mais uma vez, os portugueses deviam enfrentá-los. A tentativa de estabelecer relações comerciais com o chefe de Calicute fracassou. Usando de violência, Vasco da Gama acabou trazendo para Lisboa uma verdadeira fortuna em especiarias e demais produtos orientais. Estava aberta, assim, uma nova rota para as Índias, mais rápida e mais barata. Isso significou fortuna e poder para os portugueses, crise e decadência para as cidades italianas e para o norte da Europa.

Saber para navegar

Entendeu agora por que, para os portugueses, navegar era mais importante do que viver? O mar não era só promessa de riqueza; era também perspectiva de aventura, oportunidade de conhecer novos mundos. Para além da Europa rural, onde a Igreja controlava tudo e todos, deveria haver novas terras e novos povos.

O medo caminhava junto com a esperança. Medo do desconhecido, dos mares bravios e distantes que engoliam embarcações e homens. Esperança de enriquecer, de fazer uma vida diferente. O importante era ter fé no **poder do homem** e no **progresso da ciência**.

Em tempo

Em 1961, o russo Yuri Gagarin foi o primeiro homem a fazer uma viagem espacial. Oito anos depois, em 1969, os americanos chegaram à Lua. Para isso, foi necessário muito investimento em ciência e em tecnologia.

As viagens espaciais eram diferentes de tudo quanto até então se conhecia. Novas naves foram desenhadas. Roupas, alimentação e objetos foram especialmente criados. Astronautas rigorosamente treinados pilotavam as naves utilizando computadores modernos. Tudo mudou. E o que mais mudou foi a crença do homem em sua própria capacidade. Para o poder da criação humana, nem o céu era mais o limite.

Para se lançar às grandes navegações, os portugueses também precisavam mudar. Não bastava a proteção de Deus. Eles precisavam de boas embarcações como a **caravela**, leve e veloz, própria para aproximações em terra firme. Precisavam de **mapas** mais detalhados, **cartas náuticas** mais precisas e instrumentos de navegação mais desenvolvidos, como a **bússola**. Precisavam de armas mais poderosas: o uso da **pólvora** lhes deu as armas de fogo com as quais seriam capazes de enfrentar os perigos do desconhecido. E precisavam, sobretudo, confiar na capacidade do homem de dominar a natureza.

Isso parece fácil, hoje. Mas nos séculos XIII e XIV era muito difícil. E você sabe por quê? A maioria das pessoas achava que o homem, cheio de pecados, só deveria existir para a glória divina. A Igreja Católica, muito poderosa, glorificava Deus (teocentrismo; *teo* = Deus). A fé valia mais que a ciência. Como, então, o homem poderia navegar? Pense... Era preciso mudar. E mudou.

Desde o século XIV, desenvolvera-se nas cidades italianas o **humanismo**, movimento de um grupo de homens cultos que pregava a **glorificação do homem**. Para eles, o homem era o centro do universo (antropocentrismo; *antropo*=homem).

Esses **humanistas** buscavam inspiração na antiga cultura greco-romana, que tinha o ser humano como valor máximo. Por isso, **Renascimento** foi o nome dado ao movimento que, nas artes, na ciência e na literatura, buscou divulgar valores mais ligados à vida terrena, ao individualismo, ao racionalismo, à experimentação e ao espírito científico. Indagava-se, duvidava-se, experimentava-se, confiava-se na capacidade do homem de pensar e fazer coisas novas. Era todo um **modo novo** de ver e viver o mundo, mais de acordo com a nova economia comercial e monetária. O homem, agora, não sonhava apenas com o paraíso no céu: passou a buscar o paraíso na terra.

Entendeu por que as grandes viagens atraíam tantas pessoas para o mar? Você já deve estar se lembrando do nosso grande poeta português, Camões, que tanto acreditava no poder do navegador luso de conquistar o mundo. Camões foi o principal escritor do Renascimento em Portugal.

Muitas invenções e descobertas. Novas idéias e ideais. Os europeus começavam a pensar diferente.

Mas... como tudo isso seria conhecido? Os meios de comunicação da época eram muito simples; na maior parte das vezes, a transmissão de conhecimento era feita de boca em boca.

Por tudo isso, a invenção da **imprensa**, em 1455, foi um fato fundamental. Volte ao texto e reflita sobre a importância da expansão da comunicação escrita nesse momento.

Pausa

Pouco a pouco estamos completando o quadro que permite compreender por que um pequeno país do oeste europeu tornou-se o pioneiro da expansão marítima. Falta ainda uma peça muito importante, da qual falaremos logo adiante.

Comandar para navegar

Mais uma vez, voltemos a Camões. Em *Os Lusíadas*, ao narrar a epopéia portuguesa na conquista dos mares, o poeta destacou o papel do **rei** nesse processo. Pense um pouco... Você já deve ter observado que a expansão portuguesa foi um processo caro e complicado, que exigia muitos recursos financeiros e humanos: dinheiro para construir e equipar as caravelas, para contratar os melhores navegadores, geógrafos, cartógrafos, físicos...

Em tempo

Os historiadores Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo destacam que

na Europa de então, somente esse reduzido grupo de homens tinha intimidade com os segredos do oceano – ventos, marés, influência dos astros, sinais de terra, cheiros, correntes e tempestades – e experiência em lidar com as novas rotas, com instrumentos náuticos, com as caravelas, com os povos, animais e paisagens encontrados havia pouco. Somente os marinheiros reuniam coragem suficiente para se aventurar durante meses, nas piores condições possíveis, em direção a desconhecido, com as cabeças povoadas de lendas sobre aterradoras monstros marinhos, sereias traiçoeiras, abismos logo após o fim da Terra, zonas tórridas que queimavam os miolos e enegreciam os seres humanos...

Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo, *No tempo das caravelas*, p. 69-70

Montar uma esquadra, portanto, exigia anos de preparação para a acumulação de capitais e a formação de pessoal técnico. O comando de todo esse processo devia ficar nas mãos fortes do **rei**.

Em torno da Coroa, organizaram-se os setores sociais mais importantes da sociedade portuguesa: a nobreza, a Igreja, os comerciantes, os funcionários públicos. Nisso, mais uma vez, Portugal foi pioneiro. No século XIV, enquanto outras regiões da Europa, como a França e a Inglaterra, dividiam-se em guerras entre nobres e o rei, a Coroa portuguesa pôde unificar o país e colocá-lo sob seu comando. O estabelecimento do poder absoluto do rei nos outros países da Europa foi um processo longo e difícil, que só se consolidou no século XVI.

As iniciativas da Coroa portuguesa para favorecer as grandes navegações foram decisivas. Um exemplo: o príncipe d. Henrique (1394-1460) organizou, em Sagres, um centro de encontro de estudiosos e técnicos em navegação, para que fossem discutidos os rumos futuros da expansão. Comandante da Ordem de Cristo, o rei português podia mobilizar recursos da Igreja. Arrecadador de impostos dos ricos burgueses, o Tesouro Real era o único capaz de bancar um empreendimento tão arriscado.

É claro que, como maior investidora, a Coroa era também quem mais deveria ganhar com a expansão. Daí a presença constante do próprio rei no porto de Lisboa, à espera das caravelas que vinham da África, das Índias e da América.

Você deve estar se perguntando: e a América?

Afinal, você sabe desde criança que a América foi descoberta pelos espanhóis, sob o comando de Cristóvão Colombo, navegador de Gênova.

Como os espanhóis chegaram à América antes dos portugueses? Que condições permitiram à Espanha disputar com Portugal a supremacia da conquista do “novo mundo”? Como se deram os primeiros contatos entre culturas tão diferentes, a espanhola e a nativa? Quem eram os nativos?

Exercício 1

Releia o item **Navegar é preciso**. Faça uma relação das principais transformações que ocorreram na economia e na sociedade da Europa, entre os séculos XIII e XV.

Exercícios

Exercício 2

Faça um resumo das etapas da expansão marítima portuguesa.

Exercício 3

Releia o item **Saber para navegar** e enumere as invenções e descobertas científicas que permitiram aos europeus se lançar às grandes navegações.

Exercício 4

Releia o item **Comandar para navegar** e explique a importância do papel do rei no processo de expansão marítima portuguesa.



A chegada à América: nomes, relatos e imagens

Abertura

*E*ntendeu ainda que, mais além, havia homens com um olho só, e outros com focinho de cão.

Quem entendeu tais prodígios foi o “almirante”. Era assim que **Cristóvão Colombo** chamava a si próprio. A frase foi tirada das anotações feitas por ele em seu diário, no dia 4 de novembro de 1492. Colombo “viu” coisas ainda mais extraordinárias naquela terra desconhecida, à qual chegara no dia 12 de outubro. Viu sereias, amazonas, homens com cauda... Tudo registrado em detalhes nos seus muitos escritos – pois, além do diário, Colombo escreveu cartas a amigos navegadores e enviou longos relatórios aos reis da Espanha, que patrocinaram sua viagem.

Você pode até achar que se tratava de uma imaginação muito fértil. Mas... pense um pouco. Os europeus sempre souberam da existência da África e das Índias. Mas a América, para eles, só poderia mesmo existir na imaginação. A chegada de Colombo à América foi, sem dúvida, **o encontro mais surpreendente da nossa História.**

Nesta aula vamos falar de Cristóvão Colombo, que era navegador de Gênova, e da **Espanha**, país que financiou os seus projetos de chegada às Índias. Levaremos você a viajar com o genovês e a conhecer as dificuldades da viagem. Depois da viagem, a chegada – a surpresa, o encantamento, **a vontade de conhecer e de contar o que havia na “nova” terra.**

Finalmente, descobriremos o “velho” mundo que era a América, e suas antigas civilizações: os **incas**, os **maias** e os **astecas**.

Movimento

A viagem

Quem era Cristóvão Colombo?

Em 1992, por ocasião da comemoração dos 500 anos do “descobrimento” da América, apareceram vários filmes e livros contando a história do “descobridor”. Talvez você já tenha visto um desses filmes, ou lido algum livro sobre o assunto. Vamos, então, resumir essa história.

Colombo nasceu na cidade italiana de Gênova – que, como você viu na aula anterior, era um dos mais importantes centros de comércio com o mundo oriental. Desde pequeno, Colombo ouvira falar de **Marco Polo**, comerciante de Veneza que durante longos anos percorrera o império chinês, mantendo contatos com o imperador, o Grande Can. Chegar ao Extremo Oriente –

as famosas **Índias** – por um novo caminho tornou-se o grande sonho do jovem Colombo.

Conhecer novas terras, contar as **aventuras** vividas nas longas viagens eram fortes incentivos para os navegadores do século XV. Mas não era só isso. Volte à aula anterior e veja que outros interesses igualmente atraíam os europeus para regiões distantes.

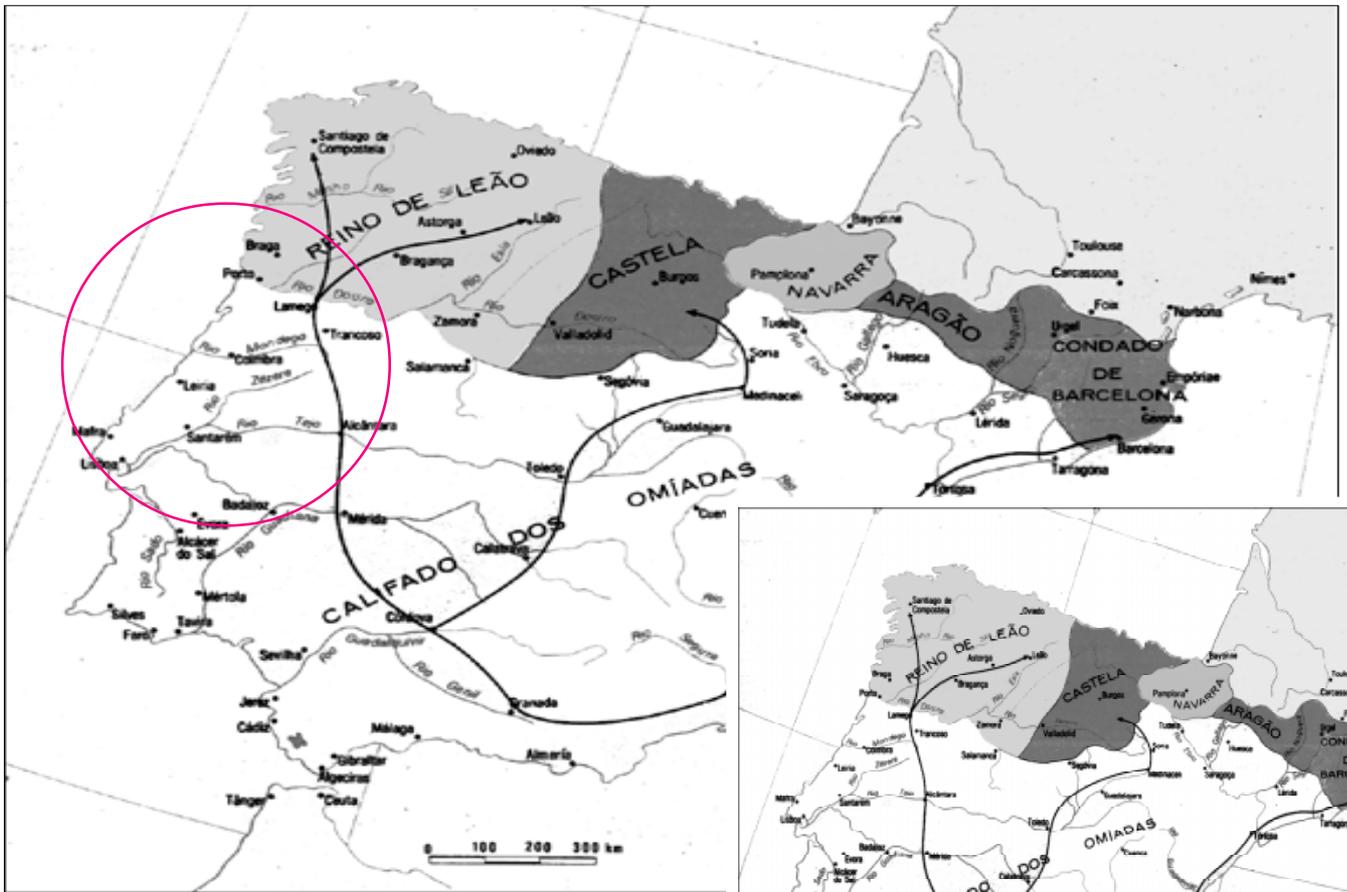
Colombo não era diferente. Ele também ambicionava o **ouro** e acreditava na **expansão da fé cristã** em terras pagãs – que não conheciam a palavra de Deus – ou em terras habitadas por infiéis, como os muçulmanos.

É possível que você já esteja se perguntando por que Colombo não conseguiu apoio financeiro para a sua viagem na própria Gênova, que era um importante centro de navegação e de comércio. Pense um pouco no que falamos sobre Gênova na aula anterior. Será que interessaria aos comerciantes genoveses investir no projeto de Colombo de encontrar um novo caminho para as Índias? Lembre-se: junto com os comerciantes de Veneza, os genoveses já controlavam a rota das especiarias.

Além do desinteresse, havia também a desconfiança de que as idéias de Colombo estivessem erradas. Partindo da crença de que o mundo era redondo – naquela época, não se tinha certeza da forma da Terra –, Colombo acreditava que poderia chegar ao Oriente navegando em direção ao Ocidente. Difícil entender? Imagine para os genoveses!

Uma outra pergunta deve estar martelando a sua cabeça: por que a Coroa espanhola resolveu financiar Colombo, permitindo que ele pusesse em prática seu projeto? Para responder a essa questão é preciso entender a situação da Espanha no século XV. Observe, abaixo, o mapa da Espanha. Note que, ao lado de vários reinos cristãos, havia, no sul, uma área dominada pelos mouros.

O mapa maior mostra a presença dos muçulmanos na Europa cristã. No círculo, a divisão da península Ibérica entre muçulmanos e cristãos. O mapa menor mostra, ao norte, os reinos cristãos na península Ibérica. As rotas representam as campanhas de conquista dos muçulmanos nos séculos IX e X.



Aragão e Castela eram regiões prósperas, pois possuíam cidades portuárias onde se desenvolviam atividades marítimas e comerciais. No litoral atlântico da África, os castelhanos conquistaram as ilhas Canárias, em aberta concorrência com os portugueses. O casamento de Fernão (príncipe de Aragão) com Isabel (princesa de Castela), em 1469, e a expulsão dos mouros de Granada, em 1492, deram aos espanhóis a unificação política necessária à expansão marítima.

Depois de muita dúvida e incerteza, com poucos recursos e sem um projeto definido, a Coroa espanhola acabou patrocinando a esquadra de Colombo, que partiu do porto de Palos em agosto de 1492. Os objetivos dos espanhóis eram semelhantes aos dos portugueses: descobrir novas rotas de comércio, explorar terras ricas em ouro, expandir a fé cristã e viver aventuras. Na cabeça de todos, o sonho de encontrar o **paraíso na terra**.

Pausa

Vamos prosseguir na comparação entre a expansão marítima portuguesa e a espanhola.

Você já comparou os dois planos de viagem e percebeu que eram bem diferentes. Outras diferenças, ligadas à situação interna dos dois países, marcaram os dois processos de expansão marítima.

Mas você deve ter notado, também, que havia semelhanças entre eles.

Releia o texto e faça um breve levantamento dessas semelhanças e diferenças.

Enfrentar os oceanos era uma tarefa arriscada. É certo que os novos conhecimentos, os mapas, as cartas de navegação, os instrumentos de orientação (como a bússola e o astrolábio) e as caravelas, principalmente, trouxeram maior segurança às longas viagens. Tempestades, ondas, correntes marítimas e ventos contrários eram grandes perigos. Mas o maior deles era a duração da viagem, meses a fio sem ver terra.

Em tempo

Segundo os historiadores Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo (*No tempo das caravelas*, p. 66-67), em cada caravela comprimiam-se, durante meses, entre 40 e 60 homens, mais os animais destinados à alimentação: perus, patos, carneiros e porcos, vivos, para serem abatidos na viagem. E ainda barris de água (pegavam água da chuva), ferramentas, estoques de madeira, bóias, lampiões, varas de pescar...

A disciplina era severa, e motins contra o comandante poderiam ser punidos com a morte. A tripulação, toda masculina, era composta de marinheiros experientes e jovens aprendizes, grumetes de até 12 anos de idade. Além dos marinheiros, viajavam também padres, funcionários reais, comerciantes, escrivães, médicos e aventureiros em busca de uma nova vida.

As condições de vida nas caravelas eram muito difíceis: pouca comida e pouca água, falta de higiene, doenças e morte. Ia-se para o mar em busca de riquezas e aventuras, e também porque a vida na terra não era muito melhor.

Foi com a promessa de ouro que Colombo acalmou os marinheiros em momentos difíceis da longa viagem, de agosto a outubro. Em seus diários, o almirante deixou registrado o seguinte:

(...) neste dia, eles perderam completamente de vista a terra. Temendo não tornar a vê-la por muito tempo, muitos suspiravam e choravam. O almirante reconfortou a todos com grandes promessas de muitas terras e riquezas, para que eles conservassem a esperança e perdessem o medo que tinham de um caminho tão longo. Os homens não agüentavam mais.

A viagem foi longa e difícil. Mas a chegada a uma pequena ilha do Caribe, no dia 12 de outubro, foi marcada por encantamento e surpresa diante de um mundo totalmente desconhecido.

O Novo Mundo

Imagine, por um momento, que você é um marinheiro espanhol e, depois de três meses de viagem, chegou a essa terra desconhecida. Como você descreveria as novas coisas e as novas pessoas que aí encontrou, e que nunca vira antes? Que palavras e imagens você usaria para retratá-las? Nós estamos tão acostumados a ouvir falar da América e dos índios que nem paramos para pensar que, em 1492, não havia nem América e nem índios.

Os espanhóis acabavam de chegar a um grande continente, habitado de norte a sul por vários povos profundamente diferentes – aliás, como é natural em qualquer outra região do mundo. Lembre-se de que, nessa mesma época, a Europa era igualmente habitada por povos diferentes, em diferentes etapas de desenvolvimento.

Vencidos os primeiros momentos de surpresa, Colombo sentiu necessidade de escolher **nomes** para indicar tudo de novo que via diante de seus olhos. Nomear para entender e explicar, e para tomar posse também. Ao descer à primeira ilha, chamada de Guanaani pelos nativos, Colombo fez registrar, por escrito, a posse da ilha, à qual deu o nome de **San Salvador**. Era uma homenagem a Sua Majestade. As outras ilhas próximas ele chamou de Santa Maria de Concepción, Fernandina, Isabela e Juana.

E os nativos de Guanaani? Como chamá-los? Colombo chamou-os de **índios**, pois acreditava firmemente que a ilha seria parte das Índias. Colombo achava que, em breve, chegaria ao ouro e às especiarias. Mais tarde, percebeu-se que Guanaani não pertencia às Índias. Mas o nome **índios** permaneceu, para designar os nativos da América.

E o nome América?

Segundo Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo (*No tempo das caravelas*, p. 54), o primeiro mapa a registrar a palavra América foi o do cartógrafo Martin Waldseemüller (1507). Ele era fascinado pela figura e pelos escritos do navegador Américo Vespúcio, piloto da terceira viagem de Colombo à América.

Quando Waldseemüller se convenceu de que Américo Vespúcio não fora o primeiro europeu a chegar ao novo continente, mandou apagar a inscrição América do mapa. Mas era tarde demais. Colombo, que tanto buscara glória e fortuna, não conseguiu nem dar nome ao continente ao qual chegou antes dos outros navegadores europeus.

Em tempo

Além de nomear, era preciso descrever tudo o que de novo e surpreendente havia nesse mundo: a terra, a gente, a fauna, a flora. Os relatos de Colombo e de outros membros da tripulação mostram como era poderosa a crença cristã em um **paraíso terrestre**. Veja o que eles deixaram escrito sobre a América:

Toda esta terra é de montanhas muito altas e muito belas. Como as montanhas, os vales são repletos de árvores altas e frescas. Aqui os peixes são enfeitados das mais lindas cores do mundo. Há também baleias. Aqui, e por toda a ilha, as árvores são verdes e as ervas também, como no mês de abril, na Andaluzia. O canto dos passarinhos é tal que pareceria que jamais o homem desejaria partir daqui. Os bandos de papagaios escondem o Sol. É certo que a beleza destas ilhas, com seus montes e suas serras, suas águas e seus vales regados por rios caudalosos, é um espetáculo tal que nenhuma outra terra sob o sol pode parecer melhor ou mais magnífica.

A presença de índios nus, com os “belos” corpos pintados de cores fortes, era outro poderoso motivo para Colombo acreditar que havia chegado ao paraíso. Ainda mais que pareciam pacíficos e generosos.

Na falta das palavras – nativos e espanhóis falavam línguas diferentes –, foram trocados objetos. Na maioria das vezes, conta Colombo, os índios, como “bestas idiotas”, trocavam tudo o que tinham por coisas sem nenhum valor.

Pausa

Você também acha que essas trocas eram uma atitude idiota dos índios? Reflita um pouco.

Cada povo tem sua própria cultura. O que é muito valorizado numa cultura pode não ser valorizado em outra.

Pense no mundo de hoje. Repare que as diferenças culturais entre os povos ainda são muito grandes.

Escolha um exemplo de diferença cultural e conte-o em poucas linhas.

As narrativas dos espanhóis tinham ainda uma forte dose de imaginação, pois eles viam as coisas e as gentes da América não apenas com os olhos. Sereias, homens com cauda e focinho de cão, árvores com ramos diferentes saindo de um mesmo tronco, tudo isso fazia parte das lendas e fantasias que povoavam o imaginário europeu no século das navegações.

As terras desconhecidas eram o lugar do diferente, do estranho, do inesperado. Foi nos trabalhos artísticos, em geral usados como ilustrações de livros e de mapas, que essa representação fantástica da América e dos americanos apareceu mais claramente.



Urna funerária



Observe com cuidado: índios com cara e corpo de europeu numa cena de canibalismo...

Os diários e as cartas de Colombo, os escritos de Américo Vesúpcio sobre suas viagens à América, os desenhos e as gravuras – tudo isso teve grande repercussão na Europa, por causa da recente invenção da imprensa. Esses trabalhos, que na época conquistaram a imaginação popular, são hoje uma importante **fonte histórica** que nos permite conhecer os fatos desse passado.

Colombo realizou outras três viagens à América. Apesar disso, não chegou a conhecer as antigas e ricas civilizações que habitavam o continente.

O Velho Mundo: incas, astecas e maias

Para Colombo e sua tripulação, a América era um novo mundo. No entanto, como você sabe, o grande continente era habitado havia muitos séculos por variados povos, donos de culturas diferentes.

Três regiões foram especialmente povoadas por sociedades que apresentavam um alto grau de desenvolvimento, como mostram os templos e palácios que deixaram. Essas ruínas ainda hoje podem ser visitadas.



Pirâmide do México

No atual **México**, os **astecas** dominavam militarmente um conjunto de outros povos. Estes eram obrigados a pagar pesados impostos aos astecas, em forma de milho, feijão, cacau, algodão. Além disso, eram obrigados a ceder trabalhadores e soldados sempre que os astecas precisassem.

Os astecas possuíam um Estado organizado, com a capital na cidade de Tenochtitlán. O Estado era comandado por um imperador, e os militares e os sacerdotes tinham grande influência nele.

A maior parte da população vivia da agricultura, trabalhando em terras da comunidade – o **calpulli**. Durante quatro ou cinco meses do ano, os agricultores cuidavam da colheita, que lhes fornecia alimentos para a própria subsistência e para manter a comunidade. Tinham ainda de fornecer produtos para sustentar aqueles que se dedicavam às atividades militares e religiosas. Nos outros meses, os agricultores eram convocados para trabalhar em grandes obras – abertura de estradas, irrigação e preparação de terrenos para novas áreas de plantio, entre outras.

Uma extraordinária produção agrícola de milho, batata, mandioca e feijão possibilitou a subsistência, no império asteca, de uma população estimada em 25 milhões de pessoas. Construtores de palácios e templos que até hoje nos encantam pela beleza e grandiosidade, os astecas possuíam sólidos conhecimentos de matemática e de astronomia, além de desenvolver uma produção artística de grande valor em tecidos, cerâmica e metais preciosos.

O **império inca** se estendia da Colômbia ao Chile, ao longo da cordilheira dos Andes. Tal como o império dos astecas, o império inca era formado por vários povos, englobando perto de 15 milhões de pessoas.

Embora conhecessem a mineração, sua atividade econômica principal era a agricultura. Lá também a terra era da comunidade, de base familiar (o **ayllu**), e devia garantir a sobrevivência dos agricultores. Parte da produção era entregue como pagamento de impostos para manter o Estado (imperador, militares, funcionários) e os sacerdotes.

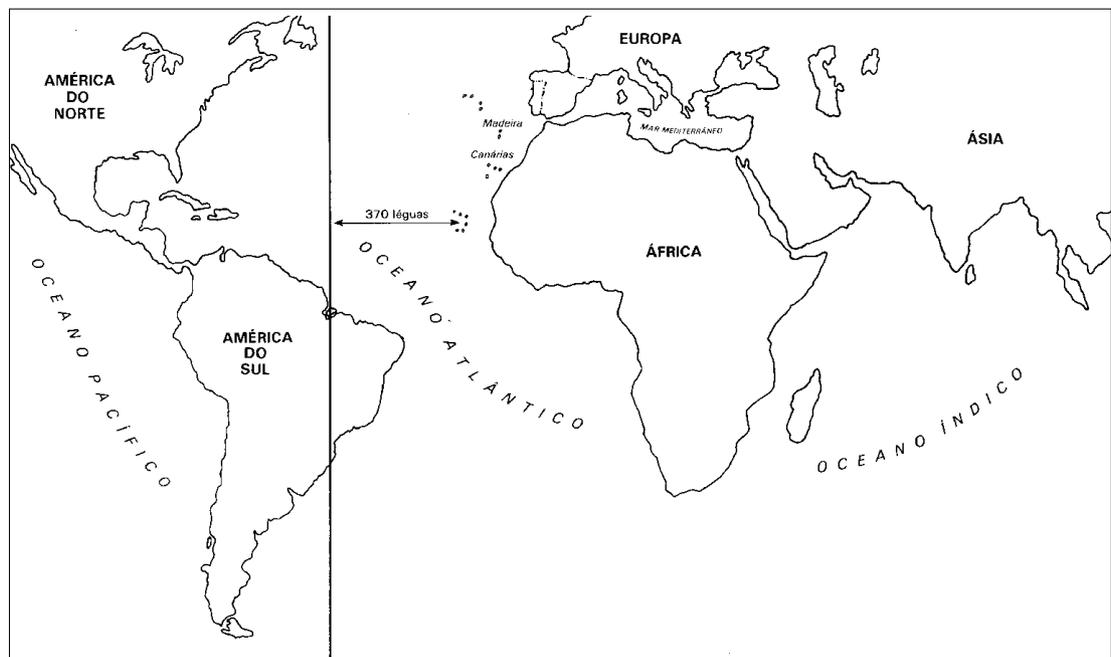
Além do trabalho na agricultura, os habitantes do império ainda se encarregavam de abrir e manter estradas e de explorar minas. Como os astecas, os incas construíram palácios e templos e deixaram tesouros de arte em objetos de prata, vasos de cerâmica e tecidos.

Ao contrário dos impérios inca e asteca, que estavam em pleno desenvolvimento por ocasião da chegada dos espanhóis, os **maias**, que habitavam o norte da América Central, encontravam-se em decadência, por causa de numerosas lutas internas.

Com uma estrutura econômica e social semelhante à dos incas e astecas, os maias possuíam um extraordinário conhecimento de matemática e de astronomia, e chegaram a desenvolver um calendário muito preciso.

Você deve estar curioso para saber como conseguimos todas essas informações sobre esses povos, já que, ao contrário de Colombo e de Vespúcio, eles não puderam deixar por escrito as suas histórias.

De fato, quase tudo o que sabemos sobre os índios americanos nos foi passado pelos europeus. E você sabe: quem conta um conto, aumenta um ponto. Ou seja – quem fala, quem escreve, é o dono da História.



As terras a oeste da linha de Tordesilhas (à esquerda, no mapa) pertenciam à Espanha. E as terras a leste (à direita, no mapa), pertenciam a Portugal.

A chegada de Colombo à América estourou como uma bomba em Portugal. Disputando a supremacia na expansão marítima, a Coroa portuguesa procurou preservar seus interesses. Depois de difíceis negociações, assinou com a Espanha, em 1494, o **Tratado de Tordesilhas**. Observe o mapa da página anterior e veja como os dois países dividiram o mundo entre si.

Resolvidas as divergências com a Espanha, os portugueses partiram para as Índias, lá chegando em 1498. A necessidade de consolidar as conquistas de Vasco da Gama fez com que Portugal preparasse, em dois anos, a maior esquadra jamais vista em toda a Europa: eram treze navios. Em março de 1500, a esquadra partiu de Lisboa. Em 22 de abril, chegou a uma parte da América que, de acordo com o tratado de Tordesilhas, já pertencia à Coroa portuguesa.

Na próxima aula, falaremos da chegada dos portugueses a uma terra americana que, mais tarde, receberia o nome de Brasil.

Exercício 1

Releia o item **A viagem** e faça um resumo das diferenças e semelhanças entre o projeto de Colombo, patrocinado pela Coroa espanhola, e o projeto português de chegar às Índias.

Exercícios

Exercício 2

No item **O Novo Mundo**, você percebeu o impacto que representou a chegada dos europeus à terra que, depois, foi chamada de América. As diferenças entre as duas culturas eram muito grandes. Depois de ler o texto com atenção, cite duas dessas diferenças.

Exercício 3

No mundo de hoje, as diferenças culturais entre os povos também são muito grandes. Escolha um exemplo de diferença cultural e conte-o em poucas linhas.

Exercício 4

Releia o item **O Velho Mundo** e discuta a afirmativa de que todos os índios eram culturalmente atrasados.



Visões do paraíso

Abertura

Esta terra, Senhor (...), traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima é toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia (...) muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; (...) a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados (...). Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Você já deve saber que esse é um trecho da carta que o escrivão Pero Vaz de Caminha mandou para d. Manuel I, rei de Portugal, prestando contas da longa viagem e contando a novidade do encontro da nova terra.

Nesta aula, você vai viajar com Cabral e Caminha, e observará que os portugueses, tal como os espanhóis, também acharam que haviam chegado ao paraíso. Verá ainda quais foram os primeiros experimentos de ocupação da terra. Conhecerá os motivos que determinaram a efetiva colonização dessa parte portuguesa da América, que passou a ser conhecida com o nome de Brasil.

Movimento

Primeiras impressões do paraíso

Pero Vaz de Caminha era um dos 1.200 homens que, em 9 de março de 1500, embarcaram em Lisboa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral.

Eram treze naus, com uma tripulação composta pelos melhores pilotos, além de geógrafos, cartógrafos, padres, comerciantes, marinheiros, todos à cata de aventura e riquezas.

A viagem de um mês e meio ocorreu sem grandes sobressaltos, pois os portugueses, ao contrário de Colombo, conheciam a região por onde navegavam.

A 22 de abril de 1500 se deu a primeira vista de terra, a atual região de Porto Seguro, no litoral sul da Bahia. Aqui também foi preciso nomear. A nova terra, chamada inicialmente de ilha de Vera Cruz, posteriormente virou Terra de Santa Cruz. O nome Brasil, é provável que você já saiba, deveu-se à existência do pau-brasil no nosso litoral.

A carta de Caminha ao rei português registrou todo o encantamento que essa terra até então desconhecida despertou nos recém-chegados. A extensão, o clima fresco, a abundância de água e de vegetação, tudo indicava que os viajantes haviam encontrado o **paraíso**.

Observador atento, esforçando-se para descrever da melhor maneira possível a nova conquista dos portugueses no além-mar, Caminha registrou cuidadosamente as condições da terra e dos seus habitantes; os contatos entre os portugueses e os nativos, aqui também chamados de índios; e as possibilidades de exploração de riquezas e de expansão da fé católica.

A carta de Caminha é, pois, um **documento histórico**, uma fonte que nos permite conhecer os fatos do passado.

A carta de Pero Vaz de Caminha só foi encontrada em 1817, na Torre do Tombo, em Lisboa. Nesse mesmo ano foi publicada pelo padre Aires Casal, no livro *Corografia Brasílica*.

Refletindo a moral do século XIX, os trechos da carta em que Caminha falava das “vergonhas” dos índios foram cortados pelo padre.

A partir de então, a carta de Caminha passou a ser considerada o registro de nascimento do nosso país.

A idéia de chegada ao paraíso era reforçada pela presença dos nativos, que em nada se pareciam com os europeus. Observe como o encantamento pela exposição do corpo nu do índio é semelhante ao anteriormente demonstrado por Colombo:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência (...). Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase misturados: uns andavam quartejados daquelas tinturas, (...) os beijos furados, (...) rapados até por cima das orelhas (...). Seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais...

Você já sabe como eram profundas as diferenças entre as duas culturas, a portuguesa e a nativa. Era, no entanto, a especial relação que a gente da terra mantinha com o corpo – a nudez, as pinturas, os banhos – a principal marca dessa diferença.

Para uma sociedade como a européia, que via o corpo como sinal do pecado e da tentação, o encontro com um povo diferente, numa terra diferente, representou a sensação de chegada ao paraíso. Foi essa imagem de uma terra “formosa e extensa”, habitada por uma gente cuja “inocência é tal que a de Adão não seria maior”, que alimentou os sonhos de **aventura** de quem veio para cá em busca do paraíso perdido.

Os primeiros contatos com os nativos, feitos no dia seguinte à chegada, foram assim descritos por Caminha:

E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito (...). O Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois ou três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte. Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram...

Em tempo

O caráter **não-violento** dos primeiros contatos com os índios, tão bem destacado por Caminha ao longo de toda a sua carta, é outro elemento poderoso a comprovar o caráter paradisíaco da terra americana. Aqui, a relação inicial entre as duas culturas foi amistosa, ao contrário do que ocorrera nas Índias.

Pausa

Como vimos na Aula 2, as relações de Vasco da Gama nas Índias foram marcadas pela violência. Explique as diferenças entre os primeiros contatos dos portugueses nas Índias e na América.

Domingo de Páscoa, dia 26 de abril, foi rezada uma missa pelo frei Henrique Soares. Uma outra missa realizou-se em terra firme no dia 1º de maio, quando então Cabral tomou posse oficial da terra em nome do rei português, com a presença da tripulação e dos nativos. Você seria capaz de imaginar tal cena?

Vários pintores do século XIX procuraram representar esses momentos iniciais da chegada dos portugueses à América. Um deles, Vítor Meireles, pintou um quadro representando a “primeira missa”.

Veja a reprodução do quadro e observe se era assim que você faria.

Se a expansão da religião católica era importante para os portugueses daquela época, eles também estavam preocupados em investigar o aproveitamento econômico da terra, ou seja, a existência de metais preciosos e as possibilidades de comércio. Tal preocupação fica clara nas palavras de Caminha:

Em seguida, o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho (...) mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra (...). Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal ou ferro; nem lha vimos...

Imagine o rei português d. Manuel lendo a carta de Caminha com as notícias da terra encontrada. Você acha que as perspectivas de aproveitamento econômico dessa terra animaram o rei?

Pense um pouco e resuma a sua resposta.

Pausa

Primeiras explorações

A esquadra de Cabral tinha, na verdade, uma dupla missão. Em primeiro lugar, verificar as possibilidades de exploração da parte da América que coubera a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Em seguida, era indispensável dar continuidade à expansão comercial dos portugueses nas Índias, iniciada por Vasco da Gama em 1498.

Para se ter uma idéia de quanto isso era importante, só na revenda da pimenta lá comprada Portugal obtivera lucros de até 6.000%. Lembre-se também de que fora muito alta a quantia investida para a composição da grande esquadra. Por isso, em 2 de maio, depois de dez dias na terra recém-conhecida, a frota de Cabral rumou para as Índias, em busca das lucrativas especiarias e dos artigos de luxo do Oriente.

O tempo passado na nova terra não fora suficiente para o levantamento de informações sobre as suas riquezas. O clima fresco, a água abundante, a flora e a fauna maravilhosas, os nativos encantadores, nada disso era garantia de aproveitamento econômico.

Vamos repetir: os portugueses estavam preparados para obter lucro imediato, praticando o comércio ou explorando metais preciosos. Era isso o que eles faziam nas Índias e na África. Na América, a terra sem ouro aparente e os nativos sem nada para vender não despertaram o interesse do maior dos comerciantes de Portugal, o rei. Daí por que a África e as Índias continuaram a ser o centro da atenção dos investimentos portugueses, já que ofereciam negócios muito mais lucrativos do que a América.

De qualquer modo, era preciso saber o que havia na terra, além de árvores, aves, águas e índios estranhos. Para isso, foi enviada, em 1501, uma pequena esquadra sob o comando de Gaspar de Lemos, que aqui já estivera com Cabral.

Em agosto, a expedição atingiu o litoral do atual Rio Grande do Norte. Daí rumou para o sul, percorrendo o litoral e batizando os lugares por onde ia passando com o nome do santo do dia:

- cabo de São Roque – 16/8;
- cabo de Santo Agostinho – 28/8;
- rio São Francisco – 4/10;
- baía de Todos os Santos – 1º/11;
- cabo de São Tomé – 21/12;
- Rio de Janeiro – 1º/1/1502;
- Angra dos Reis – 6/1;
- ilha de São Sebastião – 20/1;
- porto de São Vicente – 22/1.

Encarregada de explorar a costa, essa primeira expedição oficial enviada à América Portuguesa observou aí a existência de grande quantidade de **pau-brasil**. Até então importado do Oriente e largamente usado na Europa para a tintura de tecidos, o pau-brasil era um produto que atendia aos interesses comerciais portugueses. Enfim, era encontrada alguma coisa que poderia fazer a América Portuguesa render algum lucro. Nada que chegasse perto das Índias, mas, ainda assim, melhor que nada....

Mais interessada no comércio oriental, a Coroa cedeu o direito de exploração do pau-brasil a comerciantes portugueses. Estes, além de proteger a terra com a construção de fortalezas, deveriam pagar o **quinto** (20%) de imposto ao Tesouro Real.

Em 1503, chegou à colônia portuguesa a primeira expedição financiada por Fernão de Noronha, um dos comerciantes de pau-brasil, com a tarefa de estabelecer as bases da exploração dessa madeira. Exploração que só foi possível graças à participação dos nativos, por meio do sistema de **escambo**: em troca do trabalho de derrubar as árvores, limpá-las, arrumá-las em toras e embarcá-las nas naus, os índios recebiam machados e instrumentos de metal, além de outros pequenos objetos que os encantavam, como colares e tecidos, entre outros.

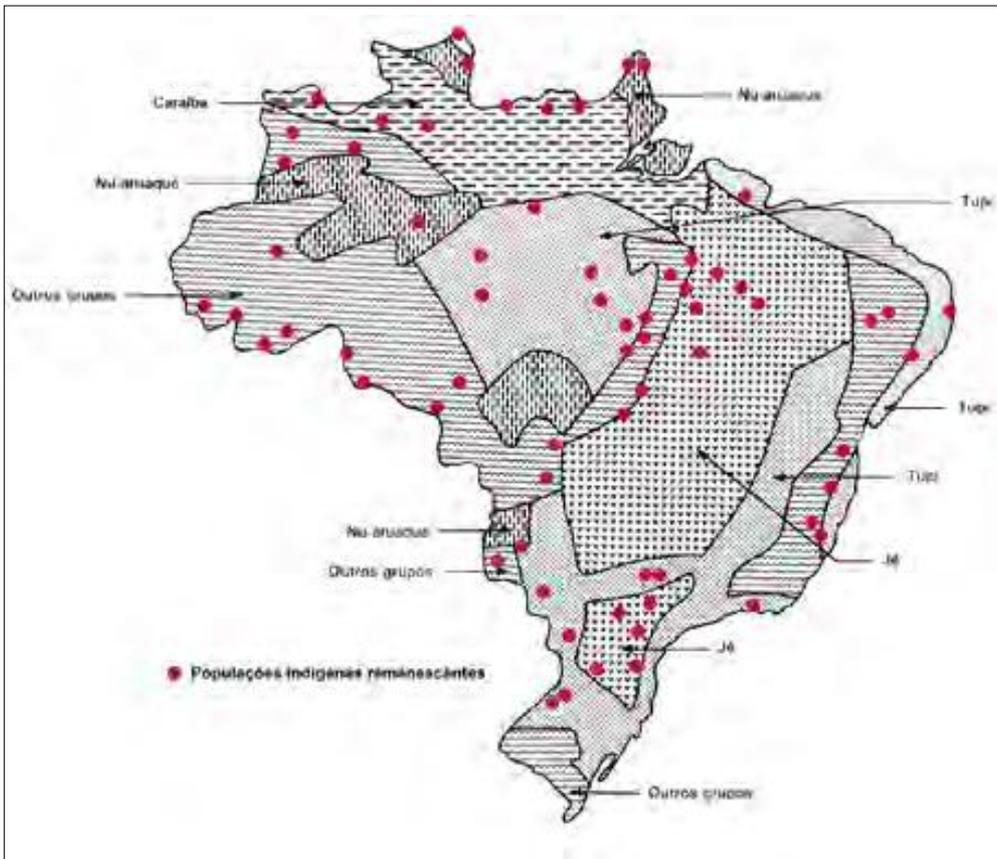
Para guardar a madeira e abrigar a tripulação das naus que vinham transportá-la para a Europa, os "brasileiros" (comerciantes de pau-brasil) construíram várias **feitorias** ao longo do litoral.

Percebeu como as relações dos portugueses com os habitantes da terra se modificaram? Pense um pouco... Na chegada, foi a surpresa, o encantamento diante de um povo tão diferente dos portugueses. Agora era a utilização da capacidade de trabalho dos nativos, a exploração da sua mão-de-obra.

Os índios

Os nativos que habitavam o litoral eram em sua grande maioria do povo **tupiguarani**.

Observando o mapa, você percebe que foram os tupis que entraram em contato com Cabral e sua tripulação. Outros povos, chamados de jês, habitavam o interior. Os caríbas e os nuaruaques, por sua vez, viviam na Amazônia e no Centro-Oeste.



As informações que temos sobre esses primeiros habitantes da América Portuguesa são muito precárias. E você pode até saber por quê. Tal como na América Espanhola, aqui também foram os conquistadores brancos que contaram a história dos índios. Pode-se bem imaginar o que acontece quando uma cultura procura descrever e analisar uma outra cultura que tem hábitos, costumes e valores completamente diferentes.

Preconceitos e incompreensões estão presentes nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres. Além dos preconceitos, existe ainda a falta de dados sobre os índios. É difícil, por exemplo, avaliar quantos eram os habitantes da terra quando os portugueses aqui chegaram. O número varia de 2 milhões a 5 milhões, conforme a fonte consultada.

O historiador Boris Fausto (*História do Brasil*, p. 38) observa que os aimorés, rebeldes e guerreiros, foram sempre apresentados de forma negativa. Segundo os relatos, os aimorés viviam como animais na floresta; eram canibais, porque gostavam da carne humana. Quando a Coroa portuguesa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

Em tempo

Na América Portuguesa não havia nenhum grande império, como vimos na América Espanhola. Os grupos tupis viviam da caça, da pesca, da coleta de frutas e da agricultura. Tinham, portanto, uma íntima relação com a natureza.

Se ocorresse qualquer desequilíbrio nas condições naturais, como seca, exaustão da terra, redução de animais, os tupis partiam em busca de outra região para viver. Isso podia acontecer porque os índios costumavam derrubar árvores e fazer a queimada para, em seguida, plantar feijão, abóbora e mandioca – alimentação que, posteriormente, sustentou a colônia. Com atividades limitadas à própria sobrevivência – não comercializavam nada – e donos de técnicas simples, os tupis não causavam danos ao meio ambiente.

Os portugueses ganharam muito na relação com os nativos. Além de aprender com eles os segredos de sobreviver numa terra desconhecida, ainda se utilizaram de sua capacidade de trabalho para aqui se estabelecer.

Já para os índios, você sabe, a história foi muito diferente. Foi uma história de fuga, violência, escravização, doença e morte. Dos milhões que havia no século XVI, restam hoje apenas alguns milhares.

A exploração do pau-brasil não demorou a entrar em crise, em parte pela baixa lucratividade do negócio – muito risco e pouco dinheiro. Isso fez com que os comerciantes não se interessassem em renovar os contratos com a Coroa portuguesa.

Outro motivo do desinteresse foi a concorrência que os **comerciantes franceses** faziam na exploração da madeira. A França não tinha comércio direto com o Oriente e precisava de tinta para suas manufaturas de tecidos. Decidiu apanhar aqui o pau-brasil, devido ao pequeno interesse de Portugal pela terra, e também porque os franceses não respeitavam a idéia do “mar fechado”, determinada pelo Tratado de Tordesilhas. Sabe o que dizia o rei da França, Francisco I? Que ele desconhecia o testamento de Adão que dividira o mundo entre Portugal e Espanha.

Últimas
palavras

AULA
4

Desde 1504, quando aqui esteve Binot Paulmier de Gonneville, a presença de franceses foi constante no litoral da América Portuguesa. Eles construíam feitorias e utilizavam a mão-de-obra nativa. A ameaça francesa fez com que o governo português para aqui mandasse, entre 1516 e 1528, **expedições guarda-costas**. Essas expedições, sob o comando de Cristóvão Jacques, deveriam expulsar os invasores do litoral, destruir suas feitorias e queimar suas naus.

Além do medo de perder a colônia americana para os franceses, dois outros motivos fizeram com que Portugal voltasse sua atenção para cá. Em primeiro lugar, as notícias da existência de fortunas fabulosas no interior do continente – o famoso Eldorado – atraíram espanhóis para o litoral sul, em busca da região da prata. Mas foi principalmente o declínio do comércio com as Índias, em virtude da concorrência dos holandeses na região, o que levou os portugueses a modificar a sua política de ocupação colonial. Era preciso colonizar a América.

Em 1530, o rei d. João III, que sucedera a d. Manuel no trono português, determinou a organização de uma nova expedição para lançar os fundamentos do **povoamento** da terra. A questão era como fazê-lo.

Na próxima aula, falaremos do desafio de transformar a terra nativa na América Portuguesa. Que atividades econômicas seriam aqui desenvolvidas? Quem viria para cá morar, viver, trabalhar? Como o Estado português administraria uma colônia tão distante? Que tratamento seria dado aos nativos?

Essas e outras questões você discutirá no próximo módulo: **Construindo a América Portuguesa**.

Exercícios

Exercício 1

Justifique o título que foi dado a esta aula.

Exercício 2

Você viu, na Aula 2, que as relações de Vasco da Gama nas Índias tiveram marcas de violência. Na América, os contatos com a gente da terra foram amistosos. Explique as diferenças entre os dois relacionamentos.

Exercício 3

O rei português d. Manuel leu a carta de Caminha com as novas do “achamento” de uma nova terra para os domínios da Coroa portuguesa. Você acha que as perspectivas de aproveitamento econômico dessa terra animaram o rei? Pense um pouco e resuma sua resposta.

Exercício 4

O nome “terra do brasil” passou a ser dado à América Portuguesa por causa da grande quantidade de pau-brasil que havia em seu litoral. Faça um resumo de como era feita a exploração da madeira.

Exercício 5

Discuta a seguinte afirmativa: *os nativos da América Portuguesa eram muito mais atrasados do que os da América Espanhola, e, por isso, não tiveram nenhuma participação no processo de exploração da terra.*

Exercício 6

A partir de 1530, a Coroa portuguesa começou a mudar sua política em relação à América, preocupando-se em ocupá-la e colonizá-la. Explique por que isso ocorreu.



Módulo 2

Construindo a América Portuguesa

No primeiro módulo você acompanhou a **viagem** dos europeus à América, ao **Novo Mundo**. Neste segundo módulo, vamos examinar o processo de ocupação das terras americanas pelos europeus. Como conviver com os povos nativos? Como explorar as riquezas das novas terras? Como transformar essas terras em **colônias** européias?

Esses e outros desafios enfrentados pelos europeus fazem parte da história que vamos acompanhar a partir de agora.

O início da colonização portuguesa

Abertura

O que significava, na Época Moderna, criar uma colônia? Será que era simplesmente enviar populações para ocupar as terras conquistadas? Ou era uma tarefa muito mais complicada? Afinal, a disputa era grande entre os países da Europa, e a rivalidade comercial crescia cada vez que novas mercadorias vindas das colônias apareciam como novidade. Portanto, era preciso não só explorar, como garantir a posse das terras de além-mar.

Nesta aula, vamos examinar as soluções que o Estado português encontrou para iniciar o processo de colonização das terras brasileiras.

Movimento

Mercantilismo e colonização

Hoje, quando você vai ao mercado, encontra grande quantidade de produtos industriais e agrícolas. A maior parte desses produtos é produzida aqui no Brasil. Atualmente o Brasil é um país de produção bastante diversificada, que possui um conjunto de atividades econômicas capazes de atender às necessidades fundamentais de sua população, apesar dos contrastes de renda e de consumo.

Na época colonial, a história era bem diferente. Em geral, produzia-se um número reduzido de gêneros para o mercado externo. Por que isso ocorria? Para responder a essa pergunta, precisamos viajar novamente pelo tempo e pelo espaço. Vamos desembarcar na Europa, na passagem do século XV para o século XVI.

Você já estudou, em aulas anteriores, que a Europa passava por importantes transformações nos séculos XV e XVI. O fortalecimento do Estado, o avanço comercial, a nova mentalidade e, finalmente, a expansão pelos “mares nunca dantes navegados” eram mostras significativas de que muita coisa estava mudando. Depois da chegada às novas terras, era hora de integrar a América ao mundo comercial europeu.

Vivia-se a era do comércio e dos metais preciosos. A descoberta de ricas minas de ouro e prata pelos espanhóis, na América, deu nova força à economia européia. Criavam-se bancos, companhias de comércio e navegação. Os comerciantes tornavam-se cada vez mais importantes para a economia dos nascentes Estados europeus.

Para os reis, dois cuidados eram necessários: garantir a segurança das suas fronteiras e fortalecer o Tesouro Real. Para isso, eles se valeram de um conjunto

de novas idéias que, em geral, valorizavam a preservação dos metais preciosos nos reinos. Com os cofres cheios, o Estado se envolvia diretamente nas atividades econômicas.

Esse corpo de idéias e práticas econômicas foi chamado por alguns autores de **mercantilismo**. Assim, na **era mercantilista**, o fundamental era garantir a segurança e a riqueza do reino e a glória de seu monarca. Medidas foram tomadas para **aumentar e controlar a produção e a comercialização no reino**, e para assegurar **novas rotas comerciais obtidas muitas vezes pela conquista e exploração de terras fora da Europa**.

Foi nesse contexto que a Coroa portuguesa iniciou o processo de ocupação da sua colônia na América. Mas o Estado português precisava encontrar uma forma de manter a posse das terras.

Uma boa saída era criar atividades que atraíssem e fixassem os portugueses aqui. Estamos começando a colonização. Para iniciar qualquer empreendimento, a primeira questão é saber o que produzir. Isso, a Coroa portuguesa já sabia. A produção de **açúcar** no arquipélago da Madeira, já no século XV, tornara-se altamente lucrativa para o Estado português e seus sócios, especialmente os comerciantes e banqueiros da região de **Flandres**. Quando o Estado português se decidiu pela produção do açúcar nas terras brasileiras, estava decidindo também reproduzir aqui um modelo de exploração já desenvolvido em outros lugares.

Os cambistas

- A Coroa promovia a distribuição de terras (sesmarias) a particulares, que se responsabilizavam pela produção.
- A produção era concentrada nos engenhos.
- A distribuição e o financiamento do que se produzia ficavam por conta especialmente dos comerciantes e banqueiros flamengos (de Flandres).
- Finalmente, a **mão-de-obra** utilizada seria a **escrava africana**.

Como destaca o historiador Francisco Carlos T. da Silva (*Conquista e colonização da América Portuguesa*, p. 28), não se deve esquecer que a escravidão era uma instituição forte em Portugal, e era considerada justa, pois trazia os infiéis para o seio da Igreja.

Inicialmente foram utilizados como escravos os mouros e habitantes das ilhas do Atlântico. Serviam como mão-de-obra doméstica em Portugal e, mais tarde, nas plantações das colônias atlânticas portuguesas.

Posteriormente, com o avanço da presença dos portugueses na África, iniciou-se a escravização dos africanos. Entre 1450 e 1500, segundo o mesmo autor, o número de negros apresados chegou a 150 mil, numa prova da associação íntima entre **colonização e escravismo**.

Em tempo

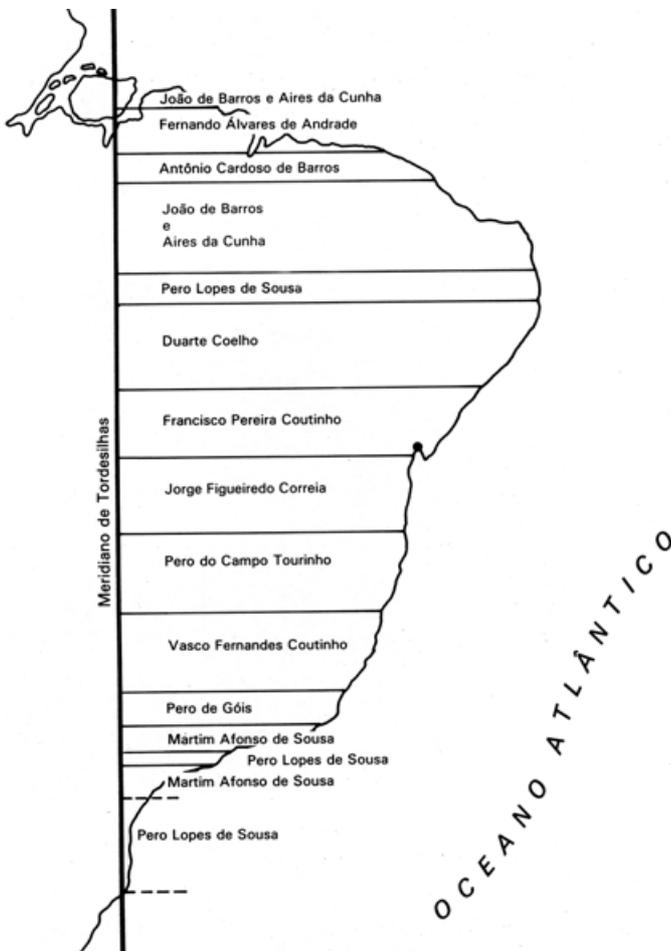
AULA
5

A experiência portuguesa na produção do açúcar, a existência de redes de distribuição e a possibilidade de utilização de mão-de-obra escrava das colônias africanas foram, portanto, razões decisivas que levaram à implantação da empresa açucareira nas terras brasileiras. Em 1533, em São Vicente (atual Estado de São Paulo), foi construído o primeiro engenho na América Portuguesa.

Estavam definidas as linhas gerais, e o primeiro passo já fora dado. Tratava-se agora de fazer com que esse novo pólo produtivo crescesse e fosse administrado. Quais seriam as atribuições do Estado e da iniciativa particular? Era hora de atrair membros da elite portuguesa e capitais para as terras brasileiras.

Capitanias e Governo-Geral

A fórmula encontrada pela Coroa portuguesa para iniciar a colonização foi a adoção do sistema de **capitanias hereditárias**. O território da colônia foi dividido em quinze grandes faixas de terra que passaram a ser administradas, cada uma, por um **capitão-donatário**, como mostram estes mapas: o da direita é uma reprodução de mapa da época.



Ao donatário foram dados amplos poderes administrativos e econômicos. Só o donatário podia exercer a justiça na sua faixa de terra. Além disso, ele recebia parte dos impostos recolhidos. A ele cabia também a distribuição de terras (sesmarias).

O monopólio do sal e das especiarias manteve-se com a Coroa portuguesa, que procurou, nesses primeiros tempos, criar um conjunto de regras com o objetivo de estimular a iniciativa particular – sem, no entanto, abrir mão da soberania sobre as terras brasileiras.

Durou pouco tempo essa experiência, que dava grandes poderes à iniciativa particular. Apenas duas capitanias, São Vicente e Pernambuco, conseguiram se transformar em importantes centros de produção de açúcar.

A falta de estímulos da Coroa às capitanias, o abandono, a carência de recursos e ainda a resistência indígena foram algumas razões que obrigaram o Estado português a criar uma estrutura administrativa mais centralizada, na figura de um **governador-geral**. A ele caberia auxiliar o esforço colonizador das capitanias, combater as rebeliões indígenas e defender o território das invasões estrangeiras.

Em 1549, chegava à América Portuguesa o fidalgo português Tomé de Sousa, primeiro governador-geral. Junto com ele vinham também os **jesuítas**, principais responsáveis pela evangelização dos nativos e pela educação na colônia. Aos poucos, os donatários foram perdendo poder para o governador-geral e seus auxiliares: o ouvidor-mor (justiça), o provedor-mor (fazenda) e o capitão-mor (defesa).

Naquele mesmo ano de 1549, Tomé de Sousa fundava a cidade de Salvador, o centro político-administrativo da colônia. Com a formação dos primeiros núcleos urbanos, fazia-se necessário ordenar o poder local. Daí a criação das **câmaras municipais**, responsáveis pela administração local, obras públicas, regulamentação do comércio e ofícios e abastecimento.

Câmara municipal

As câmaras municipais, que logo se tornaram a base da administração na colônia, eram formadas por membros eleitos por uma assembléia de proprietários locais.

Com o decorrer do tempo, as câmaras transformaram-se em local privilegiado de atuação dos proprietários de terras e de escravos. Esses proprietários, muitas vezes, entraram em choque com os comerciantes portugueses, responsáveis pelos preços dos produtos de exportação.

Em tempo

Francisco Carlos T. Silva nos conta também da existência de um “juiz do povo”, que era eleito pelas associações locais com o intuito de representar, na câmara, todos os casos que requeressem providências para o bem comum.

O mesmo autor nos relata uma revolta ocorrida em Salvador, nos anos de 1710 e 1711, em que o “juiz do povo” liderou um levante popular contra o preço do sal (que era monopólio da Coroa) e pela expulsão dos franceses que, naquele momento, dominavam o Rio de Janeiro.

A reação da Coroa foi pronta e dura: em 1713 são suprimidos os juizes do povo.

Francisco Carlos T. da Silva, Conquista e colonização da América Portuguesa, p.37

Medidas mais rígidas, como a extinção dos “juizes do povo”, foram se acentuando especialmente na segunda metade do século XVIII. Naquele momento, conhecido como a **época pombalina**, ocorria um processo de forte centralização do poder em Portugal.

Em razão do que se passava na metrópole, importantes alterações administrativas e políticas aconteceram na colônia: extinguíram-se as capitânicas hereditárias (transformadas em **reais**), a autonomia das câmaras municipais diminuiu, e os jesuítas foram expulsos das terras brasileiras.

Chegava ao fim uma experiência administrativa de dois séculos. Até então, existira uma administração que se baseava num poder local e num poder regional relativamente fortes. Em grande parte, isso se devia às enormes dificuldades da Coroa portuguesa e do governador-geral para controlar o vasto território da colônia. Agora, em meados do século XVIII, tentava-se um novo modelo de administração, com **maior interferência do poder público**.

A empresa açucareira e a colonização

Estamos vendo, então, como foi se firmando o processo de colonização: com uma produção agrária voltada para a exportação (agroexportação) e muitas medidas de administração e controle da vida dos colonos.

Com o declínio de São Vicente, Pernambuco tornou-se, na segunda metade do século XVI e no decorrer século XVII, o centro da principal área produtiva da colônia. Era o núcleo da **região escravista e mercantil** que se desenvolveu especialmente no **Nordeste** das terras brasileiras. O açúcar foi a base da ocupação dessa região. O número de engenhos em Pernambuco cresceu rapidamente: de cinco, no ano de 1550, subiu para 66 em 1584.

O açúcar brasileiro transformara-se em um negócio altamente lucrativo. A participação dos comerciantes flamengos, especialmente holandeses, ampliou-se bastante ao longo do século XVI. Eram eles os maiores responsáveis pelo transporte, refino e distribuição do produto.

Em torno da região do açúcar se desenvolveram algumas atividades que gradativamente foram assumindo maior importância. Entre outras, destacaram-se a pecuária (voltada para o consumo interno) e o plantio do tabaco (que servia para a troca com as áreas fornecedoras de escravos na África).

Os portugueses, ao mesmo tempo em que foram tomando posse das terras brasileiras, aumentavam suas riquezas com os lucros e impostos que recolhiam na grande região escravista.

Os objetivos da política mercantilista portuguesa haviam sido atingidos. A colônia, agora, tornara-se um negócio capaz de se manter, além de representar uma fonte de renda para o Tesouro Real e para os comerciantes portugueses. E era um negócio tão lucrativo que a Coroa portuguesa tratou de segurá-lo para si.

Uma forma de fazer isso foi estabelecer leis que obrigavam os produtores na colônia a vender seus produtos apenas aos comerciantes que tinham a permissão da Coroa portuguesa. Criou-se com isso o **monopólio** ou **exclusivo comercial**, parte de um conjunto de relações econômicas e políticas que recebeu, mais tarde, o nome de **pacto colonial**.

Nas próximas aulas, estudaremos com mais detalhes os mecanismos do pacto colonial.

Em 1608, o governador-geral d. Diogo de Menezes e Siqueira assim escreveu ao monarca português: “As verdadeiras minas do Brasil são o açúcar e o pau-brasil que Vossa Majestade tem tanto proveito, sem lhe custar da fazenda um só vintém”.

Você concorda com a afirmativa de d. Diogo? Justifique sua resposta.

Pausa

Esta aula tratou do início da transformação das terras brasileiras em América Portuguesa. As principais decisões por parte da Coroa portuguesa foram tomadas então, e a empresa açucareira tornou-se a base do processo de colonização. Mas muita coisa ainda estava para acontecer.

Na próxima aula, vamos estudar mais de perto as relações de trabalho na colônia – que, como vimos, se caracterizaram pela utilização da mão-de-obra escrava. Por que foi necessário o trabalho escravo? O que era o trabalho no engenho colonial? O trabalho escravo deixou marcas na sociedade brasileira?

É o que você vai ver a seguir.

Últimas palavras

Exercício 1

Releia o item **Mercantilismo e colonização** e explique como a Coroa portuguesa procurou manter a posse das terras brasileiras.

Exercícios

Exercício 2

Releia o item **A empresa açucareira e a colonização** e comente a seguinte frase: “O açúcar foi a base da colonização portuguesa em terras brasileiras”.



Trabalho e escravidão na América Portuguesa

Abertura

Você aprendeu, na Aula 5, que a cana-de-açúcar foi o produto mais importante da economia colonial brasileira. Na fase da ocupação da colônia, a partir de 1530, a plantação da cana ocupou uma grande parte do litoral nordeste. A colonização pelo litoral tinha uma forte razão de ser. Era a região mais próxima da metrópole portuguesa. Estavam ali as grandes fazendas, e também os maiores e mais ricos **engenhos**. Os engenhos eram conhecidos como **fábricas de açúcar**.

Nossa aula de hoje é uma viagem ao interior dessas fábricas. Falaremos da produção e do trabalho nos engenhos. Conheceremos também outras formas de trabalho que se desenvolveram ao redor dos engenhos ou em outras partes do território colonial, nas quais a cana-de-açúcar não foi o produto mais importante.

Movimento

No interior da fábrica de açúcar

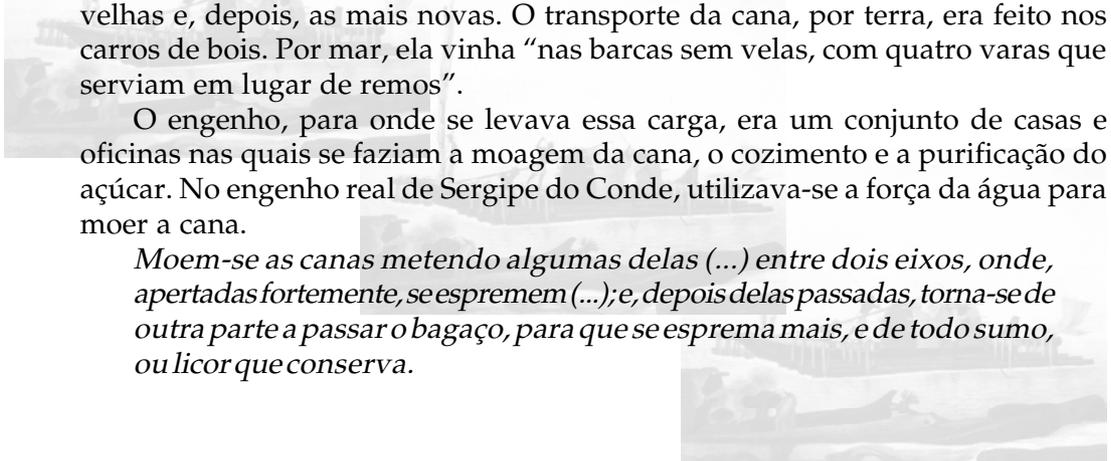
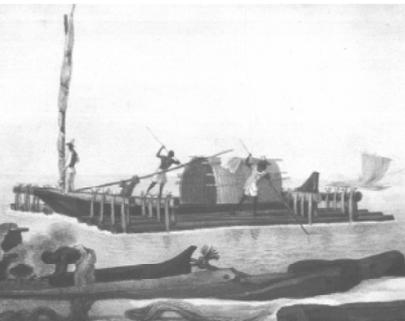
Começamos esta aula penetrando num grande engenho de açúcar localizado na capitania da Bahia, no início do século XVIII. Seu nome era Sergipe do Conde. Nosso guia será um importante cronista daquela época: o padre jesuíta italiano João Antônio Andreoni, também conhecido como Antonil.

Antonil nos conta que o primeiro passo para uma boa produção de açúcar era a escolha da terra: “As que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta das canas”. Depois disso, era necessário roçar, queimar e limpar a terra, prepará-la para o plantio.

Na Bahia, era no mês de agosto que começava o corte da cana. Como tudo na vida, o corte também tinha sua ciência. Era necessário cortar primeiro as canas velhas e, depois, as mais novas. O transporte da cana, por terra, era feito nos carros de bois. Por mar, ela vinha “nas barcas sem velas, com quatro varas que serviam em lugar de remos”.

O engenho, para onde se levava essa carga, era um conjunto de casas e oficinas nas quais se faziam a moagem da cana, o cozimento e a purificação do açúcar. No engenho real de Sergipe do Conde, utilizava-se a força da água para moer a cana.

Moem-se as canas metendo algumas delas (...) entre dois eixos, onde, apertadas fortemente, se espremem (...); e, depois delas passadas, torna-se de outra parte a passar o bagaço, para que se esprema mais, e de todo sumo, ou licor que conserva.



Era assim que se extraía o caldo. Depois de acondicionado em grandes recipientes, o caldo era guindado para a casa das caldeiras para se iniciar o cozimento.

A moagem era acompanhada pelo feitor da moagem e pelo mestre do açúcar, responsáveis pelo ritmo e pela organização do trabalho. A moenda era o lugar mais perigoso no engenho,

(...) porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou qualquer outro descuido, meteu desatentadamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se não lhe cortarem logo a mão ou o braço apinhado, tendo para isso junto à moenda um facão (...). E este perigo é ainda maior à noite, em que se mói igualmente como de dia (...)

Só na casa da moenda, eram necessários de sete a oito escravos. Uns eram responsáveis pela moagem, e outros pelo transporte do caldo até a casa das caldeiras.

Ao lado da casa da moenda, localizava-se a casa das fornalhas, chamadas por Antonil de “bocas tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno”. Nela trabalhavam os escravos considerados perigosos, os condenados, “presos em compridas e grossas correntes de ferro”.

Acima das fornalhas estava a casa das caldeiras. Nelas trabalhavam cerca de oito caldeireiros. Depois de purificado, o caldo era acondicionado em grandes tachos, nos quais era levado ao cozimento.

O açúcar era cozido e batido por quatro tacheiros. Todo esse trabalho era supervisionado pelo mestre do açúcar. Corria por sua conta verificar a limpeza do caldo e o ponto de cozimento do produto.

Finalmente, fora do conjunto de casas que formavam o engenho, encontrava-se a casa de purgar – local em que o açúcar, já acondicionado em fôrmas de barro, era purificado e separado segundo a qualidade. Mais tarde, o produto era pesado e encaixotado para a venda.

Na casa de purgar trabalhavam os escravos que produziam as fôrmas de barro, as “mães do balcão” (responsáveis pela separação do açúcar) e também os responsáveis pela pesagem e pelo encaixotamento.

Terminamos aqui nossa rápida visita a um engenho no período colonial. Aprendemos com Antonil muitas coisas. Pudemos ver que a produção de açúcar era uma atividade que requeria muitos recursos e organização.

Produzir e transportar a cana de açúcar até o engenho já exigia um grande número de trabalhadores. No transporte, utilizavam-se os **carros de bois**: daí a necessidade de se desenvolver também, no interior da fazenda, a criação de gado.

No interior do engenho, o trabalho era dividido. Conviviam escravos, feitores e o mestre do açúcar. Em geral, o mestre do açúcar era um trabalhador que recebia bom salário.

Em um grande engenho, como pudemos ver, o trabalho era intenso e, algumas vezes, varava a noite.

Pausa

Será que o mesmo acontece hoje nas nossas usinas de açúcar? Você conhece uma usina de açúcar?

Pesquise. Pergunte aos seus amigos e companheiros de trabalho como se organiza o trabalho em uma usina de açúcar.

Em todas as fases da produção estava a mão-de-obra escrava africana. Na moenda e nas fornalhas, as condições de trabalho eram extremamente precárias. Nosso guia, Antonil, talvez impressionado com o trabalho na casa das fornalhas, chega a compará-la ao inferno.

O grande engenho colonial, portanto, era moderno e escravista. Nele estavam presentes traços típicos das manufaturas que, naqueles séculos XVI e XVII, avançavam na Europa: divisão do trabalho, trabalho assalariado, produção para o mercado. Ao mesmo tempo, porém, o trabalho era fundamentalmente escravo. Segundo Antonil, “os escravos eram os pés e as mãos do senhor de engenho”.

Mas por que, no **coração econômico da colônia**, utilizou-se a mão-de-obra escrava africana? Para tentar responder a essa pergunta, precisamos voltar ao início da colonização portuguesa nas terras brasileiras.

Da escravidão indígena à escravidão africana

Você aprendeu em aulas anteriores que, quando os portugueses chegaram à nossa terra, encontraram aqui os nativos. Deram a eles o nome de índios, porque os grandes navegadores que aqui desembarcaram acreditavam estar chegando às Índias.

Pois bem, os nativos foram os primeiros grupos a ser capturados para o trabalho forçado. A primeira iniciativa comercial da colônia, a exploração do pau-brasil, foi feita com a ajuda dos índios. Eram eles que conheciam as matas, que sabiam a maneira correta de cortar a madeira. Se a terra recém-encontrada pelos portugueses era nova para eles, era inteiramente conhecida pelos nativos que aqui viviam. Os colonizadores perceberam logo o quanto precisariam da população local para explorar as terras que eles desconheciam.

A comunicação com os índios foi facilitada pelo trabalho dos jesuítas nas **missões**. As missões eram os aldeamentos feitos pelos jesuítas para os índios, que ali aprendiam ofícios úteis à colonização (carpintaria, tecelagem, cestaria e outros).

Os jesuítas protegiam os índios dos colonos que queriam escravizá-los. Mas prestavam também um grande serviço ao governo e aos senhores, pacificando tribos inteiras que se revoltavam contra os portugueses.

Em tempo

Para facilitar a comunicação entre os nativos e os colonizadores, os jesuítas criaram uma língua comum, chamada de **língua geral**, que era uma adaptação dos termos tupis à gramática do latim.

Você saberia citar algumas palavras da nossa língua que vieram desse cruzamento dos termos tupis com a gramática do latim?

Com o grande desenvolvimento da cultura açucareira, começou a faltar gente, isto é, mão-de-obra, para o trabalho. Os portugueses tentaram continuar a se servir dos índios, mas estes não estavam rendendo tanto quanto pretendiam os colonizadores. Resistiam àquela forma de trabalho forçado, adoeciam pelo contato com os colonizadores, morriam ou fugiam para o interior. Os jesuítas, por sua vez, contribuíram para uma falta ainda maior de mão-de-obra, atraindo os índios para as missões. Por essas razões, a Coroa portuguesa, que estava interessada no aumento da produção do açúcar, favoreceu a importação de escravos negros da África.

Já em princípios do século XVI foi iniciado o comércio de escravos para o Novo Mundo. A Espanha os introduziu na América Espanhola (Antilhas) e Portugal os introduziu no Brasil. A partir de 1549 foram importados negros em maior quantidade para as capitanias da Bahia e de Pernambuco. Os comerciantes traziam os negros da África e os vendiam aos senhores e aos lavradores por preços vantajosos. Com os lucros da venda do açúcar, os senhores compravam mais escravos, aumentando a produção do engenho. Os negros vinham como escravos de uma região que também praticava a escravidão.

Os escravos que chegavam ao Brasil procediam de diferentes regiões da África. Vinham de Angola, Mina, Cabinda, Congo, Moniolo.

A transição da escravidão indígena para a africana não foi muito rápida nos primeiros tempos. Segundo Boris Fausto,

(...) nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia escravos africanos nos engenhos do Nordeste. A mão-de-obra era constituída por escravos índios ou, em menor escala, por índios provenientes das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo. Tomando o exemplo de um grande engenho – Sergipe do Conde, na Bahia – (...) podemos ter uma idéia de como se processou a transição. Em 1574 os africanos representavam 7% da força de trabalho; em 1591 eram 37% e, em torno de 1638, africanos e afro-brasileiros compunham a totalidade da força de trabalho.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 79-80

Como você explicaria a transição da escravidão indígena para a africana?

Pausa

Escravos, lavradores e indígenas

A escravidão africana firmou-se, no final do século XVI, como a mão-de-obra básica na grande região escravista do Nordeste brasileiro. Nessa região formaram-se grandes fazendas que também passaram a ser chamadas de engenhos.

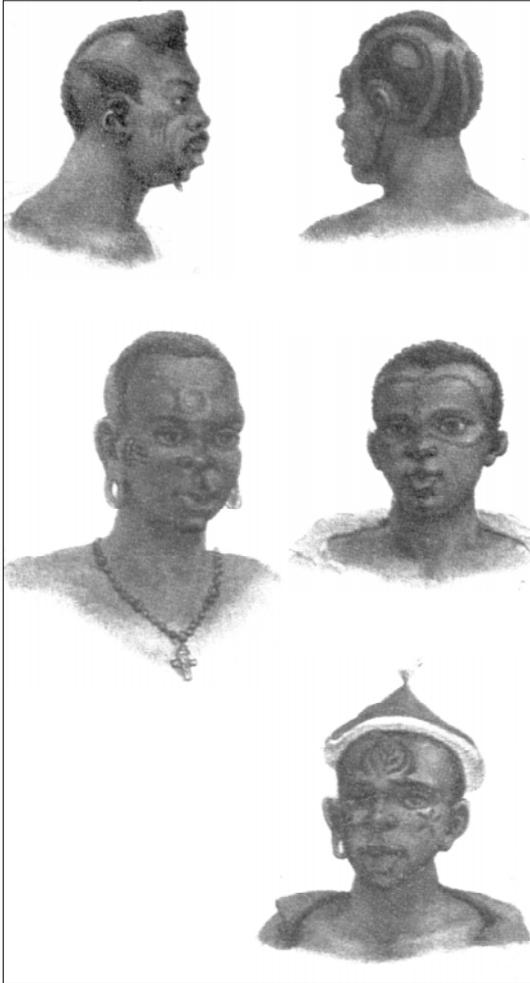
Mas, além da fábrica de açúcar, o que mais compunha o mundo do engenho? Em volta da produção da cana, nas grandes fazendas, encontramos a casa-grande, residência do senhor e da família colonial. Encontramos também a senzala, moradia dos escravos, e a capela, onde se realizavam os cultos religiosos católicos. Quanto mais rico fosse o fazendeiro, maior era o engenho e maior o número de escravos para plantar e colher a cana, preparar, transportar e embarcar o açúcar produzido.

Mas era preciso também um bom pasto, para alimentar os bois. E também eram necessárias matas que fornecessem lenha. A lenha era queimada nas fornalhas para fazer ferver o caldo da cana que, depois, se transformava em açúcar. Estamos vendo, portanto, que muitas atividades foram surgindo em volta da produção do açúcar.

Nem todos os agricultores que plantavam cana tinham condições de manter um engenho. Esses **lavradores** levavam as suas canas a um engenho próximo e, em troca, o senhor daquele engenho dava-lhes uma parte, geralmente a metade, do açúcar produzido com elas.

Com o aumento do número de engenhos, aumentou também a população brasileira. As áreas de terra colonizada ampliaram-se cada vez mais. Nas primeiras décadas do século XVII havia cerca de cem engenhos apenas na capitania de Pernambuco, a mais importante da região açucareira.

Fora dos engenhos e das plantações de cana, uma população menor se espalhava pelas áreas de criação de gado. Estamos penetrando agora no interior da colônia: no caminho do norte, o sertão nordestino; pelo sul, as terras do oeste, entrando pela capitania de São Vicente, onde hoje é São Paulo.



As zonas de pastoreio não rendiam os mesmos lucros que os engenhos traziam aos seus donos. Os escravos eram em número bem menor, pela própria natureza da atividade do pastoreio, e pelo fato de predominar ali uma agricultura de subsistência.

Nas regiões que cercavam os engenhos, no interior, encontramos mestiços livres, brancos pobres, escravos libertos, lavradores mais modestos — enfim, aqueles que trabalhavam nas atividades econômicas voltadas para o atendimento da própria colônia.

Era preciso muito dinheiro para entrar no tráfico de escravos. Os senhores da região açucareira participavam ativamente desse mercado. Já os senhores das capitanias do sul da colônia não podiam pagar o custo da compra de escravos.

Outra forte razão fez com que as capitanias do sul não prosperassem da mesma forma que as do norte e nordeste. Eram mais distantes da metrópole portuguesa, e o governo em Portugal não pretendia gastar com uma capitania que não pudesse controlar bem.

Havia ainda a serra do Mar, que dificultava o acesso às capitanias do sul. Por tudo isso, essas capitanias não podiam comprar escravos negros que custavam caro.

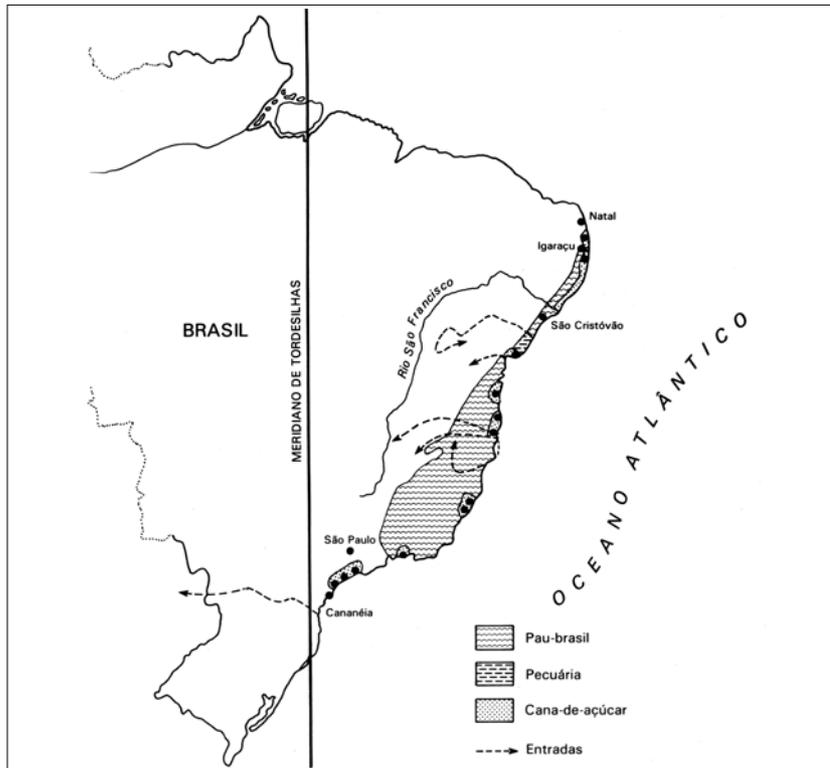
Qual foi a solução encontrada pelas capitanias do sul? **Intensificar a busca aos índios.** Os **bandeirantes**, em sua aventura de exploração do interior da colônia, seguiam a rota dos rios, penetravam no território e caçavam impiedosamente os índios que ali habitavam.

Foram muitos e violentos os confrontos entre os bandeirantes e os jesuítas que protegiam os índios nos territórios das missões. Em São Vicente, o trabalho escravo indígena foi largamente utilizado.

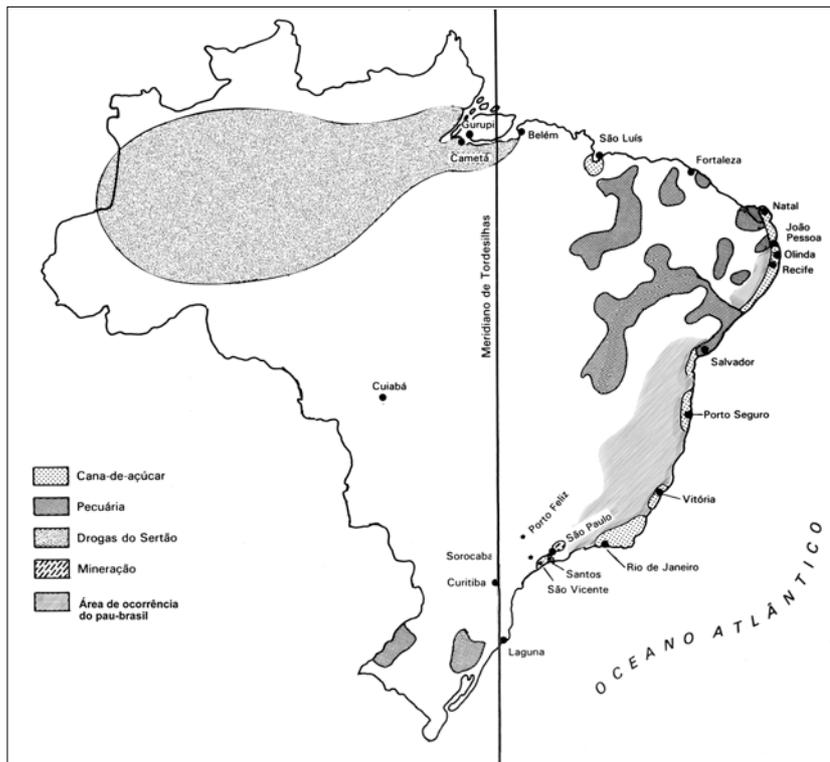
Últimas palavras

O açúcar, o tabaco, a pecuária e o comércio mudaram a face da colônia. Em 1600, ou seja, cem anos depois da chegada dos portugueses em terras brasileiras, a colônia contava com 100 mil habitantes. Desse total, 30 mil eram brancos e 70 mil eram mestiços: negros e índios agregados. Milhares de pessoas chegaram atraídas pelas possibilidades de enriquecimento que tanto se comentavam na Europa.

As atividades econômicas foram se diversificando para atender à população que aumentava ano a ano. Essas atividades podem ser classificadas em dois grupos: as que tinham grande importância para o mercado europeu (produção de pau-brasil, cana-de-açúcar e tabaco e, ainda, mineração) e as que tinham grande importância para os que habitavam a colônia (agricultura de subsistência, pecuária, drogas do sertão, como guaraná, castanha, cravo, pimenta etc).



SÉCULO XVI



SÉCULO XVII

AULA
6

Veja, nos mapas da página anterior, como as atividades econômicas se distribuíram na colônia portuguesa. Espalhados pelo território, encontramos homens livres, escravos libertos, lavradores e mestiços livres trabalhando em suas respectivas atividades. Mas a maior parte do trabalho era mesmo feita por escravos, índios e negros.

No regime escravista, a pessoa do escravo é propriedade de outro homem; sua vontade está subordinada à autoridade de seu dono, o que quer dizer que ele não tem o direito de exercer sua vontade própria; por fim, seu trabalho é obtido mediante coação.

A escravidão marcou a sociedade brasileira, que, naquele momento, começava a se formar. Possuir um escravo passou a ser muito importante. O escravo era um bem que servia para medir a riqueza do senhor. Quanto mais escravos um senhor pudesse comprar, mais rico demonstrava ser para a sociedade.

Além de indicar riqueza, ter escravos era sinal de prestígio. Um homem de bem era aquele capaz de ter escravos em casa. Isso deixava claro para os outros grupos que era ele bem-sucedido ou capaz de subir na vida.

No período colonial, era comum que pequenos lavradores tivessem um ou dois escravos. Não havia reprovação pelo fato de se comprar e escravizar um homem. A Igreja aprovava, a sociedade aprovava, a justiça garantia, e os países de origem dos negros não reprovavam.

Durante quase trezentos anos a colônia se manteve graças ao trabalho escravo, não só de negros, mas também de índios.

Exercícios

Exercício 1

Leia o item **No interior da fábrica de açúcar**. Descreva as características de um engenho de açúcar na América Portuguesa do século XVII.

Exercício 2

Explique a afirmativa final da aula: “Durante quase trezentos anos a colônia se manteve graças ao trabalho escravo, não só de negros, mas também de índios”.



A colonização espanhola e inglesa na América

Nas duas primeiras aulas deste módulo, você acompanhou a construção da América Portuguesa. Nesta aula, vamos estudar como outras metrópoles européias, Espanha e Inglaterra, ocuparam e exploraram suas colônias americanas.

Esse percurso pela América colonial nos será útil para perceber as diferentes modalidades de colonização e seus diferentes impactos na história das sociedades americanas.

Abertura

A empresa colonial espanhola

Vamos iniciar esta aula contando uma pequena história.

Com os primeiros alvares da madrugada o general espanhol já estava de pé, inspecionando as suas tropas. Estas se reuniam, com o coração palpitante, sob as respectivas bandeiras, enquanto a trombeta emitia notas excitantes que (...) iam morrer em ecos distantes nas montanhas. As chamas sagradas nos altares (...) indicavam o sítio da capital, até que templos, torres e palácios se revelaram em toda a plenitude (...). Era o dia 8 de novembro de 1519, um dia notável na história – aquele em que os europeus pisaram pela primeira primeira vez na capital do mundo ocidental.

Citado por W. Ceram, *Deuses, túmulos e sábios*, p. 279-80

Esse pequeno trecho, escrito em linguagem rebuscada por um historiador do século passado, refere-se à chegada do exército do conquistador espanhol Cortês à capital do império asteca, a cidade de Tenochtitlán – chamada, pelo autor, de capital do Ocidente.

Você pode perceber que o autor, com a utilização de diversos adjetivos, fala ao mesmo tempo do deslumbramento e do temor que os conquistadores sentiram ao entrar naquela grande cidade onde encontrariam o chefe asteca Montezuma. Um ano após esse histórico encontro, o chefe Montezuma seria morto. Algum tempo depois, todo o império asteca estaria destruído. Sob seus escombros, na região que hoje compreende o México, foi montada a colonização espanhola.

Movimento

Arte asteca

AULA
7

Os acontecimentos narrados acima foram típicos da colonização espanhola na América. Não que a violência não tenha ocorrido também nas colonizações portuguesa, inglesa ou francesa. Mas em nenhuma delas encontraram-se sociedades com o grau de organização dos astecas, maias e incas presentes nos domínios espanhóis (lembre-se da Aula 3). A existência dessas sociedades fez com que a **presença dos nativos fosse um traço fundamental na construção da América Espanhola**. Vejamos como isso ocorreu.

Você já deve saber que a colonização espanhola foi precedida de uma verdadeira guerra de conquista do território americano. Alguns historiadores, tentando traduzir em termos numéricos a extensão da conquista européia na América – não apenas a espanhola –, chegam a afirmar que, por volta de 1492, havia cem vezes mais nativos do que hoje.

Em tempo

Estimativas para todos os nativos da América em 1492 variam de 50 a 100 milhões, contra 60 a 70 milhões [de habitantes] em toda a Europa à mesma época. A redução dos indígenas foi drástica. Foram dizimados pelos maus-tratos, assassinatos, fome e, de modo especial, pelas doenças européias e africanas, contra as quais não possuíam anticorpos.

Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo, Colombo e a América, p. 62

Da mesma forma como aconteceu com a ocupação portuguesa, também a Coroa espanhola precisava definir as linhas gerais do processo de colonização. Algumas questões estavam em jogo, no final do século XV e início do século XVI. Como extrair as riquezas americanas? O Estado criaria empreendimentos próprios ou atuaria apenas no controle administrativo e no recolhimento de impostos?

Como a Coroa espanhola percebeu que não conseguiria promover a exploração das novas terras apenas com seus recursos, em pouco tempo permitiu a atuação da iniciativa privada. A questão da utilização da mão-de-obra nativa teve então de ser enfrentada: os nativos poderiam ou não ser escravizados?

Para os colonizadores, a escravidão representava a única forma de explorar as terras conquistadas. Já a Igreja Católica mostrava-se contrária à escravização dos nativos: defendia que o papel fundamental da Espanha na América era a **salvação das almas pagãs**.

A questão transformou-se em um grave problema político, que o Estado espanhol tentou contornar ao longo do século XVI. A legislação espanhola procurou, inicialmente, atender às exigências da Igreja. Mas, ao mesmo tempo que atendia à Igreja, criava outras formas de satisfazer aos interesses dos conquistadores e colonos.

A **guerra justa** foi uma dessas formas. Regulamentada em 1513, ela permitia que populações nativas consideradas hostis fossem escravizadas. Dessa forma, um grande número de nativos foi feito escravo. Mas as pressões da Igreja sobre o Estado cresceram até que finalmente, na década de 1540, a escravidão foi declarada inteiramente ilegal.

Todo esse conflito não impediu, no entanto, que a colonização espanhola avançasse quando foram descobertas grandes minas de prata no Peru e no México. Era o início da **empresa mineradora** na América Espanhola. O problema da mão-de-obra teve de ser novamente enfrentado: a solução encontrada foi o **recolhimento forçado de nativos**, que tinha origem em formas de exploração da mão-de-obra já praticadas nos impérios inca e asteca, antes da presença dos espanhóis nas terras americanas.

Mais uma vez buscava-se contornar a legislação contrária à escravização dos nativos. Apesar das críticas e denúncias por parte de alguns religiosos, **o trabalho compulsório dos nativos foi um dos fundamentos da empresa mineradora espanhola na América.**

Como era o trabalho nas minas? O documento a seguir, de um contemporâneo, pode nos auxiliar:

*O trabalho é duro: o índio passa oito horas na mina, mas as dimensões da galeria só permitem quatro horas de trabalho por trabalhador.(...) O trabalho é insano: o que ameaça o índio que trabalha no fundo, a curto prazo, é a pneumonia, ao sair do calor da mina e encontrar-se nessa montanha exposta ao vento, a 4.000 metros de altitude (...). Não se deve acreditar que o trabalho forçado seja gratuito; não é uma escravidão. O **mitayo** (...), isto é, o requisitado, tem direito a um jornal em prata com o qual deve alimentar-se (...).*

Citado por M. L. Belloto e A. M. Correa, A América Latina de colonização espanhola.

Com base nessas informações e nos seus conhecimentos, escreva um pequeno texto sobre a situação das populações nativas na América Espanhola.

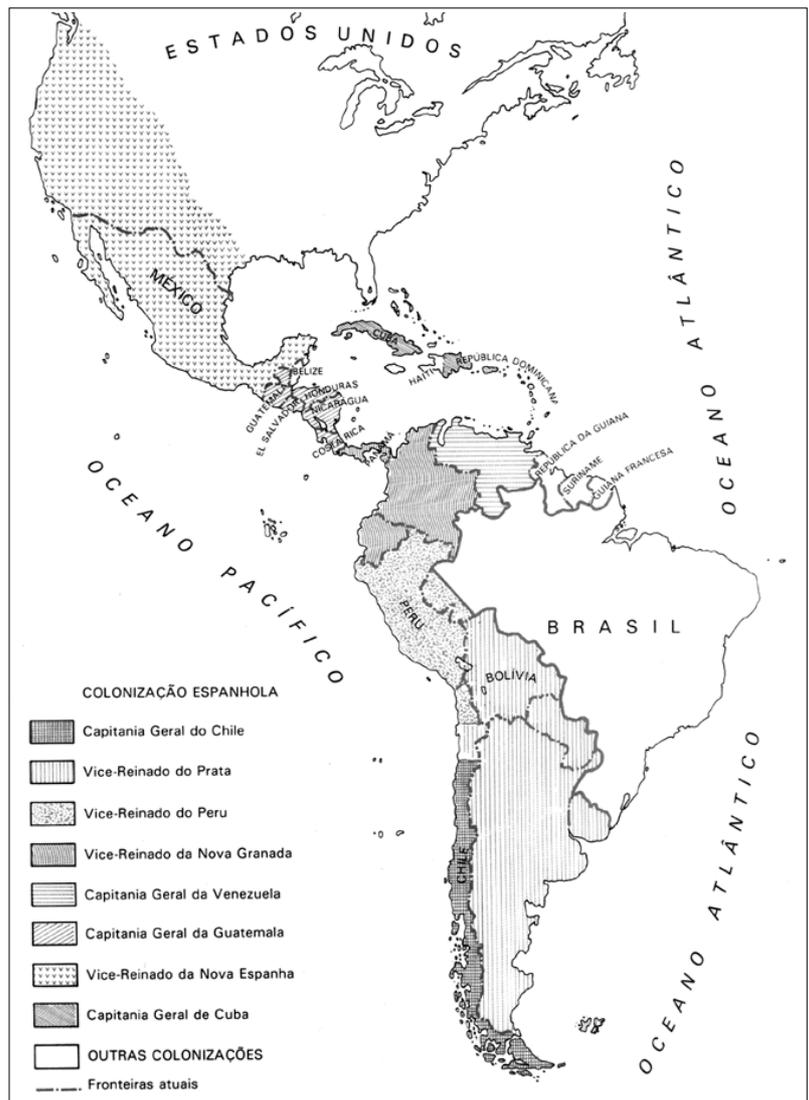
Pausa

A descoberta e extração de enormes quantidades de metais preciosos levaram a Coroa espanhola a aumentar o controle das atividades comerciais de suas colônias americanas.

Foram fixadas regras bastante rígidas. Todo o comércio com as colônias passou a ser centralizado na cidade espanhola de Sevilha. Só comerciantes com permissão da Coroa poderiam participar do comércio colonial e deveriam integrar-se às duas frota anuais que eram enviadas à América, **exclusivamente** para três portos, em toda a colônia: Cartagena (Colômbia), Porto Belo (Panamá) e Vera Cruz (México).

Essa organização, obviamente, enfrentaria muitos problemas. As dificuldades de abastecimento e fiscalização fizeram com que o **contrabando** se tornasse uma realidade freqüente em grande parte da América Espanhola.

A mineração favoreceu a expansão de atividades agropastoris em regiões próximas ao mercado criado pelas minas. Mais tarde, com o declínio da mineração, em meados do século XVII, essas regiões tenderam a voltar sua produção especialmente para a metrópole.



Para concluir, tratemos agora de estabelecer algumas comparações entre as colonizações portuguesa e espanhola. A primeira fundou-se na agroexportação e a segunda, na empresa mineradora.

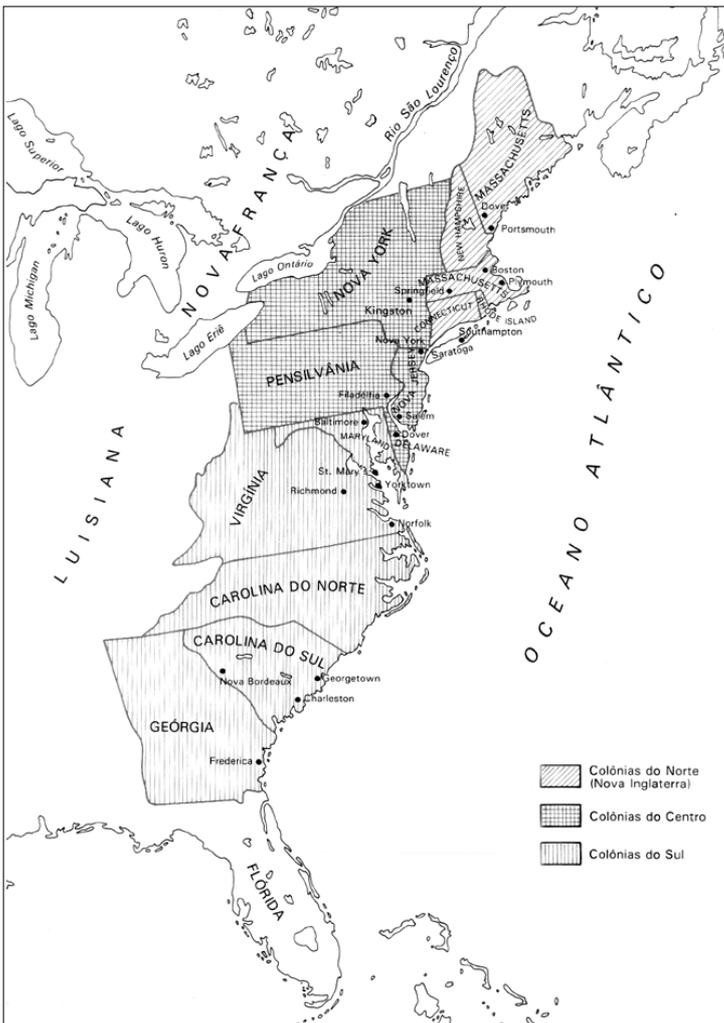
Esses dois empreendimentos se articulavam aos **objetivos gerais da política mercantilista** das Coroas portuguesa e espanhola.

Esses objetivos eram impulsionar as atividades comerciais e garantir um fluxo de metais preciosos que favorecessem o fortalecimento econômico e político dos respectivos reinos. Não foi, portanto, por acaso que as Coroas ibéricas se preocuparam em estabelecer regras rígidas na relação com as suas colônias. O **exclusivo comercial**, o controle dos portos, o combate ao contrabando, as limitações à produção de manufaturados e à circulação de idéias e ainda as exigências fiscais e administrativas constituíram um conjunto de medidas representativas do **pacto colonial**.

Dessa maneira, o açúcar brasileiro e o ouro e a prata das colônias espanholas representaram o ponto de partida para a formação do **sistema colonial mercantilista** na América, que integrou também algumas colônias francesas e inglesas, especialmente nas Antilhas.

A América inglesa: povoamento e diversidade

Em outras partes da América, no entanto, a história foi bastante diferente. Em algumas regiões da América do Norte formaram-se colônias inglesas bem mais autônomas que as colônias ibéricas. Vejamos, mais de perto, essa nova modalidade colonial.



Seja em razão dos **graves conflitos político-religiosos** ocorridos no território inglês, seja devido ao maior interesse dos comerciantes ingleses nos **negócios do Oriente**, o fato é que a colonização da América do Norte pela Inglaterra ocorreu de forma lenta e descontínua, e com **menor presença do Estado**.

Na maior parte das vezes, foram empresas particulares inglesas ou ainda os próprios colonos que promoveram a ocupação inicial e determinaram as formas de exploração da riqueza e a utilização da mão-de-obra.

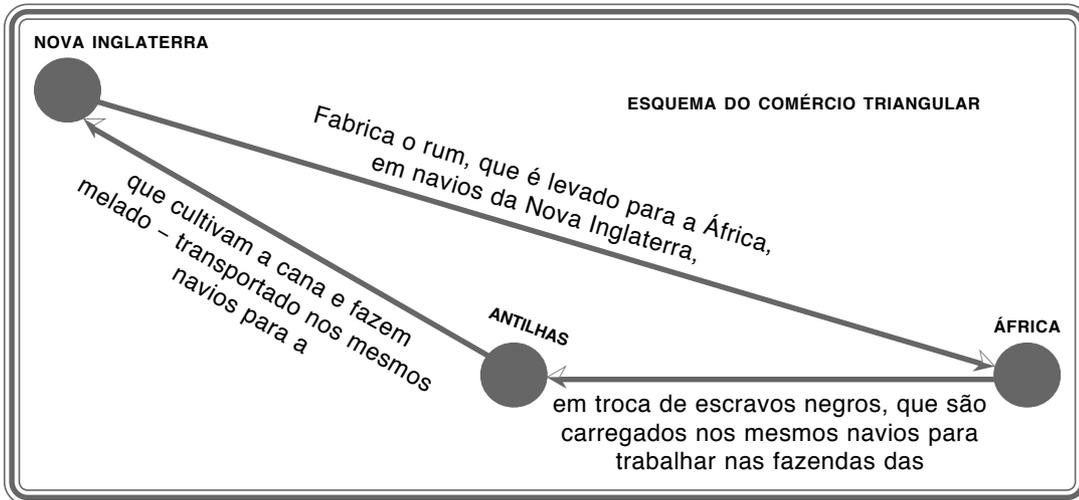
Essa situação, e ainda as diferentes condições climáticas, fizeram com que as colônias inglesas na América passassem a apresentar características bem diversificadas.

No **sul**, o clima quente permitiu a formação de uma economia agrária de base escravista, voltada para o mercado externo, especialmente para a Inglaterra. As grandes plantações de tabaco e de algodão favoreceram a emergência de uma sociedade aristocrática e escravocrata, semelhante a muitas colônias ibéricas. A Coroa inglesa, no decorrer do século XVII, tendeu a ampliar o controle da produção e da comercialização dos produtos agrícolas do sul.

Já a ocupação da região **norte** obedeceu a critérios muito diferentes dos estabelecidos em outras regiões americanas. Ali foram criadas **colônias de refugiados políticos e religiosos**, interessados em construir uma nova sociedade, voltada para os seus próprios interesses e baseada na sua consciência religiosa.

O clima temperado também inviabilizava a criação de empresas agrícolas voltadas para o mercado externo. O resultado foi a formação, nas regiões **norte e centro**, de uma economia agrária de base familiar ou servil, mais voltada para o consumo interno. O trabalho servil era temporário e regido por contratos. Aquele trabalhador sem recursos que desejava vir para a América pagava a passagem e a hospedagem com o seu trabalho, por um determinado tempo (cinco a sete anos), às empresas de colonização.

Mais interessada na produção de gêneros tropicais, a Coroa inglesa não procurou proibir que se desenvolvessem, nessas duas regiões, atividades manufatureiras e comerciais capazes de atender ao consumo local. Essa maior liberdade permitiu o surgimento de um forte grupo mercantil que teve até mesmo condições de impulsionar atividades comerciais com portos de várias partes do mundo. Era o **comércio triangular**, que interligava a economia americana com a África e a Europa. Mais tarde, a Coroa inglesa tratou de adotar medidas que visavam terminar com essa **liberdade comercial**.



A relativa autonomia econômica – mais presente, como vimos, nas regiões **norte e centro** – foi acompanhada de uma certa liberdade política, que permitiu a criação de órgãos representativos dos próprios colonos. Mesmo com as limitações que foram sendo impostas a esses órgãos, eles se tornaram muito importantes para a garantia de algumas liberdades políticas e econômicas perante a política colonial inglesa.

Para explicar a realidade colonial da América, alguns autores dividiram as colônias americanas em dois tipos: as **colônias de exploração**, vinculadas ao sistema mercantilista, e as **colônias de povoamento**, colocadas à margem desse sistema.

A América Portuguesa seria o exemplo mais significativo do primeiro tipo, enquanto o norte da América inglesa representaria o exemplo típico das colônias de povoamento.

Faça um quadro estabelecendo as principais diferenças entre essas duas modalidades de colonização.

Pausa

Últimas palavras

Nesta aula você acompanhou o início do processo de colonização das terras americanas pelos europeus, e pôde perceber as diferentes estratégias utilizadas pelas metrópoles europeias para empreender essa gigantesca iniciativa.

De modo geral, as Coroas europeias tiveram por objetivo transformar os territórios dominados em **área de exploração econômica exclusiva**. Fizeram isso por meio da criação de economias especializadas, voltadas para a produção de matérias-primas e metais preciosos.

Na Europa da época mercantilista, as colônias americanas passaram a desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento das economias metropolitanas. Formava-se, assim, um **sistema colonial mercantilista**, constituído pelas metrópoles e pela grande maioria das suas colônias. **À margem desse sistema estiveram apenas algumas colônias inglesas na América do Norte.**

No decorrer da Era Moderna, nos séculos XVII e XVIII, as colônias deixaram de ser vistas apenas como fonte produtora de matérias-primas e metais. As metrópoles passaram também a encará-las como um possível mercado consumidor de seus produtos manufaturados. Daí a ampliação das restrições ao desenvolvimento das manufaturas nas colônias.

Em 1747, o inglês Postlethwayt resumiu assim o que as colônias deveriam representar para suas metrópoles:

As colônias devem: primeiro, dar à metrópole um maior mercado para os seus produtos; segundo, dar ocupação a um número maior dos seus (da metrópole) manufactureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa.

Mas será que as colônias americanas em geral, e a América Portuguesa, em particular, viviam apenas para as suas metrópoles? Certamente, a história não foi assim tão simples. A colônia era uma realidade social viva, que se transformava em meio às restrições metropolitanas.

É exatamente isso o que você verá nas próximas aulas.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A empresa colonial espanhola** e identifique traços comuns entre as colonizações espanhola e portuguesa na América.

Exercício 2

Releia o item **A América inglesa: povoamento e diversidade** e descreva a vida em uma colônia inglesa do norte.



Estado e Igreja na aventura colonizadora

Em aulas anteriores, vimos que a América Portuguesa foi ganhando contornos mais nítidos no final do século XVI. No litoral nordestino formava-se uma sociedade escravista, sob o domínio dos senhores de engenho. Em outras regiões da colônia, mais para o interior, conviviam lavradores, mestiços, colonos e indígenas.

Mas não bastava apenas organizar a economia e a administração nas terras brasileiras. Era necessário, também, ordenar a transmissão dos valores europeus naquela sociedade bastante diversificada. Quem faria esse papel? Como romper com a barreira da língua? Como as populações nativas e os escravos compreenderiam os principais elementos da cultura européia?

Nesta aula, vamos estudar a atuação do principal agente cultural na América Portuguesa: a Igreja Católica. Esse estudo será feito examinando-se as relações da Igreja com o poder colonial, representado pelos altos funcionários da Coroa portuguesa.

O Estado português na colônia

O ano é 1549. O local: porto da Baía de Todos os Santos, capitania da Bahia, América Portuguesa. A cena: um pequeno número de pessoas acompanha o desembarque de dois importantes personagens para o desenrolar da nossa história: Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, e Manuel da Nóbrega, chefe da primeira delegação dos jesuítas nas terras brasileiras.

Na cabeça de um dos espectadores poderiam estar passando as seguintes perguntas: quem são eles? O que querem nestas terras? Vão atuar em conjunto ou separadamente? Para responder a essas perguntas, tratemos de apresentar nossos personagens. Vamos acompanhar como se relacionaram Estado e Igreja Católica nas terras brasileiras, em sua aventura colonizadora.

Tomé de Sousa era um experimentado funcionário da Coroa portuguesa. Já havia combatido os mouros na África e participado de uma expedição ao Oriente antes de desembarcar em terras brasileiras. Fundou a cidade de Salvador, combateu e destruiu aldeias tupinambás e buscou assentar populações na nova colônia.

Mas ficou pouco tempo por aqui. Em 1553, retornou a Portugal, sendo substituído por Duarte da Costa, segundo governador-geral.

Sousa e Costa não vieram para a colônia como exploradores, nem eram donatários que aqui chegaram para fixar raízes e contribuir na colonização. Mais

Abertura

Movimento

do que isso, eram **funcionários reais**. Altos funcionários da Coroa. Isso significa que a Coroa portuguesa possuía recursos e poder suficientes para manter um corpo de funcionários próprio, civil e militar. Como isso era possível?

Não é difícil responder a essa pergunta, se voltarmos nossos olhos para a Europa naquele momento. Em Portugal e em vários países do “velho continente”, vivia-se a época de afirmação do poder real. Formava-se o Estado centralizado, que passou a concentrar o poder na figura do monarca: era o **absolutismo monárquico**.

Em tempo

O regime absolutista foi muito forte na Europa, de meados do século XVI até o final do século XVIII. Veja como Miguel Suriano, embaixador de Veneza na França, descreveu, em 1546, a extensão do poder real naquele país:

Quanto à autoridade daquele que governa, direi apenas que este reino tão grande (...) depende apenas da vontade suprema do rei, que é amado e servido por seu povo e que possui uma autoridade absoluta. (...) O rei que distribui um sem-número de empregos, de dignidades, de cargos (...). (...) tudo depende dele e somente dele: a paz e a guerra, os impostos e os tributos, os favores, os benefícios, os cargos, o governo e a administração do reino inteiro.

Citado por Ilmar Mattos e outros, *História*, p. 87

Todas essas funções obrigavam o monarca a criar um grande corpo de funcionários no reino e nas suas colônias. Em Portugal, esse corpo de funcionários incluía também os membros da Igreja Católica – pois, pelo regime de **padroado**, a Igreja subordinava-se ao Estado, isto é, era **parte integrante** dele. Cabia ao Estado português nomear os bispos, remunerar o clero e recolher os tributos (dízimos) dos fiéis à Igreja. Por outro lado, o Estado se comprometia a assegurar e preservar a presença da Igreja nas terras descobertas. Essa relação de subordinação não iria significar, como veremos mais tarde, total submissão da Igreja aos interesses do Estado português.

O amplo poder do monarca era demonstrado, na colônia, por meio de seus funcionários e de uma extensa legislação. Mas, lembra o historiador Boris Fausto, não se deve imaginar o Estado português na colônia como uma máquina administrativa esmagadora. As dificuldades impostas pela extensão do território da colônia fizeram com que o raio de ação do Estado ficasse limitado à principal região econômica das terras brasileiras, isto é, ao litoral nordeste.

Isso aconteceu pelo menos até o século XVIII, quando a descoberta de metais preciosos na região das Minas Gerais obrigou a Coroa a criar uma estrutura administrativa mais rígida para impedir o contrabando e assegurar o pagamento de impostos, o chamado **quinto**.

Em várias outras regiões da colônia predominaram os proprietários rurais (por intermédio das câmaras municipais) e as ordens religiosas, especialmente a ordem dos jesuítas. Tudo isso fazia com que o papel da Igreja na colônia fosse de extrema importância para a Coroa portuguesa.

Vejamos como a Igreja desempenhou um papel fundamental na construção da América Portuguesa. Para isso, é necessário que voltemos à nossa cena inicial.

Igreja Católica e colonização

Fixemos agora nosso olhar no desembarque do jesuíta Manuel da Nóbrega. Nóbrega era português, e chegou às terras brasileiras com pouco mais de 30 anos. Junto com ele vieram mais cinco religiosos, todos jesuítas, que faziam parte de uma ordem criada apenas nove anos antes: a **Companhia de Jesus**.

Essa nova ordem possuía como principal missão a difusão do evangelho em todos os povos. Marcada por uma rigorosa disciplina, logo tornou-se um poderoso instrumento da Igreja Católica na luta contra o avanço do protestantismo na Europa, naquela primeira metade do século XVI.

Vivia-se a época da **Reforma protestante**. Na Alemanha, na Suíça, na Inglaterra, na França e em vários países europeus, a Igreja havia sido obrigada a recuar. Surgiam novas religiões, como o luteranismo, o calvinismo, o anglicanismo e o anabatismo. A Reforma questionava tanto a atuação como a organização da Igreja Católica. E exigia o fim da corrupção na Igreja e o retorno a uma religiosidade mais pura, baseada na fé.

A Reforma protestante do século XVI abriu caminho para a multiplicidade de religiões que existem hoje em dia no mundo e no Brasil.

Você certamente conhece pessoas de diferentes religiões. Faça uma pequena pesquisa com essas pessoas. Pergunte-lhes sobre as principais características de suas religiões. Depois, faça um pequeno quadro comparativo.

Pausa

Diante da Reforma protestante, a Igreja Católica reagiu, contra-atacou. Era a **Contra-Reforma**. A Igreja Católica manteve seus dogmas e sua organização hierarquizada, reforçou suas posições nos países católicos, como Portugal e Espanha, e ainda intensificou a luta contra as heresias e o protestantismo, por intermédio do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição). A criação de uma ordem rigidamente organizada e disciplinada como a Companhia de Jesus, uma espécie de **milícia da fé**, fez parte dessa reação católica.

A presença de jesuítas como Manuel da Nóbrega nas terras brasileiras, portanto, tinha por objetivo conquistar súditos para um Estado em expansão e fiéis para uma Igreja envolvida em uma enorme crise. Mas nem sempre foi possível atender a essas duas exigências.

Se ao Estado cabia organizar a economia e a administração da colônia, à Igreja coube o papel de agente educacional e cultural. E, nisso, os jesuítas foram rápidos e eficientes. Quinze dias após a sua chegada, já funcionava a primeira escola de ler e escrever. Era o passo inicial para a criação de uma rede de ensino formada por escolas, colégios e seminários.

A instrução elementar para nativos e colonos era feita nas escolas. Os colégios e seminários eram responsáveis pela formação de sacerdotes para atuar na evangelização. Mais tarde, os colégios foram também abertos aos colonos interessados em continuar seus estudos. Aqueles que não seguiam a carreira religiosa e desejavam formar-se em direito ou medicina eram obrigados a estudar na Universidade de Coimbra, em Portugal, ou na Universidade de Montpellier, na França.

A preocupação central dos jesuítas quanto ao ensino foi criar na colônia uma elite culta, letrada e religiosa. Nos colégios, a formação era dividida em dois níveis. O primeiro era um curso de humanidades no qual se estudavam disciplinas básicas, como gramática e retórica. O segundo era um curso de filosofia, com estudos de lógica, moral, física e matemática. A formação do

religioso envolvia ainda um terceiro curso: o de teologia e ciências sagradas. Os cursos jesuíticos não se caracterizaram pelo livre-exame, pelo desejo de novas descobertas científicas, pelo espírito de análise e crítica que avançava na Europa naquele século XVI. Ao contrário: como ordem criada no espírito da Contra-Reforma, a Companhia de Jesus tinha por objetivo fundamental **formar um homem culto e disciplinado, defensor dos dogmas e da autoridade.**

Em tempo

O mesmo não aconteceu nas colônias inglesas da América, como nos descreve Fernando de Azevedo:

As diferenças de idéias e processos de educação, na América do Sul e do Norte, provêm (...) da oposição entre duas concepções cristãs – a que se manteve fiel à ortodoxia católica, e a que implantou o cisma religioso (...). ... é preciso reconhecer no [cristianismo] inglês, como até certo ponto no protestante da Inglaterra e de outros países, maior independência de espírito. Em teologia, como em política e em ciência, o inglês recusa-se a aceitar as opiniões recebidas, tendendo a formar ele mesmo uma opinião. Longe de proibir o livre-exame, o protestantismo o exige. Ele é bastante largo para permitir o uso da razão, bastante simples para seguir melhor a evolução das idéias modernas, retendo, contudo, o essencial da fé (...).

Fernando de Azevedo, A cultura brasileira, p. 517

O mesmo autor destaca, no entanto, o importante papel civilizador e unificador dos jesuítas na colônia. Segundo Azevedo, foram eles os principais responsáveis não só por despertar aqui o gosto pelas “coisas do espírito”, mas principalmente pelo processo de **unificação lingüística, religiosa e cultural na América Portuguesa, o que foi decisivo na construção da identidade nacional brasileira nos séculos XIX e XX.**

Esse papel unificador dos jesuítas se desenvolveu também nos aldeamentos ou missões. As missões eram áreas livres, intocáveis, e os indígenas ali reunidos não podiam ser escravizados.



Missão religiosa

AULA
8

A maior independência das ordens religiosas e os conflitos crescentes entre colonos e religiosos não devem, no entanto, ser interpretados como um total afastamento da Igreja da obra colonizadora. A Igreja Católica e suas ordens, é certo, possuíam interesses próprios que podiam se chocar com os do Estado e dos colonos, como na questão indígena. Mas, em sua atuação geral, seja nos colégios ou nas missões, a Igreja cumpriu seu papel de agente cultural da colonização.

É bom lembrar que foram os religiosos que criaram uma **língua geral** para promover a catequese nas aldeias e nas missões. Tomando como base o tupi, missionários como o padre Anchieta tentavam transpor para a língua indígena a mensagem católica.

O deus Tupã, relacionado ao poder dos trovões, passava a representar o deus católico; os rituais de culto aos mortos expressos em cantos, danças e transes, que ligavam o indígena ao passado de sua comunidade, eram agora tratados como malignos, diabólicos. Por meio do teatro, com os **autos**, os jesuítas representavam a luta do bem contra o mal, da palavra de Deus contra o demônio dos antigos rituais.

Tudo isso tinha como resultado a desintegração dos antigos laços entre os indígenas. Acentuavam-se a destribalização e a descaracterização do indígena. O modelo que se queria formar era o de um índio dócil, religioso e disciplinado.

Em tempo

Veja a imagem de índio ideal expressa no seguinte trecho do padre Anchieta sobre o trabalho dos jesuítas nas aldeias indígenas:

Os padres, além de instruir os índios nas coisas necessárias à sua salvação, ensinam aos seus filhos (...) ler, escrever, contar e falar português que aprendem e falam em graça, a dançar à portuguesa, a cantar e a ter seu coro de canto e flauta para suas festas.

Citado por Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, p. 508

A Igreja Católica teve também um papel importante na justificação da escravidão africana na colônia. Um argumento corrente no século XVII, desenvolvido pelo jesuíta Antônio Vieira, era o de que a escravidão foi a forma criada pela Divina Providência para retirar os negros do pecado (na África) e levá-los até a palavra de Deus nas terras brasileiras.

A escravidão, assim, seria um “meio de salvação” da alma do africano. Esse raciocínio, que deve ser entendido como fruto de uma determinada época histórica, favoreceu a aceitação da escravidão como uma prática natural na colônia.

Últimas palavras

A sociedade que foi sendo formada nos séculos XVI e XVII nas terras brasileiras sofreu forte influência da atuação do Estado e da Igreja. O primeiro atuou fundamentalmente na organização da economia e da administração. Sua preocupação básica foi criar e impulsionar atividades econômicas que garantissem a colonização. Daí sua maior presença no litoral nordestino, região da grande lavoura escravista. Com o desenrolar dos tempos, o Estado foi se tornando mais presente e mais importante em outras regiões coloniais, mas sempre como cobrador de impostos e regulador.

As questões de natureza educacional e cultural ficaram a cargo da Igreja Católica. Tendo à frente os jesuítas, e monopolizando o ensino, a Igreja atuou

com desenvoltura em praticamente toda a colônia. Seu trabalho evangelizador nas missões contribuiu para a formação de uma sociedade um pouco mais homogênea do ponto de vista lingüístico e cultural. Para isso, foi fundamental sua atuação na destribalização e descaracterização das comunidades indígenas.

Nesta aula concluímos o segundo módulo do nosso curso, que tratou das bases da colonização na América Portuguesa. Nas próximas aulas, vamos percorrer de norte a sul as várias regiões da colônia. A partir daí, poderemos examinar mais de perto a diversidade econômica, social e cultural da sociedade que se formava nas terras brasileiras.

Sobre o papel da Igreja para a sociedade que se formava na América Portuguesa, assim escreveu o historiador Boris Fausto:

Comotinha um instrumento em suas mãos, a educação das pessoas, o “controle das almas” na vida diária, [a Igreja] era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se resumia a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, a partida sem pecado deste “vale de lágrimas” dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão, a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão “camposanto”.

Boris Fausto, *História do Brasil*

Com base na aula e no trecho acima, escreva um pequeno texto explicando a importância da Igreja Católica para a sociedade que se formava nas terras brasileiras.

Pausa

Exercício 1

Releia o item **O Estado português na colônia** e justifique a afirmativa presente no texto: “Não se deve imaginar o Estado português na colônia como uma máquina administrativa esmagadora”.

Exercício 2

Releia o item **Igreja Católica e colonização** e explique a importância da **língua geral** para a atuação dos jesuítas na colônia.

Exercícios



Módulo 3

Território e regiões da América Portuguesa

Neste terceiro módulo, você vai viajar pela América Portuguesa e entender o processo de expansão territorial empreendido pelos portugueses na conquista de terras antes pertencentes aos espanhóis. Vamos ver, ainda neste módulo, os primeiros movimentos ocorridos em algumas regiões da América Portuguesa que lutaram pelo **fim do domínio colonial português**.

O território se amplia

Abertura

O Brasil é um dos maiores países do mundo. Você já deve ter ouvido essa frase muitas vezes. Desde pequenos, aprendemos que uma das principais características do nosso país é o seu grande e belo território. Como diz a letra do Hino Nacional, o Brasil seria um “gigante adormecido em berço esplêndido”.

No entanto, é fácil verificar que, pelo Tratado de Tordesilhas, a colônia de Portugal deveria ter ocupado um território bem menor na América. Consulte novamente o mapa da página 28.

Nesta aula, mais uma vez, você vai viajar. Agora, a viagem é pela América: pelo sertão, pela Amazônia, pelo sul... Vamos entender como a América Portuguesa conseguiu ampliar o seu território. Vamos acompanhar como os portugueses conquistaram e ocuparam áreas antes pertencentes à América Espanhola. Venha...

Movimento

Caranguejos no litoral

Ao escrever a primeira *História do Brasil*, em 1627, frei Vicente do Salvador observava que os colonos portugueses não haviam ainda conseguido conquistar o interior da colônia, e “arranhavam o litoral como caranguejos”.

Vejamos por quê.

Volte às Aulas 5 e 6 e verifique que a principal atividade econômica da América Portuguesa – a agroindústria açucareira – havia se localizado no litoral nordestino, por causa, principalmente, da maior proximidade com a metrópole portuguesa. A pecuária, com pouca gente e poucos recursos, ocupava áreas isoladas do interior.

Não era só isso. No sertão havia muitos perigos, como os ataques dos índios que haviam fugido do litoral para escapar da escravidão. O que mais assustava os colonos era a enorme dificuldade de sobreviver numa região desconhecida, tendo de vencer rios, serras, matas, e de enfrentar animais ferozes, fome e febres mortais.

Mas, se o medo e o perigo eram grandes, também havia atrativos. Ora, o que poderia atrair os colonos portugueses para o sertão, levando-os a enfrentar os índios, as doenças, a fome e a morte? Justamente aquilo que não havia sido encontrado no litoral, decepcionando o próprio Pero Vaz de Caminha: **o ouro, a prata, as pedras preciosas.**

Corriam lendas em torno da existência de um Eldorado, região supostamente localizada no coração da América, onde tudo seria feito de ouro. Além disso, as grandes minas de prata do Potosi, exploradas pelos espanhóis, indicavam que o interior era uma área de grandes riquezas à espera de quem tivesse coragem e audácia para conquistá-las.

Ao longo do século XVI, a ocupação portuguesa não se estendeu muito além dos núcleos de povoamento no litoral açucareiro do Nordeste – principalmente nas capitanias de Pernambuco (Olinda e Recife) e Bahia (Salvador) e em alguns pontos do Centro-Sul, como São Vicente e Rio de Janeiro. Mas a **União Ibérica**, ocorrida em 1580, iria tornar possível a expansão dos colonos portugueses sobre áreas da América Espanhola.

Salvador foi a capital do Brasil até 1763. Embora os dados não sejam muito seguros, calcula-se que tinha 14 mil habitantes em 1585, 25 mil em 1724 e cerca 40 mil em 1750, a metade dos quais eram escravos.

Segundo o historiador Boris de Fausto (*História do Brasil*, p. 77), São Paulo tinha menos de 2 mil habitantes em 1600.

Em tempo

A União Ibérica e os ataques estrangeiros à América Portuguesa

Mas o que teria sido essa União Ibérica, que tantas conseqüências trouxe para a América Portuguesa? **Ibérica** é o nome da península situada no extremo oeste da Europa, onde se localizam Portugal e Espanha. A União Ibérica foi a união de Portugal e Espanha sob o comando de uma só Coroa.

Em 1578, a morte de d. Sebastião, jovem rei português sem filhos, deixou vago o trono de Portugal. Primo de d. Sebastião e neto materno de d. Manuel, o poderoso Filipe II, rei da Espanha, reivindicou o direito à Coroa portuguesa. Contando com força militar e apoio dentro de Portugal, o rei espanhol impôs a União Ibérica, ou seja, a união das duas Coroas sob o domínio espanhol.

Vejamos agora os efeitos dessa união que vigorou por sessenta anos, de 1580 a 1640, sobre os rumos da colonização luso-espanhola na América.

Apesar da promessa de não intervir nas áreas coloniais portuguesas, a Espanha passou a participar do comércio do açúcar. Inimiga da Holanda, localizada na região de Flandres, a Coroa espanhola foi, aos poucos, proibindo a participação dos holandeses (flamengos) nessa atividade tão lucrativa. Como reagiram os holandeses?

Volte à Aula 5 e verifique a marcante presença dos holandeses (flamengos) no comércio açucareiro. Quase dois terços do comércio e do transporte do açúcar estavam nas mãos da Holanda, que possuía 29 refinarias em 1622.

Faça um resumo das principais áreas de atuação dos holandeses no comércio do açúcar.

Pausa

A princípio, os holandeses partiram para o contrabando; depois, sentiram a necessidade de manter um comércio mais regular. Isso só seria possível com a conquista da região produtora, ou seja, o litoral nordestino da América Portuguesa.

Seis anos depois de uma tentativa frustrada de conquistar Salvador (em 1624), os **invasores holandeses** dominaram a capitania de Pernambuco, onde se localizavam os mais ricos engenhos da colônia. De Pernambuco, ocuparam outras áreas do litoral, estendendo-se de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Preocupados com a produção do açúcar, os holandeses procuraram se entender com os senhores de engenho, a quem continuaram emprestando dinheiro para reparar as fábricas de açúcar, recuperar os canaviais e comprar escravos.

Para administrar os territórios conquistados, a Holanda mandou Maurício de Nassau, que permaneceu no Recife de 1637 a 1644. Nassau trouxe artistas e cientistas que deixaram registrados, em quadros e livros, aspectos da vida colonial. Em 1654, depois de 24 anos de permanência no litoral nordestino, os holandeses foram expulsos.

A longa presença holandesa, que tantas marcas deixou no litoral nordestino, foi a mais forte ameaça estrangeira sofrida pela colônia portuguesa. Mas não foi a única. A rica e poderosa Espanha tinha muitos outros rivais na Europa – principalmente ingleses e franceses –, que viam nos ataques aos domínios espanhóis na América a possibilidade de abalar o poderio do império espanhol. A área mais visada era a boca do rio Amazonas, de onde se poderia atingir as ricas minas de prata do Potosi.

Consultando o mapa da página 61, você pode acompanhar a preocupação dos espanhóis em ocupar o **litoral norte e nordeste** da América Portuguesa, ao norte da capitania de Pernambuco.

Em tempo

O aspecto militar da ocupação do território fez com que fortes e fortalezas se tornassem a origem das capitais nordestinas: forte de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, João Pessoa; forte dos Três Reis Magos, Natal; fortaleza de Nossa Senhora do Amparo, Fortaleza; forte do Presépio, Belém. Alguns deles existem ainda hoje, e podem ser visitados.

No Maranhão, em 1612, os franceses estabeleceram-se na ilha a que deram o nome de São Luís. Foram expulsos três anos depois. A reação dos nativos – tabajaras, potiguaras, cararijus – foi violenta, e estabeleceram-se muitas missões religiosas na região para apaziguá-los.

Porta de entrada para o coração da América, a **Amazônia** permitia a extração de madeiras e a coleta das chamadas **drogas do sertão**, como cacau, cravo, castanha e ervas medicinais que podiam substituir as especiarias orientais.

Volte ao mapa da página 61 e acompanhe a quantidade de fortes e missões religiosas que se estabeleceram ao longo do rio Amazonas. A grande quantidade de índios que viviam na região atraía as chamadas **tropas de resgate**, encarregadas de arrebanhar os nativos para trazê-los às missões – ou, o que era mais comum, aprisioná-los para vendê-los como escravos para as plantações de **algodão e açúcar do Maranhão**.

Em tempo

A respeito do uso da mão-de-obra indígena no Maranhão, veja o que disse o padre jesuíta Antônio Vieira:

No Estado do Maranhão, Senhor, não há outro ouro nem prata mais que o sangue e o suor dos índios: o sangue se vende nos que cativam e o suor se converte no tabaco, no açúcar e demais drogas que com os ditos índios se lavram e fabricam...

Volte aos mapas e observe como os colonos da América Portuguesa aproveitaram bem as condições favoráveis da política espanhola de incentivo à ocupação territorial do Norte e Nordeste.

E o Centro-Sul? Aí também a União Ibérica favoreceu a expansão portuguesa sobre terras da América Espanhola? Como se deu a ocupação da região das Minas? Como foi conquistado o extremo sul?

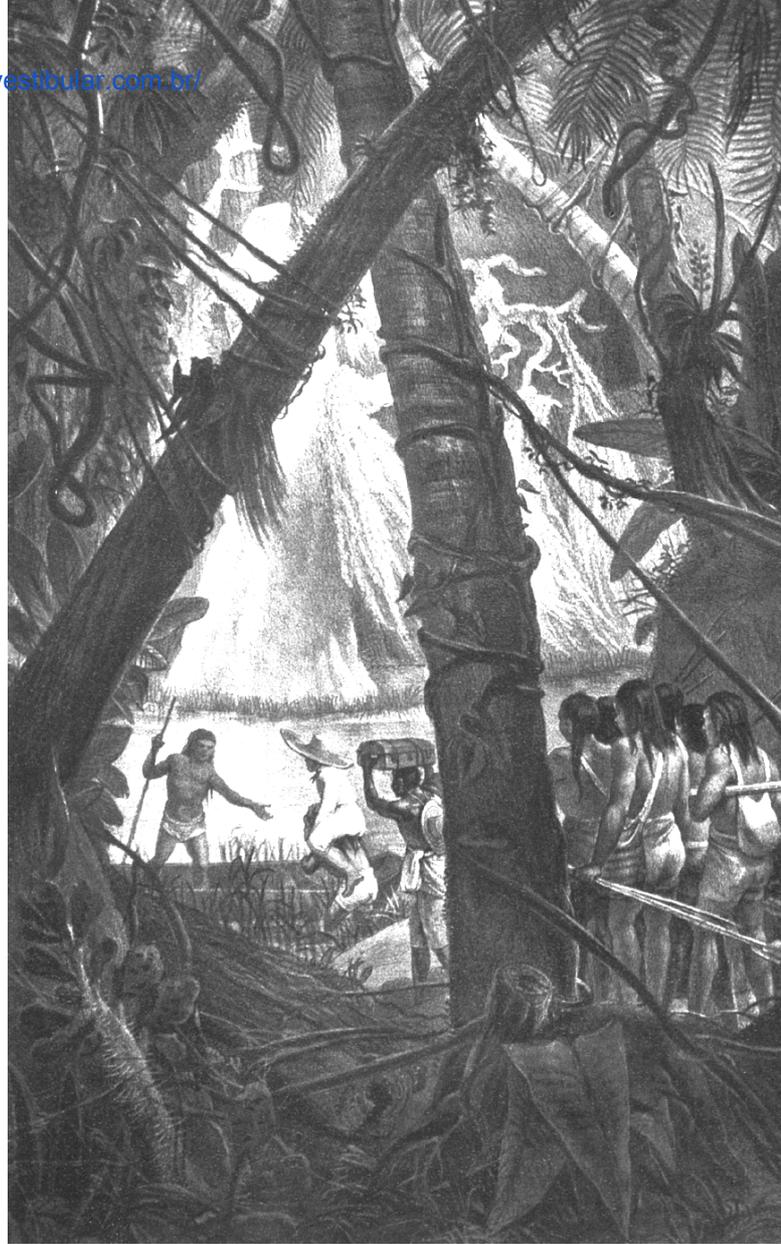
Os paulistas dobraram Tordesilhas

Quando você ouve falar de “capital bandeirante”, “time de futebol bandeirante”, você já sabe que estão falando de **São Paulo**. Paulista e bandeirante são sinônimos, significam a mesma coisa. **Bandeirante**, você deve saber, foi aquele que penetrou nas matas atrás do índio e do ouro; foi o desbravador dos sertões. Vamos ver como foi mesmo essa história.

Localizado no interior da capitania de São Vicente, o povoado de São Paulo foi fundado em 25 de janeiro de 1554 pelos padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, atraídos pelos numerosos índios que ali viviam.

Os moradores da vila de São Paulo, isolados da vila de São Vicente pela serra do Mar, voltaram-se para a produção de subsistência. A pobreza da agricultura de exportação, a falta de recursos para a compra de braços negros, a forte presença dos índios, tudo isso obrigou os paulistas a desenvolver uma vida própria, pouco ligada à metrópole portuguesa.

Hoje é fácil – se o trânsito estiver bom – a viagem entre a cidade de São Paulo e o litoral. Mas, naquela época, era muito difícil escalar os 800 metros da serra do Mar, subindo por antigas trilhas indígenas, até chegar ao planalto de Piratininga.



Você deve estar comparando a colonização da região do planalto paulista com a do litoral nordestino, e percebendo como são diferentes. É isso mesmo. Cada região da América Portuguesa teve uma forma diferente de ocupação.

Volte à Aula 6. Depois, releia esta Aula 9. Faça um resumo das diferenças que marcaram a colonização do litoral nordestino e do planalto paulista. Observe e compare o tipo de produção, a mão-de-obra utilizada, o tipo de colono, as relações com a metrópole.

Pausa

Agora, veja o seguinte: se a serra do Mar era um obstáculo físico ao contato dos paulistas com o litoral, a penetração para o interior foi facilitada pelos rios, principalmente o Tietê.

A União Ibérica, de outro lado, intensificou as relações dos paulistas com a América Espanhola, e era freqüente o intercâmbio comercial com o vice-

reinado do Prata. A moeda e a língua espanholas eram de uso comum na vila de São Paulo. Famílias castelhanas, como os Bueno e os Camargo, instalaram-se cedo na região e aí conquistaram fortuna e prestígio.

Além da presença espanhola, a influência indígena foi outro elemento fundamental na formação da sociedade paulista. A mão-de-obra indígena era o “remédio” para a pobreza dos colonos. Era o índio quem trabalhava nas roças, nos pastos, na casa; era o índio quem ensinava a caçar, a pescar, a entrar nas matas, a enfrentar os animais, a conhecer as plantas e os alimentos.

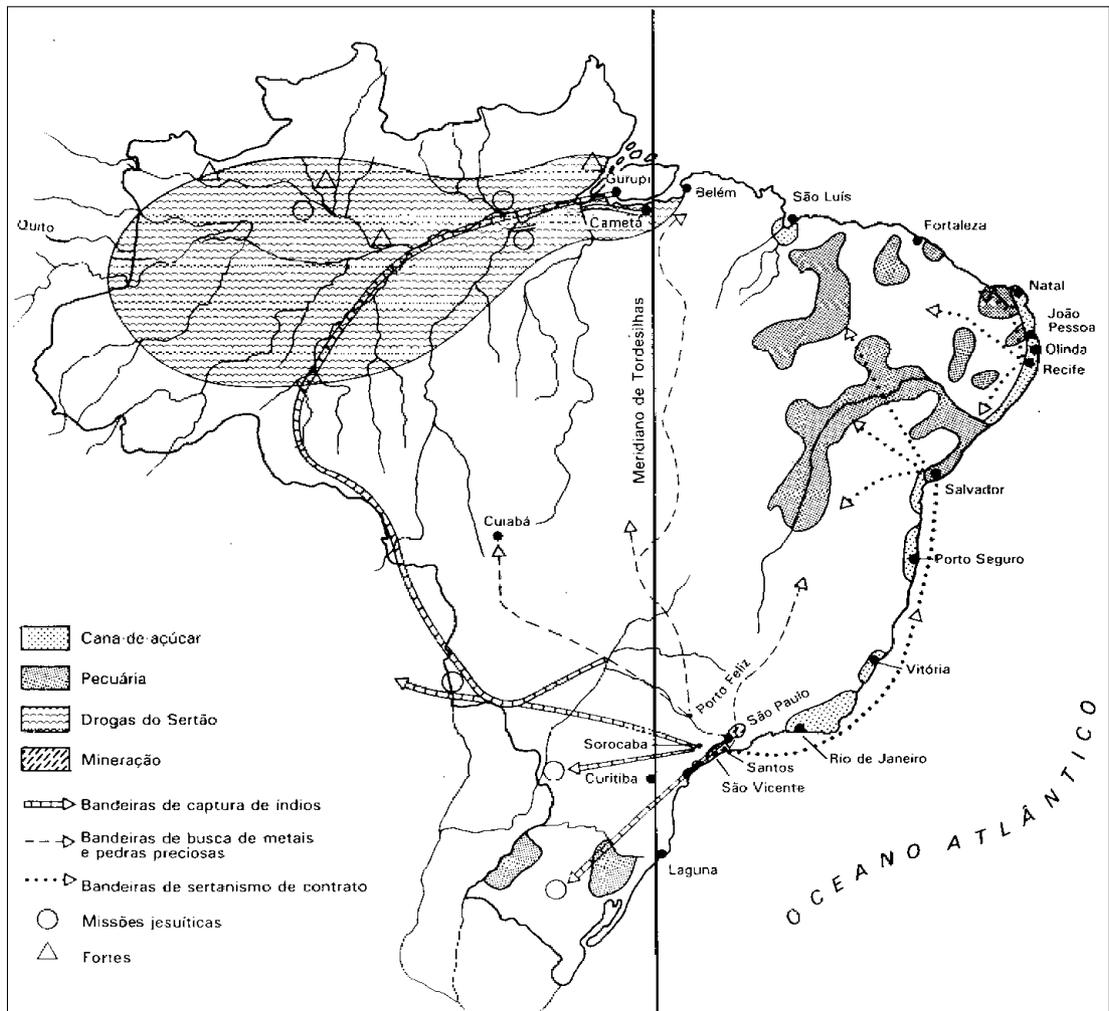
O tupi, junto com o espanhol, era a língua mais falada em São Paulo. A falta de mulheres brancas resultou num intenso cruzamento entre índias e colonos, gerando uma grande quantidade de mestiços, os chamados **mamelucos**.

Como diz o historiador Boris Fausto,

(...) os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se tão capazes de usar o arco e a flecha como as armas de fogo.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 93

Entendeu, agora, por que os paulistas foram os desbravadores do sertão? Eles aprenderam com os nativos a conhecer os segredos da terra. Mas o que atrairia o paulistas para o interior? O ouro, você deve estar pensando. Sim, e também a caça de mais índios. Índios que seriam vendidos como escravos para os engenhos de São Vicente, do Rio de Janeiro e até mesmo do litoral nordestino.



As populosas missões dos jesuítas espanhóis no sul, com milhares de guaranis catequizados, eram o alvo principal do ataque dos “caçadores” paulistas. Para essas operações de guerra organizavam-se **bandeiras**, expedições com milhares de pessoas, que passavam anos, sertão adentro, atrás de metais preciosos e de índios para escravizar. A grande bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares – que, em 1629, atacou a missão de Guairá, no oeste do atual Paraná – foi composta por 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas.

A experiência militar dos bandeirantes, desenvolvida na caça aos índios, passou a ser valorizada no combate aos índios rebeldes e também aos **quilombos**, povoados formados de escravos negros fugidos das plantações.

O paulista Domingos Jorge Velho comandou, de 1690 a 1695, a destruição do quilombo de **Palmares**, localizado entre Pernambuco e Alagoas. Era o mais importante quilombo formado na colônia até então. Em troca, o bandeirante recebeu terras no Piauí, onde se tornou um grande criador de gado.

Atrás do índio, veio o ouro. Primeiro, o ouro de rio. Depois, as minas de ouro. Enfim, o velho sonho dos portugueses, desde Caminha, se realizava. Depois de quase um século varando os sertões atrás de índios, esmeraldas e aventura, os paulistas encontraram o Eldorado. Não era o ouro da lenda, mas aquele que tinha de ser tirado do fundo da terra.

As primeiras notícias sobre a descoberta de metais preciosos na região do atual Estado de Minas Gerais chegaram ao Rio de Janeiro em 1695. Começava a **febre do ouro**, que iria atingir a colônia logo no início do século XVIII.

Mas isso fica para o próximo capítulo, ou melhor, para a próxima aula. Aguarde...

As novas fronteiras da América

A região sul da colônia sempre mereceu certa atenção por parte da administração portuguesa. Portugal, desde cedo, considerava a possibilidade de ocupar a **região do Prata**. Esse era o escoadouro dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, por onde então circulava quase toda a produção da parte sul da América. E mais: havia notícias de que, tal como Potosi, a área era muito rica em prata.

Como você já sabe, os moradores de São Vicente e de São Paulo mantinham, havia muito tempo, intenso intercâmbio comercial com os vizinhos da América Espanhola, especialmente Buenos Aires. As notícias da descoberta de metais preciosos na região do Prata, e mais o incentivo do governo português, interessado na ocupação do extremo sul, fizeram com que, a partir da segunda metade do século XVII, colonos vicentinos se deslocassem para o sul, fundando as vilas de Paranaguá, São Francisco do Sul, Curitiba e Laguna.

Em 1680, Manuel Lobo, governador das Capitanias do Sul, fundou, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento. Era a expansão portuguesa numa área estratégica da América Espanhola.

Continuando a ocupação do extremo sul, fez-se o povoamento do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Em 1740, a região começou a ser povoada por imigrantes da ilha dos Açores e por moradores de Laguna. Fixando-se às margens do rio Guaíba, eles fundaram a vila que foi chamada de Porto dos Casais, origem da futura Porto Alegre.

Enquanto o interior do Rio Grande foi ocupado economicamente pela pecuária, no litoral a agricultura de subsistência espalhou-se por pequenas propriedades.

Pausa

De norte a sul, de leste a oeste, o território da América Portuguesa foi sendo ampliado. Como você pôde perceber, de região para região variou o tipo de ocupação econômica, de colono, de mão-de-obra.

Faça um quadro comparativo das várias regiões da América Portuguesa (Amazônia, Maranhão, litoral nordestino, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande) e resuma suas principais diferenças.

Você deve estar se perguntando: e a linha de Tordesilhas? Não era mais respeitada? Não, não era. O que fazer, então? Negociar novas fronteiras entre as duas Américas, retraçando os limites da América Portuguesa e da América Espanhola. Para isso, vários tratados foram assinados entre as duas Coroas: o Tratado de Madri (1750), o Tratado do Pardo (1761); o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajoz (1801).

Nesses tratados, duas regiões mereceram atenção especial. Uma delas foi a Colônia do Sacramento, da qual os espanhóis não abriram mão, visto ser uma região fundamental para a segurança de seus domínios na América. A outra região abrigava os **Sete Povos das Missões**, aldeamentos dos jesuítas espanhóis habitados pelos guaranis.

Inconformados por terem de passar para o domínio da América Portuguesa, os índios partiram para a guerra. As chamadas **guerras guaraníticas** dificultaram a delimitação das fronteiras na região.

Últimas palavras

No início do século XIX, com exceção do Estado do Acre, todo o território brasileiro já estava delimitado. Essa é mais uma diferença do Brasil em relação aos Estados Unidos da América do Norte. Quando os Estados Unidos se tornaram independentes, em 1776, ainda possuíam pequeno território, formado por treze colônias. Só ao longo do século XIX os norte-americanos conseguiriam expandir o seu território.

Na próxima aula, falaremos da febre do ouro em Minas Gerais e dos diamantes de Goiás. Mostraremos também como se formou na região mineradora uma nova sociedade, mais urbana, que atraiu milhares de pessoas, principalmente escravos negros e **reinóis**.

Veremos como cresceram, no século XVIII, os conflitos de interesses entre a colônia e a metrópole portuguesa – resultado do rigor das práticas monopolistas e do arrocho na cobrança de impostos, sobretudo nas áreas mineradoras. Em algumas regiões da América Portuguesa, como Ouro Preto, Salvador, Rio de Janeiro, começou a brotar o sentimento de que era possível romper com a metrópole.



Exercício 1

Justifique a expressão “caranguejos no litoral”, usada por frei Vicente do Salvador para se referir à ocupação portuguesa na América.

Exercício 2

Associe o Tratado de Tordesilhas, a União Ibérica e a expansão portuguesa na América.

Exercício 3

A União Ibérica provocou as chamadas invasões holandesas no nordeste da América Portuguesa. Explique, resumidamente, por que isso ocorreu.

Exercício 4

Explique a frase: “Os paulistas dobraram Tordesilhas.”

Exercício 5

Complete o quadro abaixo, identificando o tipo de ocupação de cada uma das regiões da América Portuguesa:

| REGIÕES | ATIVIDADE ECONÔMICA | MÃO-DE-OBRA |
|-----------------------|---------------------|-------------|
| Litoral nordestino | | |
| Sertão nordestino | | |
| Amazônia | | |
| São Vicente/São Paulo | | |
| Minas | | |
| Sul | | |
| Maranhão | | |



Colônia e metrópole, uma relação em crise

Abertura

O fato de ser alferes influiu para transformar-me em conspirador, levado a tanto que fui pelas injustiças que sofri, preterido sempre nas promoções a que tinha direito. Uni as minhas amarguras às do povo, que eram maiores, e foi assim que a idéia de libertação tomou conta de mim.

Assim falou o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, durante o inquérito sobre a sua participação, e de outros habitantes de Vila Rica (atual Ouro Preto), numa conspiração contra a Coroa portuguesa.

Todo o processo da Conspiração Mineira, que levou três anos – de 1789, quando os conspiradores foram presos, até 1792, quando foram julgados –, está descrito nos vários volumes dos *Autos da Devassa*. Por esse documento histórico, que pode ser consultado em bibliotecas, ficamos sabendo que o “abominável” crime dos conspiradores mineiros foi o de querer romper os laços de dependência que a região das Minas mantinha com a metrópole portuguesa.

Nesta aula, vamos discutir as grandes mudanças que o século XVIII trouxe para a América Portuguesa. Começemos pelas Minas Gerais, e veremos que aí se formou uma sociedade diferente, com mineradores, comerciantes, artesãos, todos atraídos pela **febre do ouro**.

Essa riqueza da colônia exigiu uma política mais firme de vigilância e de repressão por parte de Portugal. As insatisfações dos colonos cresceram, e ocorreram conspirações contra o domínio português em vários pontos, além de Vila Rica. As novas idéias de liberdade que corriam a Europa chegavam à América Portuguesa.

Movimento

A sede do ouro

A sede insaciável do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão.

Quem nos conta sobre a corrida do ouro é o jesuíta italiano Antonil, o mesmo que descreveu em detalhes, na Aula 6, o funcionamento de um engenho de açúcar. Antonil esteve na América Portuguesa no início do século XVIII. Deixou um livro intitulado *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, que é uma importante fonte para a história do período colonial.

Se você se lembra do garimpo de Serra Pelada, até pode imaginar o que aconteceu no sertão das Minas, ocupado por multidões de aventureiros vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Sergipe. Da serra da Mantiqueira até Cuiabá, a terra foi ocupada por homens de poucos recursos, porém desejosos de riqueza fácil. De 1700 a 1760, só de Portugal vieram mais de 10 mil **reinóis**, como eram chamados os originários do “reino”.

Segundo a historiadora Laura Vergueiro (*Opulência e miséria das Minas Gerais*, p.17), muitos navios foram abandonados nos portos de Santos e do Rio de Janeiro pela tripulação, a quem os trabalhos nos garimpos pareciam mais promissores que as longas travessias marítimas.

Desesperados, os comandantes recorriam às autoridades locais, que por sua vez escreviam ao rei, dando queixa da situação.

A realidade da região das Minas era menos dourada do que se esperava. Não havia alimentos suficientes para sustentar tanta gente. Nos anos de 1697-98 e 1700-01 ocorreram terríveis crises de fome, e, conta Antonil, “acharam-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão”.

A comida, a bebida, a roupa, tudo era lá vendido a peso de ouro. Os comerciantes foram os que mais enriqueceram, trazendo de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Salvador artigos como milho, trigo, frutas. Muito procurados eram os animais domésticos e de carga vindos do Sul e, ainda, produtos importados da Europa, como sal, ferramentas e tecidos.

Pouco a pouco, foram se desenvolvendo na região mineradora as roças de alimentos e a criação de animais domésticos. Carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros, pintores aí foram se instalando.

Mas o artigo indispensável nas minas – como em qualquer outra região da colônia – era o escravo negro. Milhares deles foram levados à região mineradora para trabalhar numa atividade completamente diferente da agricultura. Eles tinham agora de encontrar nos rios, ou arrancar da terra, o ouro e os diamantes. Para incentivá-los, os mineradores, em troca da descoberta de um veio, prometiam alforriá-los. Outras vezes, a liberdade era comprada com o ouro escondido nos cabelos ou algum diamante engolido.

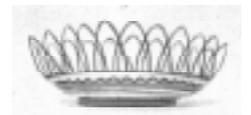
Você já deve ter ouvido falar de **Chico Rei**, o negro que achou ouro e passou a comprar cartas de alforria para outros escravos. Ou ainda de **Chica da Silva**, a negra e rica mulher do português João Fernandes de Oliveira, poderoso contratador de diamantes da região do Tijuco, no Distrito Diamantino.

A população de Minas Gerais, por volta de 1770, era superior a 300 mil habitantes. Os mulatos representavam pouco mais de um quarto da população mineira; só uma pequena porcentagem era escrava.

Se a esse número se somar a quantidade de negros (escravos e forros), sobe para quase 80% a população não-branca nas Minas.

Percebeu como a sociedade mineira era bem mais diferenciada que a açucareira, que se desenvolveu no litoral nordestino? Nas cidades de Vila Rica, Ribeirão do Carmo e Sabará, além da maioria negra e mestiça, conviviam lado a lado ricos mineradores, comerciantes e fazendeiros, padres, militares e funcionários da Coroa, artistas e artesãos.

Em tempo



Utensílios artesanais feitos de palha e vime.

Em tempo

Utensílios artesanais feitos de madeira.



Lá se construíram, com o poder do ouro, muitas igrejas **barrocas**, ponto de atração dos turistas que hoje visitam as cidades históricas mineiras. Lá, Aleijadinho esculpiu suas estátuas, integrando-as a um conjunto arquitetônico que é hoje patrimônio da humanidade.

Igreja de São Francisco, em Ouro Preto.



Estátua do profeta Daniel, em Congonhas do Campo.

O ouro trouxe para as Minas uma grande quantidade de **reinóis**. Para lá foram, além de funcionários encarregados da administração e da cobrança dos impostos, milhares de aventureiros em busca do Eldorado.

Como reagiram os paulistas diante da ocupação da região das Minas, por eles descoberta? Os paulistas não aceitaram os **emboabas**, como eram denominados todos os forasteiros, principalmente os reinóis, que tinham mais facilidade de conseguir terras e escravos. As tensões entre paulistas e emboabas geraram um grave conflito nas Minas, em 1708-09, e a Coroa teve de intervir na região, enviando um governador para a recém-criada capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Batidos pelos emboabas, muitos paulistas rumaram para Goiás e Mato Grosso, onde também descobriram ouro e diamantes.

Para Portugal, o fundamental era que as Minas continuassem a produzir. Em sérias dificuldades econômicas desde meados do século XVII, a partir da queda do preço do açúcar no mercado internacional, a Coroa portuguesa logo percebeu que o ouro brasileiro seria a solução de seus problemas. Com ele, poderia cobrir o desequilíbrio da balança comercial com a Inglaterra, para quem vendia vinhos e de quem comprava tecidos de lã e de algodão.

É comum ouvir que o ouro abriu buracos no Brasil, construiu palácios em Portugal e financiou indústrias na Inglaterra. Ou, ainda, que o ouro passava pela garganta de Portugal, mas acabava no estômago da Inglaterra.

Como você explicaria essas afirmativas?

Controlando a colônia

A produção aurífera alcançou níveis extraordinários, atingindo seu ponto máximo entre 1741 e 1761, quando de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram extraídas cerca de 290 toneladas de ouro.

Achado o ouro, o importante agora era organizar e controlar a sua exploração. Já em 1702 era criada a **Intendência das Minas**, dirigida por um funcionário da Coroa e a ela diretamente subordinado. Ao intendente caberia estabelecer as normas para a distribuição das terras a serem exploradas e administrar os conflitos numa região tão violenta. Essa intervenção da metrópole na região das Minas visava sobretudo garantir que o ouro se dirigisse aos cofres do reino e não se perdesse nos descaminhos. Foi então criada uma casa de fundição, no Rio de Janeiro, para transformar o ouro em barras e controlar a arrecadação do **quinto**, um imposto de 20%, que caberia à Coroa portuguesa.

Como reagiram os colonos a essa rigorosa política de fiscalização da metrópole? Apelaram para a falsificação e o **contrabando**, frequentemente com a cumplicidade dos intendentes e outros funcionários da Coroa.

Segundo o historiador Carl Boxer (*A idade de ouro do Brasil*, p. 163), foram descobertas, em Vila Rica, uma casa da moeda e uma fundição clandestinas. Operadas por quadrilhas de falsários, contavam com o apoio do próprio secretário do governador da capitania, e, segundo corria à boca pequena, com a proteção de d. Fernando, irmão do rei português, d. João V.

Presos em flagrante, os falsários foram enviados a Lisboa, mas nada lhes aconteceu. Tempos depois, voltaram às Minas.

Como o governo metropolitano reagiu às tentativas dos colonos de fugir da pesada carga de impostos e da fiscalização implacável? Você talvez até saiba a resposta... A Coroa portuguesa criou novos impostos e aumentou a vigilância.

Os mineradores tinham de pagar taxas sobre os escravos, além de pedágios para transitar nas estradas que iam para as Minas. E não parava por aí. Havia ainda os **donativos**, que eram uma espécie de imposto provisório para atender a um objetivo específico, mas que depois se tornavam permanentes.

Para resolver o problema do descaminho do ouro entre as Minas e o Rio de Janeiro, o governo português determinou a instalação de casas de fundição em Vila Rica. Aí o ouro seria transformado em barras e selado, depois de retirada a quinta parte que cabia ao governo português. O contrabando ficou mais difícil, e as punições aos contrabandistas aumentaram. A inquietação tomou conta da população de Vila Rica.

Em 1720, uma rebelião liderada pelo rico minerador Pascoal da Silva Guimarães e pelo fazendeiro Filipe dos Santos tomou conta da cidade por vinte dias, exigindo a suspensão das casas de fundição. Filipe dos Santos foi preso e sumariamente condenado à morte por enforcamento. Seu corpo foi esquartejado e espalhado pelos quatro cantos da cidade para servir de exemplo.

Mesmo assim, a arrecadação dos impostos continuava a cair. O que fazer? A Coroa resolveu adotar o sistema de cota fixa no valor de cem arrobas por ano

A região das Minas Gerais, com seus ricos veios de diamantes e de ouro, foi o palco da Inconfidência Mineira, no final do século XVIII.



(cerca de 1.500 quilos de ouro) por área mineradora. No caso de o tributo ser pago atrasado, ou não atingir a quantidade desejada, Portugal poderia proceder à **derrama**, obrigando cada morador da região a pagar esse imposto atrasado.

Já deu para sentir que as relações entre a colônia e a metrópole portuguesa modificaram-se muito ao longo do século XVIII. Cada vez mais dependente dos recursos gerados em suas áreas coloniais, a Coroa portuguesa procurou tirar delas o maior rendimento possível.

Essa foi a marca da política de Sebastião José de Carvalho e Melo, o **marquês de Pombal**, que, de 1750 a 1777, foi primeiro-ministro do rei d. José I. A preocupação central de

Pombal era tornar mais eficiente a exploração da colônia, centralizando sua administração nas mãos da Coroa.

Para tanto, Pombal tomou várias medidas. Procurou marcar as novas fronteiras da América Portuguesa, com atenção especial para a Amazônia. Acabou definitivamente com as capitânicas hereditárias criadas nos primeiros anos da colonização. Expulsou os jesuítas de Portugal e das colônias, já que os considerava um poder que fazia sombra ao próprio rei.

Em tempo

Mais de quinhentos religiosos foram expulsos da América Portuguesa. Com isso, o ensino na colônia ficou muito prejudicado, já que era quase totalmente monopolizado pelos jesuítas.

Foi criado então um imposto, o **subsídio literário**, para manter as **aulas régias** – o ensino mantido pelo Estado.

Tornar a colônia mais eficiente significava fazê-la render mais para Portugal. Era preciso acabar com o contrabando, restaurar o **exclusivo** português no comércio colonial e ter um estreito controle das riquezas coloniais, em especial do ouro. A colônia teria de produzir cada vez mais, e essa produção deveria se dirigir para a metrópole.

Em tempo

Você já aprendeu que a relação entre a América Portuguesa e a sua metrópole se modificou ao longo do século XVIII. Releia o texto e faça um resumo das principais mudanças.

Mas qual seria a reação dos colonos a essa política pombalina de arrocho do pacto colonial? O pacto colonial, você se recorda, foi explicado na Aula 5.

Pombal convocou vários brasileiros para trabalhar em órgãos da administração do Estado. Mas os membros da elite colonial – poderosos fazendeiros, ricos comerciantes e mineradores – não viam com bons olhos as iniciativas da metrópole para estabelecer maior controle e exploração sobre a colônia. Começaram a crescer, entre eles, as novas idéias de liberdade que corriam a Europa no final do século XVIII.

Colônia e metrópole: uma relação em crise

Desde a época de vossa gloriosa independência, os bárbaros portugueses não poupam nada para nos fazer infelizes, com receio de que sigamos os vossos passos. É como sabemos que esses usurpadores, contra a lei da natureza e da humanidade, não pensam senão em nos abater, decidimos a seguir o admirável exemplo que acabais de nos dar...

Esse é um trecho da carta que, em 1786, José Joaquim Maia, estudante mineiro da Faculdade de Medicina de Montpellier, enviou a Thomas Jefferson, embaixador americano na França e um dos líderes do movimento que, dez anos antes, em 1776, conduziu à independência dos Estados Unidos da América do Norte.

Essa presença de mineiros nas universidades européias – em 1786 havia doze mineiros entre os 27 brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra – deveu-se, é claro, à riqueza que conseguiram acumular. Foi essa elite rica e letrada que, em contato com as novas idéias “iluministas” francesas, liderou uma conspiração contra o domínio português nas Minas. Mas o que eram essas **idéias iluministas francesas**, que tanto encantaram os conspiradores de Vila Rica?

Ao longo do século XVIII, principalmente na França, começou-se a criticar o absolutismo e o poder divino dos reis, a falta de liberdade econômica e a força da nobreza. Os grupos burgueses, ligados ao comércio, à indústria e às finanças, defendiam a redução dos monopólios controlados pelo rei e pediam mais liberdade para realizar seus negócios. Intelectuais lutavam pela igualdade de todos perante a lei, pelo direito de voto e por uma Constituição que determinasse os direitos e os deveres dos cidadãos.

Você já deve estar entendendo por que essas idéias “francesas” faziam tanto sucesso nas cidades mineiras. Para a elite rica e letrada, significavam o fim da “opressão” metropolitana e o desaparecimento das “terríveis” desigualdades entre colonos e reinóis.

Repare como José Joaquim Maia se refere aos “bárbaros” e “usurpadores” portugueses. Verifique as queixas de Tiradentes quanto à “injustiça” de ter sido sempre “preterido nas promoções” a oficial, porque era nascido na terra, e não no reino.

Nos *Autos da Devassa* estão relacionados os nomes dos participantes da conspiração. Começamos por Tiradentes, alferes (suboficial) do Regimento dos Dragões de Minas, entusiasmado ativista do movimento. Bem-relacionado com membros da elite de Vila Rica, Tiradentes era, no entanto, homem de poucas posses e origem social simples. Foi preso no Rio de Janeiro, quando tentava fazer contatos com outros conspiradores e conseguir armas. Foi o único que recebeu a pena máxima, a condenação à forca e ao esquartejamento. Seus restos foram



Tiradentes

expostos ao longo da estrada que ligava o Rio a Minas, para que sua punição servisse de exemplo. Esse ato, que hoje consideramos chocante, era uma prática usual da justiça, naquela época.

Membros de destaque da elite intelectual de Vila Rica aparecem também na *Devassa*: o rico advogado Cláudio Manuel da Costa, o desembargador e poeta Tomás Antônio Gonzaga, o médico Domingos Vidal Barbosa, o comandante dos Dragões, Francisco de Paula Andrade, os padres Correia de Toledo, Oliveira Rolim e o cônego Luís Vieira de Toledo, dono de uma vasta biblioteca com obras dos iluministas franceses e sobre a independência norte-americana.

A chegada do visconde de Barbacena, o novo governador das Minas, e as notícias de que logo seria decretada a derrama, mobilizaram um outro grupo formado por fazendeiros e mineradores, grandes devedores do Tesouro Real que temiam perder suas propriedades.

Em troca do perdão das suas dívidas, Joaquim Silvério dos Reis denunciou, em março de 1789, os nomes

e os planos da conspiração. A idéia central era a proclamação de uma república na região das Minas, cuja capital seria São João d'El Rei.

Os denunciados foram presos, e, com exceção de Cláudio Manuel da Costa, que teria se suicidado na prisão, e de Tiradentes, que foi executado, os demais foram perdoados ou degredados para a África.

Cem anos depois, com a proclamação da República, em 1889, Tiradentes se transformou em herói, em "mártir" da independência nacional. A data de sua morte, 21 de abril de 1792, virou feriado nacional. A cena do seu suplício foi imaginada por vários pintores, como Pedro Américo, Eduardo Sá e Rafael Falco.

Em outros pontos da colônia houve também manifestações de insatisfação em relação à "opressão" da metrópole.

A crise da mineração e a perda da condição de capital para a cidade do Rio de Janeiro haviam empobrecido a população baiana, às voltas com a carestia e a falta de alimentos. Em agosto de 1798, em Salvador, apareceram panfletos conclamando o "magnífico povo bahiense" a se levantar contra o domínio português. Inspiradas pela Revolução Francesa (1789), propostas como a proclamação da República, o fim da escravidão e das diferenças raciais e o livre comércio eram os principais pontos defendidos pelos conspiradores baianos – muitos deles alfaiates, carpinteiros, soldados, sapateiros. A repressão agiu rapidamente, e logo começaram as prisões. Dessa vez, foram quatro os condenados à morte. Punição muito severa, devida sobretudo à origem mais humilde dos conspiradores e ao medo das rebeliões de negros e mulatos.

Na cidade do Rio de Janeiro, elevada à condição de capital colonial desde 1763, alguns intelectuais, reunidos na chamada **Sociedade Literária**, foram acusados de discutir as “abomináveis” idéias da Revolução Francesa. Presos em 1794, ficaram dois anos na cadeia.

No final do século XVIII, novas idéias corriam a Europa e a América Portuguesa. Idéias que falavam de liberdade, igualdade e fraternidade. Na França, o rei e a rainha foram presos e guilhotinados. Os privilégios da nobreza e da Igreja foram extintos. O povo passou a ser tratado como cidadão.

Na América Portuguesa, a elite colonial começava a achar que era chegada a hora da separação da metrópole. Queria liberdade para comerciar, pagar menos impostos, ocupar o governo.

A independência só veio em 1822. Tal como no século XVI fora enfrentado o desafio de montar a América Portuguesa, agora era o tempo de construir uma nação, o Brasil. É o que veremos na segunda parte do nosso curso. Acompanhe-nos.

Últimas palavras

Exercício 1

Justifique a expressão “sede de ouro”, utilizada por Antonil para se referir ao que ele viu na região das Minas no início do século XVIII.

Exercício 2

Releia o item **A sede de ouro** e observe que a sociedade mineradora apresentava características diferentes das demais regiões da colônia. Relacione algumas dessas características.

Exercício 3

Releia o item **Controlando a colônia** e relacione as principais medidas que a Coroa portuguesa adotou para garantir que o ouro da colônia não se perdesse nos “descaminhos”.

Exercício 4

É comum ouvir que o ouro da América Portuguesa passava pela garganta de Portugal, mas acabava no estômago da Inglaterra. Explique essa afirmativa.

Exercício 5

Justifique o título da aula **Colônia e metrópole, uma relação em crise**.

Exercícios



Parte II

Império, ou quando se constrói o Brasil

Estamos iniciando a segunda parte do nosso curso. Vamos juntos examinar os principais desafios enfrentados pelos **brasileiros** na **construção do Império do Brasil**.

Nosso ponto de partida será uma nova viagem: a da Corte portuguesa para a sua colônia americana, no início do século XIX. A presença da Corte mudou inteiramente a dinâmica da vida na colônia, e não apenas pela chegada de novos e ilustres visitantes. Muito mais do que isso, a colônia agora se **vestia de metrópole**, isto é: a partir daquele momento, o vasto império português passava a ser comandado não mais por Lisboa, mas pela Corte instalada no Rio de Janeiro. Esse fato foi fundamental para que várias mudanças fossem impulsionadas, o que muito contribuiu para a transformação da colônia em país independente.

Mas como organizar a economia do novo país? Como enfrentar as pressões internacionais? Que tipo de Estado atenderia aos objetivos dos diversos grupos que lideraram a independência?

Essas e outras questões precisavam ser enfrentadas. Como era uma época de transformações no Brasil e em praticamente todo o mundo ocidental, havia modelos que poderiam inspirar nossas elites dirigentes. Grande parte da América trilhava o caminho aberto pelos Estados Unidos no final do século XVIII: a formação de uma República presidencialista e federalista.

Mas essa não seria a opção fundamental de grande parte de nossas elites. Para elas, a idéia de República era alguma coisa vinculada às sangrentas lutas políticas por que passava a maioria das ex-colônias espanholas. A alternativa, então, seria a criação de um Estado imperial que afastasse a “anarquia” e assegurasse a estabilização, mantendo-nos vinculados à tradição monárquica europeia. O Império do Brasil, assim, assumiria um caráter particular naquele continente americano republicano.

Módulo 4

De América Portuguesa a Império do Brasil

Este módulo trata do processo de emancipação política nas Américas Portuguesa e Espanhola. Tal processo será examinado tendo-se em vista o quadro de profundas transformações que atingiam o mundo ocidental na passagem do século XVIII para o século XIX.

A colônia se vestiu de metrópole

Abertura

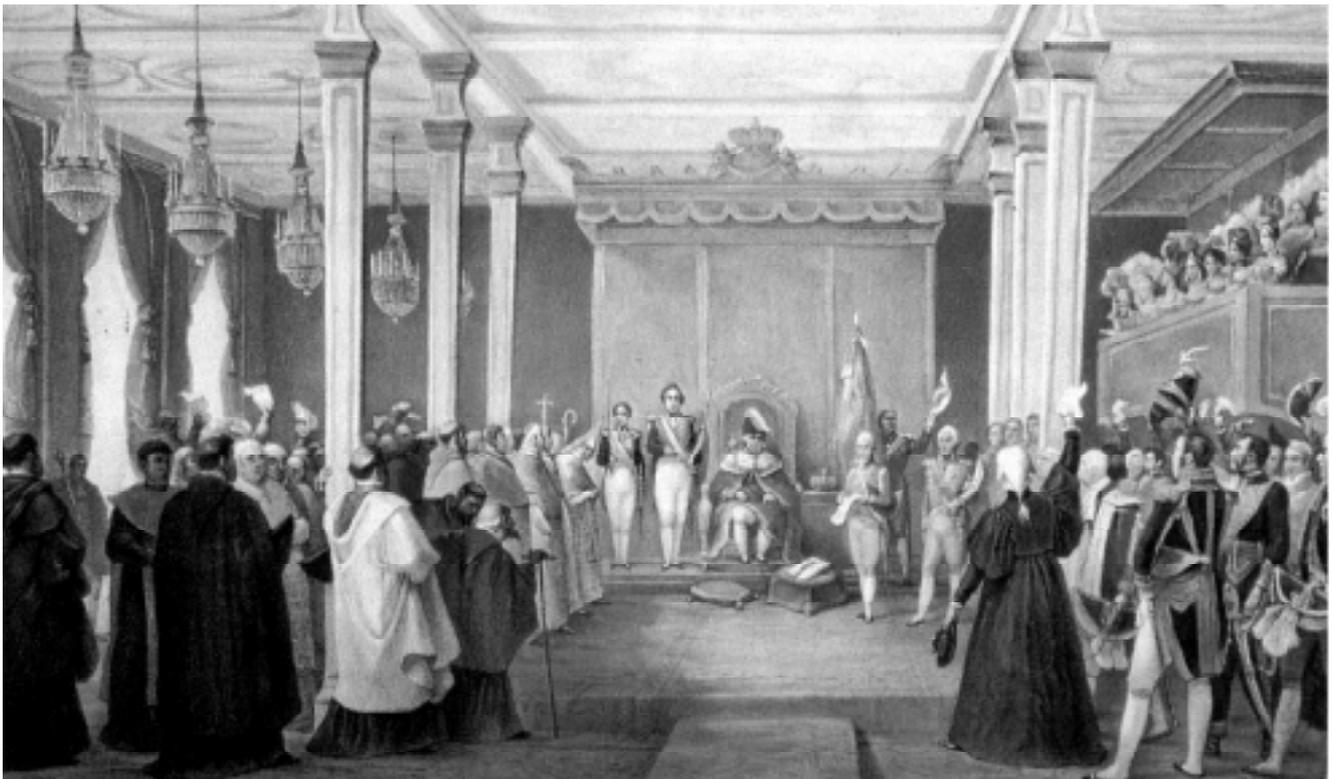
Em 1818, o príncipe regente foi coroado rei de Portugal e recebeu o título de d. João VI. O acontecimento já era esperado desde a morte de dona Maria I, dois anos antes. Até aí, portanto, nada de novo. Foi uma sucessão sem sobressaltos. Mas havia algo de diferente naquela cerimônia.

Ela não se passou em Lisboa, como as demais cerimônias da antiga monarquia portuguesa, mas na **cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte desde a vinda da família real para a América Portuguesa em 1808**.

O que explica o coroamento de um rei em uma terra distante do seu país de origem? E mais – por que a cidade do Rio de Janeiro era agora a sede do vasto império português?

Nesta aula, vamos estudar tudo isso. Veremos as razões da transferência da Corte portuguesa para as terras brasileiras e seu impacto na vida colonial. Depois dessa nova viagem, a história seria muito diferente...

Aclamação
de d. João VI.



Uma nova viagem

Movimento

No início do nosso curso, estudamos as grandes viagens marítimas europeias dos séculos XV e XVI. Vimos que os portugueses se destacaram naquele momento. Era uma época de desbravamento, de aventura e de busca de mercados e metais.

Estamos agora examinando o significado de uma outra viagem, que resultou em importantes mudanças tanto para Portugal como para a sua colônia americana: a transferência da Corte portuguesa para as terras brasileiras no início do século XIX.

Vejamos como um historiador português, Oliveira Martins, relata os diferentes sentidos dessas duas viagens para a história portuguesa:

Três séculos antes, Portugal embarcara cheio de esperanças e cobiça, para a Índia; em 1807 (...), embarcava em um préstito [procissão] fúnebre para o Brasil. (...) Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terremoto começado pela natureza (...) se tornava um fato consumado (...). Era um afã, como quando há fogo; e não havia nem choro nem imprecações; havia apenas uma desordem surda. Embarcavam promiscuamente, no cais, os criados e os monsenhores, as freiras e os desembargadores (...). Era escuro, nada se via, ninguém se conhecia (...). O príncipe regente e o infante de Espanha chegaram ao cais na carruagem, sós: ninguém dava por eles; cada um cuidava de si, e tratava de escapar. (...) E por fim a rainha, de Queluz, a galope. Parecia que o juízo lhe voltava com a crise. "Mais devagar!", gritava ao cocheiro; "diria que fugimos!" (...) Tudo o mais era vergonha calada, passiva inépcia, confessada fraqueza.

Oliveira Martins, *História de Portugal*, p. 516-517

Oliveira Martins, utilizando-se de uma linguagem vigorosa, procura relatar o segundo embarque como uma **tragédia**, como um **terremoto** que se abateu sob o reino de Portugal. Os portugueses fugiam desesperados da **invasão francesa**, que já estava alcançando Lisboa naquele mês de novembro de 1807. Após intensas negociações, a Corte resolvera partir para sua colônia americana. Em 29 de novembro, os abarrotados navios portugueses partiram de Lisboa, sob a proteção da esquadra britânica.

As condições da viagem foram as piores possíveis. Boris Fausto nos conta que

uma tempestade dividiu a frota; os navios estavam superlotados, daí resultando falta de comida e água; a troca de roupa foi improvisada com cobertas e lençóis fornecidos pela marinha inglesa; para completar, o ataque dos piolhos obrigou as mulheres a raspar o cabelo.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 121

Em tempo

O transtorno que representou aquela viagem durou pouco mais de um mês. Em janeiro do ano seguinte, a Corte chegou a Salvador e, dias depois, partiu para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebida com festas. Mas deixemos de lado o relato da tragédia portuguesa e das festas brasileiras. Vejamos por que tudo isso estava acontecendo.

A Europa estava agitada pela guerra, naqueles primeiros anos do século XIX. As tropas de Napoleão Bonaparte, herdeiras dos princípios da **Revolução Francesa**, ganhavam terreno na luta contra os seus principais inimigos: as monarquias absolutistas da Áustria, Rússia e Prússia e a poderosa Inglaterra, berço da **Revolução Industrial**.

Nesse jogo de gigantes, o Estado português encontrava-se pressionado pelos dois lados: pela França napoleônica, interessada em que a Coroa portuguesa respeitasse o **bloqueio continental** contra a Inglaterra, e pela própria monarquia britânica, tradicional aliada de Portugal, que o pressionava para que mantivesse abertos seus portos aos navios ingleses. A opção portuguesa de não aderir ao bloqueio continental desencadeou a invasão francesa.

A cidade do Rio de Janeiro, que recebeu os “novos visitantes”, estava em franca expansão no início do século XIX. Sua população havia crescido de 30 mil para cerca de 60 mil pessoas entre 1750 e 1808. Mantinha, porém, características de cidade colonial, como nos relata Ilmar Mattos:

Ruas estreitas, escuras e sujas; não havia remoção de lixo, sistemas de esgotos, qualquer noção de higiene pública. As casas eram térreas, em sua maioria ocupadas pelos próprios donos. Obras públicas, somente o passeio público e o aqueduto do Carioca. (...) As mulheres andavam sempre embuçadas [cobertas], sentadas no chão ou sobre esteiras; os homens com um poncho ou um manto, e os nobres com espada à ilharga [na cintura].

Ilmar Mattos, *Tempo saquarema*, p. 30-31

Por mais trágica que fosse a situação portuguesa, a vida continuava. O príncipe regente, d. João, tratou logo de adotar novas medidas que pudessem organizar a vida da Corte na colônia.

Uma das mais importantes foi a abertura dos portos às “nações amigas”. A medida era muito importante por alguns motivos. Primeiro: assegurava rendas ao Tesouro Real, o que era fundamental para fixar o governo na colônia. Segundo: atendia aos objetivos ingleses de abrir o mercado brasileiro aos seus produtos, naqueles anos de bloqueio continental. Terceiro e último: na prática, terminava com o monopólio comercial – um dos principais mecanismos das relações entre a metrópole portuguesa e sua colônia americana até então.

O efeito foi imediato. Apenas naquele ano de 1808, chegaram aos portos brasileiros noventa navios estrangeiros. Vinte anos depois, esse número já havia subido para 315, sendo 195 ingleses (Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, p.18)

A maior presença estrangeira, e especialmente britânica, no comércio brasileiro não foi bem recebida pelos comerciantes portugueses, interessados em preservar antigos privilégios obtidos antes da abertura dos portos. D. João, atendendo aos seus reclamos, assegurou-lhes o monopólio do comércio entre

Bloqueio continental: política francesa que exigia o fechamento dos portos de todas as nações européias aos navios ingleses.

as capitanias e reduziu o imposto de importação dos produtos portugueses quando estes ingressavam nos portos brasileiros.

O **fim do monopólio comercial** agradou em cheio aos produtores coloniais de gêneros para a exportação. A partir daí, haveria maior liberdade na venda de seus produtos, o que poderia significar também melhores preços.

Outra medida liberalizante da administração do príncipe regente foi a revogação dos decretos que proibiam a produção de manufaturados na colônia. Caía por terra, assim, mais uma das restrições impostas pelo pacto colonial.

A historiadora Emília Viotti nos revela que as leis decretadas pelo príncipe regente, embora contribuíssem para liquidar o sistema colonial,

não foram capazes de modificar todo o sistema, e nem mesmo tinham a intenção; daí a persistência de privilégios e monopólios. Permanecia (...) a emperrada máquina administrativa, as inúmeras proibições: proibição de se deslocar livremente, de abrir caminhos, discriminações e privilégios que separavam portugueses e brasileiros, criando animosidade entre eles.

Emília Viotti da Costa, "Introdução ao estudo da emancipação política no Brasil", p. 82)

Em tempo

Com a Corte estabelecida na colônia, a Coroa britânica tratou de defender seus interesses comerciais. Por meio de seu representante no Rio de Janeiro, lorde Strangford, passou a cobrar caro pela proteção que até então dava a Portugal. Strangford propôs um acordo: o império britânico se comprometia a manter a proteção e a continuar reconhecendo a **dinastia de Bragança** como legítima governante de Portugal. Em troca, exigia **privilégios comerciais e políticos**.

Nos tratados firmados em 1810, as exigências britânicas foram atendidas. Os produtos ingleses passariam a receber um tratamento especial: pagariam apenas 15% de tarifa alfandegária. Isso significava uma tarifa mais baixa até do que a imposta aos produtos portugueses quando entravam nos portos brasileiros. Os súditos britânicos protestantes poderiam exercer livremente sua religião. Além disso, a Coroa portuguesa se comprometia a reduzir gradualmente o tráfico intercontinental de escravos para a América Portuguesa.

Esses tratados foram recebidos com muitas reservas por vários setores na colônia, especialmente pelos comerciantes portugueses, que viam seu antigo mercado exclusivo ser rapidamente ocupado pelos produtos britânicos, com a garantia do governo português.

Mas não foi apenas a economia colonial que passou por transformações. A cidade também ganhou nova vida. No porto, a cada dia chegavam novos visitantes. Muitos estavam interessados em negócios naquela América Portuguesa, **longe da guerra europeia e das guerras de independência na América Espanhola**. Outros eram cientistas e artistas que vinham para pesquisar e conhecer as terras brasileiras. Na dinâmica das estreitas ruas da cidade do Rio de Janeiro, a antiga cidade colonial estava se transformando em sede do império português.

A baía de Guanabara.



Em tempo

Se você acompanha os mais recentes acontecimentos no Brasil, essa história de liberalização da economia brasileira não lhe deve soar muito estranha. Desde o início da década de 1990, os governos brasileiros têm adotado uma série de medidas destinadas a abrir a economia brasileira para o exterior. Alguns jornais chegaram a anunciar que estava ocorrendo uma **nova abertura dos portos**. Com a redução das tarifas alfandegárias, os produtos importados puderam entrar bem mais baratos no mercado brasileiro.

Esse fato tem alertado setores do empresariado sobre a importância de modernizar o nosso parque industrial para concorrer em melhores condições com os produtos estrangeiros.

A “nova Lisboa”

A guerra continuava a varrer a Europa no início da segunda década do século XIX. Na América Espanhola cresciam os movimentos autonomistas, especialmente no Vice-Reino do Prata (Paraguai, Uruguai e Argentina).

Na cidade do Rio de Janeiro, a monarquia portuguesa não dava o menor sinal de que em pouco tempo retornaria a Portugal. Ao contrário, a tendência naqueles anos foi transferir e mesmo criar órgãos administrativos que pudessem consolidar a cidade do Rio de Janeiro como **capital do Império português**.

Um importante órgão transferido para a nova sede da Corte foi o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros, responsável pela política externa do império português. Foram criados, naquele momento, o Banco do Brasil, a Biblioteca Real, o Real Horto e as Academias Militar e de Medicina.

A presença da Corte na cidade também impulsionou o surgimento de teatros, academias literárias e artísticas. A vinda da Missão Artística Francesa favoreceu o florescimento das artes plásticas. Um de seus membros, Jean-Baptiste Debret, fixou, em suas aquarelas, diversas cenas do cotidiano da vida brasileira.

Essa movimentação cultural foi acompanhada da criação do primeiro jornal editado na colônia: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Tudo isso permitiu uma maior circulação de idéias. Mas a censura continuava presente.

Cena de rua do Rio de Janeiro, registrada em aquarela de Debret.



Boris Fausto nos conta que a *Gazeta do Rio de Janeiro*

tinha um caráter quase que oficial e estava sujeita, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 127

Como não poderia deixar de ser, a cidade do Rio de Janeiro cresceu bastante, acompanhando todas aquelas mudanças. A população havia duplicado entre a chegada da Corte e o ano de 1819. Dados aproximados nos revelam um aumento de 50 mil a 60 mil pessoas, em 1808, para 100 mil a 120 mil pessoas, em 1820. Tudo isso fazia com que a cidade vivesse um enorme crescimento físico, com a ocupação de locais bastante distantes do centro. O centro político permaneceu na praça composta pelo Paço dos Governadores, pelo Senado da Câmara e por sobrados de famílias importantes.

Esses elementos dinamizadores tomaram ainda maior vulto a partir de 1815, com a elevação da colônia a Reino Unido a Portugal. A sede do novo reino passou a receber delegações estrangeiras e a abrigar grande parte da administração portuguesa. Aos olhos de muitos, o Rio de Janeiro transformava-se em uma cidade portuguesa. Mais do que isso, surgia o que alguns denominavam a “**nova Lisboa**”.



Debret também retratou várias cenas com a família real, como esta em que aparece d. João VI.

Chamar a cidade do Rio de Janeiro de “nova Lisboa” podia não representar grande novidade, pois havia algum tempo ela já era a sede do império português. Mas, exatamente naquele momento, essa denominação poderia estar dizendo uma outra coisa. Vejamos.

Naquele ano de 1815, as tropas napoleônicas haviam sido derrotadas na Europa. As potências vencedoras promoviam uma mudança substancial no mapa europeu. Era, portanto, o momento de a família real retornar a Portugal.

Mas, como vimos, não foi isso o que ocorreu. Por quê? O que estava acontecendo? Uma possível resposta para essa pergunta é simples: a situação portuguesa e européia ainda era instável, e no Reino do Brasil a família real não encontrava maiores problemas. Vejamos uma outra hipótese, bem mais interessante, e que vem sendo, nos últimos tempos, bastante explorada pelos historiadores. O que ocorreu é que a política de d. João produziu muito mais do que uma renovação cultural na cidade do Rio e Janeiro.



O príncipe regente d. João.

O príncipe regente implementou um conjunto de medidas que **fixaram, enraizaram** muitos funcionários e negociantes portugueses na cidade e em regiões próximas. Grandes parcelas de terras foram doadas; títulos de nobreza foram distribuídos. Esses setores, obviamente, não viam com bons olhos o retorno a Portugal, e pressionaram a Coroa portuguesa a permanecer no Rio.

O mesmo ocorria com setores das elites econômicas **interessados em preservar os espaços e privilégios obtidos com a política de liberalização econômica e concessão de créditos e títulos desenvolvida pela Corte**. Assim, na cidade do Rio de Janeiro, formou-se uma aliança de portugueses e brasileiros com interesses comuns no plano econômico e político.

Para todos eles, a permanência da Corte na “nova Lisboa” era um sinal de que a monarquia portuguesa via com bons olhos a criação de um império luso-brasileiro com sede no Rio de Janeiro. Um **império americano**. A coroação de d. João VI na cidade, em 1818, também reforçava essa tendência.

A história, no entanto, não se resumia apenas aos interesses desses grupos sediados no Rio de Janeiro e nas suas proximidades. D. João enfrentaria graves problemas políticos no Nordeste brasileiro e em seu próprio país. As pressões para que a família real retornasse a Portugal ganharam vulto. Era hora de definições.

A aliança política entre portugueses e brasileiros foi assim descrita por Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque:

A política joanina propiciava (...) a formação de um poderoso bloco de interesses no Rio de Janeiro – interesses econômicos, financeiros, políticos e sociais. E seria justamente esse bloco que apoiaria a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Era esse bloco de interesses que sustentava a idéia de um Império Americano.

Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, p.34

Que interesses econômicos e políticos uniam portugueses e brasileiros no Rio de Janeiro? Explique sua resposta.

Pausa

Como vimos, a nova viagem trouxe muitas modificações para a América Portuguesa. Alguns setores beneficiados pela política joanina trataram de dar corpo a um projeto inteiramente original na América: a criação de um **império luso-brasileiro**, com sede definitiva no Rio de Janeiro.

Últimas palavras



Essa proposta era radicalmente contrária àquelas que animavam a luta de independência na América Espanhola. Lá, o objetivo era romper com a metrópole e instaurar preferencialmente o regime republicano.

Na próxima aula, vamos estudar como se processou a ruptura política na América Espanhola e como foi criado não um império luso-brasileiro, sob as ordens de d. João VI, mas o **Império do Brasil**, comandado pelo príncipe português d. Pedro.

Vista do Rio de Janeiro.



Jean-Baptiste Debret

Exercício 1

Releia o item **Uma nova viagem** e identifique as principais conseqüências da abertura dos portos promovida por d. João VI em 1808.

Exercício 2

Releia o item **A “nova Lisboa”** e justifique a seguinte afirmativa contida no texto: “Aos olhos de muitos, o Rio de Janeiro transformava-se em uma cidade portuguesa”.

A América independente

Abertura

Você já reparou que, de vez em quando, parece que tudo acontece ao mesmo tempo na nossa vida? Algumas vezes, dá tudo errado. Nessas horas, é comum ouvirmos que “um problema puxa o outro”, ou, como dizem no Nordeste brasileiro, “além de queda, coice”. Outras vezes, ocorre exatamente o contrário: dá tudo certo. Em todos esses momentos, temos a impressão que estamos vivendo em outro ritmo, muito mais acelerado. Na História, também há momentos em que muita coisa acontece, e muda, com uma velocidade impressionante.

Nesta aula, vamos estudar um desses momentos. Em pouco mais de duas décadas, três séculos de colonização espanhola e portuguesa caíram por terra na América. Surgia a **América independente**.

Movimento

República pernambucana

Na aula anterior, nossa atenção se voltou para o significado da presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Vimos como a elevação da colônia à categoria de Reino Unido a Portugal fez com que o projeto de formação de um império luso-brasileiro com sede na “nova Lisboa” ganhasse força. Esse projeto reconhecia algo que já estava ocorrendo havia algum tempo: a **inversão brasileira**, ou seja, o fato de que a colônia havia se transformado na metrópole do império português.

A **fusão** de interesses portugueses e brasileiros, entretanto, não ocorria em todo o reino do Brasil. No Nordeste, a situação era muito diferente. Em Pernambuco, no ano de 1817, explodiu um forte movimento regional de contestação à política joanina. Foram muitas as motivações daquele movimento, que foi chamado de **Insurreição Pernambucana**.

Na província de Pernambuco, e em boa parte do Nordeste, havia um forte sentimento antilusitano. Isso, em parte, era explicado pelo fato de os portugueses dominarem o comércio varejista e ocuparem importantes postos militares. O aumento dos impostos para manter a Corte no Rio de Janeiro também era motivo de descontentamento naquele momento de crise das lavouras de exportação, especialmente açúcar e algodão. A circulação e o comércio enfrentavam ainda sérios problemas em razão das restrições da legislação portuguesa.

Um dos principais locais de discussão de todos esses problemas eram as **casas maçônicas**, que reuniam diferentes setores das elites pernambucanas.

As casas maçônicas – havia quatro apenas em Pernambuco – eram sociedades secretas que difundiam os ideais liberais. Em reuniões geralmente regadas a aguardente nacional (excluía-se deliberadamente o vinho europeu), combatia-se a tirania real e faziam-se planos para a derrubada do governo local.

E foi isso o que ocorreu em março de 1817. Foi deposto o governador Caetano Montenegro, e instalou-se um governo provisório em Recife. Entre os líderes rebeldes havia comerciantes, fazendeiros, militares e padres. O movimento contou com a rápida adesão de outras províncias nordestinas: Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Até aquele momento, era a **mais importante rebelião já ocorrida em terras brasileiras contra o domínio português**.

Alcançado o poder, o governo provisório de Pernambuco tratou de estabelecer uma nova ordem legal. A **república** foi proclamada. Foram asseguradas a tolerância religiosa, a liberdade de consciência e a igualdade de direitos. Os estrangeiros que aderiam ao chamado **“partido da regeneração e da liberdade”** eram considerados **“patriotas”**. Além disso, aumentou-se o soldo da tropa e eliminaram-se alguns impostos. Garantiu-se a propriedade e manteve-se a escravidão africana.



Recife, no início do século XIX (1817), foi palco da Insurreição Pernambucana.

Para expressar a mudança, nada como uma nova linguagem. Buscava-se romper com as antigas hierarquias por meio de um novo vocabulário que ressaltasse a igualdade entre os homens. A fonte de inspiração era a Revolução Francesa. Veja o que nos conta Tollenare, um cronista francês que acompanhou todas essas mudanças:

Em lugar de “Vossa mercê”, diz-se “Vós”, simplesmente; em lugar de Senhor é-se interpretado pela palavra Patriota, o que equivale a cidadão e ao tratamento de tu [...] As Cruzes de Cristo e outras condecorações reais abandonam as botoeiras; fez-se desaparecer as armas e os retratos do rei.

Citado por Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, p. 49-50

A expansão do movimento por outras províncias alimentou a idéia de criação, no Nordeste, de uma república em moldes **federativos**, como já ocorria nos Estados Unidos da América (EUA). Na federação, **cada Estado possui uma ampla autonomia perante o poder central**. Pensou-se, inclusive, na construção de uma capital para esse novo país. Tudo isso, no entanto, durou muito pouco. A repressão organizada pelo governo joanino foi eficaz e, em maio, a revolução já havia sido derrotada em todo o Nordeste.

Em tempo

Mas não bastava a derrota militar. O movimento havia tomado uma dimensão que inquietara o governo. Era importante reafirmar o controle sobre a região. Daí a necessidade de uma repressão exemplar: esarteamentos, fuzilamentos e prisões.

Apesar disso, **o clima revolucionário em Pernambuco não se esgotou em 1817**. Vários líderes da insurreição, mais tarde libertados e anistiados, iriam ter um importante papel nas lutas pela ruptura política com Portugal e em outro grande movimento de caráter republicano: a Confederação do Equador (1824).

Esse fato pode ser explicado, entre outras coisas, pelo avanço de uma consciência antilusitana na província, difundida especialmente por uma instituição que formava parte da elite pernambucana: o **Seminário de Olinda**, também chamado de “ninho de idéias liberais”. Ocorria o que o historiador Carlos Guilherme Motta denominou a “**descolonização das consciências**”.

Ainda em 1817, o sonho da República pernambucana, ou nordestina, foi desfeito. Mas, em grande parte da América, naquele mesmo momento, o sonho republicano estava virando realidade, como veremos, com a ajuda de alguns revolucionários de 1817.

Repúblicas americanas

O trabalho do historiador, como você tem visto, é baseado em fontes históricas. Em todas as nossas aulas, você vem tomando contato com algumas delas. Mas não basta reunir um grande número de fontes para, então, escrever História. O fundamental do trabalho do historiador é obter e reunir fontes para **responder a uma determinada questão, a um determinado problema**. Senão, a História seria simplesmente uma mera reunião de dados. Além disso, as questões que o historiador procura responder estão, em geral, relacionadas com as preocupações do seu próprio tempo.

Imagine-se, agora, tendo de escrever a história da independência da América Espanhola. Se você quisesse escrever sobre tudo, certamente seria soterrado pelas fontes. Existem milhares delas. Além disso, a independência, apesar de ter sido um processo interligado, teve características particulares em cada colônia. Como sair dessa? Há apenas dois caminhos: ou escolher um caso que sirva de modelo ou partir para explicações de natureza geral. Qual você escolheria?

Depende, é claro, das questões que você deseja responder. Nossa preocupação central, nesta aula, é tentar compreender por que a América seguiu o **caminho da república** e não o da monarquia, como o Brasil. Ora, como esse fenômeno foi geral, a melhor estratégia será escolher a segunda das opções propostas. Você não faria o mesmo?

Em aulas anteriores, já estudamos que as principais características da América Espanhola foram a utilização do trabalho compulsório indígena e o rígido controle do comércio externo das colônias (ver Aula 7).

No século XVIII, essa situação começou a se modificar. O exclusivo comercial foi sendo gradativamente superado, seja por pressões de outras potências européias em busca de mercados, seja por necessidades da própria metrópole, que se mostrava incapaz de abastecer e manter seu enorme império colonial. Isso significou a extinção do sistema de portos únicos e um maior intercâmbio comercial entre as próprias colônias. A situação política, no entanto, manteve-se inalterada: os principais cargos administrativos continuavam nas mãos dos espanhóis.

Como na América Portuguesa, as elites nativas da América Espanhola (os chamados *criollos*) começaram a se afastar cada vez mais dos interesses metropolitanos no final do século XVIII. Por outro lado, a **independência dos Estados Unidos**, a **Revolução Francesa** e o **avanço do liberalismo** abriram-lhes novas possibilidades de atuação. Não havia, no entanto, nenhum elemento que reunisse os diferentes interesses das elites *criollas* – que, quando muito, expressavam seu descontentamento por meio de movimentos de caráter regional.

Foram as mudanças na conjuntura externa, ou seja, os graves conflitos internos vividos pela Espanha entre 1807 e 1815, que modificaram substancialmente a dinâmica das lutas pela independência na América Espanhola. A intervenção direta de Napoleão Bonaparte na política espanhola, que culminou na escolha de seu irmão José Bonaparte para o trono da Espanha, em 1810, desencadeou uma violenta reação de setores da sociedade espanhola vinculados à dinastia Bourbon, derrubada pelo imperador francês.

As repercussões no mundo colonial foram imediatas. Ainda em 1810, em diversas colônias foram organizadas juntas governativas com o intuito de assegurar a liberdade comercial e a autonomia administrativa. A situação, no entanto, estava longe de ser resolvida. Um dos motivos era a atitude **ambígua** de parte significativa das lideranças *criollas*, que oscilavam entre a defesa da dinastia espanhola deposta por Napoleão Bonaparte e a ampliação da luta para confirmar a separação do império espanhol.

Esse **duplo jogo político** permaneceu, em grande parte da América Espanhola, pelo menos até os anos de 1814-1815. E contribuiu para que a Coroa espanhola – novamente sob o domínio da dinastia Bourbon, após a queda de Napoleão – retomasse o controle de grande parte de seus domínios americanos por volta de 1815-1816.

As derrotas militares alertaram as lideranças *criollas* para a importância de definir com maior clareza os rumos da luta pela independência. Entre aqueles que se preocupavam em produzir uma estratégia que pudesse reunir diferentes setores sociais e políticos estava o líder *criollo* **Simón Bolívar**. Em seus escritos, ele defendia o princípio da **autodeterminação** da América. Dizia ele, no ano de 1815, que “esta metade do globo pertence a quem Deus fez nascer em seu solo”. Para Bolívar, havia uma unidade americana que ultrapassava classes, cor ou raça:



Simón Bolívar

Estamos autorizados, desse modo, a crer que todos os filhos da América Espanhola, quaisquer que sejam sua cor e condição, estão ligados por um afeto fraternal e recíproco, que nenhuma maquinação poderá alterar. (...) Até o presente, admira-se a mais perfeita harmonia entre os que nasceram neste solo, no que diz respeito à nossa questão; não é de se temer que no futuro aconteça o contrário, porque então a ordem estará estabelecida (...). Equilibrada como está a população americana, seja pelo número, pelas circunstâncias, seja, enfim, pelo irresistível império do espírito, por que motivo não se poderão estabelecer novos governos nesta metade do mundo?

Simón Bolívar, *Escritos políticos*, p. 78

Em suas palavras, Bolívar fazia questão de não mencionar os históricos conflitos sociais e raciais existentes na América Espanhola. O momento agora era de unidade política. Portanto, era preciso envolver toda a **América**, do indígena ao *criollo*, na luta pela libertação.

Bolívar era também um árduo defensor da república. Acreditava que o melhor caminho da América Espanhola era a formação de pequenas repúblicas. O que distinguia as pequenas repúblicas era a conservação das suas fronteiras e a sua **permanência**, ao contrário dos grandes impérios, propensos à **expansão territorial, à decadência e à tirania**.

Muito diferente, afirmava Bolívar, era a política de um rei,

(...) cuja inclinação constante se dirige para o aumento das suas possessões, riquezas e poderes: com razão, porque sua autoridade cresce com essas aquisições, tanto em relação a seus vizinhos como a seus próprios vassalos, que nele temem um poder tão formidável quanto seu império (...). Portanto isso penso que os americanos, desejosos de paz, ciência, artes, comércio e agricultura, prefeririam as repúblicas aos reinos (...)

Simón Bolívar, Escritos políticos, p. 68-69

A crítica de Bolívar tinha endereço certo: as monarquias européias, especialmente a espanhola. Mas também pode ser interpretada como um recado a algumas lideranças *criollas* que insistiam na defesa do regime monárquico na América. Segundo ele, a monarquia não traria, como se dizia, a tranqüilidade política, e sim a **guerra** entre as nascentes nações americanas. A formação de pequenas repúblicas poderia acomodar melhor os diferentes interesses das elites *criollas*.

Em 1816, após um breve exílio na Jamaica e no Haiti, Bolívar voltou à Venezuela para liderar a luta pela independência em grande parte do norte da América Espanhola. Em seus exércitos havia soldados ingleses, irlandeses e até brasileiros, que tinham participado da Insurreição Pernambucana de 1817. Um desses brasileiros, **José Inácio de Abreu e Lima**, tornou-se importante liderança militar no exército do líder *criollo*.

Enquanto Bolívar obtinha vitórias no norte, **San Martín**, outra importante liderança *criolla*, libertava do domínio espanhol a Argentina e o Chile. O maior problema para os exércitos rebeldes era a conquista do Vice-Reino do Peru, fortaleza do domínio espanhol na América. Tal feito só foi alcançado em 1825, sob a liderança de Bolívar. Àquela altura, San Martín já havia se afastado da luta, por discordar das idéias republicanas de Bolívar.

Estava extinto, assim, na América do Sul, o império espanhol. O projeto de Bolívar de formação de pequenas repúblicas havia sido implantado em praticamente todo o continente. Mas uma parte importante desse projeto não teve condições de se concretizar: Bolívar sonhava também com uma **América unida**, com uma **confederação Americana**. Nesse ponto, o general vitorioso em tantas batalhas sofreu uma importante derrota. Provavelmente não percebeu que, para as lideranças *criollas*, o que interessava agora era “arrumar a casa”, isto é, formar em cada nova república o Estado nacional.

Será que conseguiriam? Deixemos para depois essa questão. Tratem os de voltar para as terras brasileiras, ou melhor, para a América que estava começando a deixar de ser portuguesa....

Pausa

Releia a aula e explique de que forma Simón Bolívar defendia o regime republicano.

As revoluções não estavam ocorrendo apenas na América Espanhola. Na Europa, novos movimentos revolucionários eclodiram no ano de 1820. Lutava-se contra o absolutismo monárquico. A onda revolucionária atingiu também a península Ibérica. Em Portugal, o movimento vitorioso desencadeado na cidade do Porto defendia a elaboração de uma **Constituição** para o país, e exigia o **imediate retorno** de d. João VI.

A reação inicial de d. João VI foi permanecer no Reino do Brasil e acompanhar os acontecimentos. Afinal, seu retorno imediato significaria reconhecer o poder das Cortes portuguesas, o órgão encarregado de elaborar uma Constituição para o país. O rei português tinha consciência de que sua volta poderia representar o fim do seu poder absoluto em Portugal. As Cortes exigiam que ele aceitasse e respeitasse a futura Constituição.



O príncipe d. Pedro

Por mais que d. João tentasse adiar sua decisão, as pressões foram maiores que o seu desejo de permanecer em terras brasileiras. Em abril de 1821, oito meses após a eclosão do movimento conhecido como **Revolução do Porto**, d. João VI retornou a Portugal. Mas deixou aqui seu filho e herdeiro: o príncipe d. Pedro.

A revolução em Portugal foi muito bem recebida por militares e comerciantes portugueses sediados no Reino do Brasil. Era a possibilidade de se decretar o término da concorrência estrangeira, com o **restabelecimento**

do pacto colonial e do **exclusivo comercial**. Já os grupos que haviam sido beneficiados pela política de d. João de concessão de títulos, empregos e terras mostravam-se contrários ao retorno da família real para Lisboa. Temiam perder seus privilégios e seu poder, com uma possível **recolonização**. Isso poderia significar, também, o fim da política de abertura econômica iniciada com a abertura dos portos brasileiros.

O retorno de d. João VI representou uma importante derrota desses grupos. E agora? Que caminho seguir? Como garantir a relativa autonomia administrativa, política e econômica obtida com a presença de d. João VI em terras brasileiras? Quais eram as alternativas?

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, as opções eram apenas duas: manter a união com Portugal ou partir para a independência. Em favor da primeira solução,

argumentava-se que ambos os países eram fracos para enfrentar o jogo duro da política internacional da época (...). Sem o apoio de um país europeu, o Brasil ficaria exposto aos perigos da fragmentação e das guerras civis, a exemplo do que ocorrera na América Espanhola (...). (...) A união dos dois países em bases iguais seria, assim, benéfica para ambos os lados. Esta era uma posição que agradava a membros da elite brasileira integrados ao sistema administrativo colonial e aos portugueses já presos ao Brasil por laços econômicos e familiares.

José Murilo de Carvalho, *A monarquia brasileira*, p. 17

Essa orientação, no entanto, logo foi superada pelos acontecimentos. As Cortes portuguesas resolveram partir para a radicalização. Exigiam o imediato retorno do príncipe d. Pedro. Como este se recusava a atender às exigências, iniciou-se um processo de esvaziamento de sua autoridade.

Não restava alternativa, portanto, senão partir para o confronto aberto: para a independência. Mas que independência seria essa? Independência com república, nos moldes da América hispânica, ou uma independência que preservasse a tradição monárquica?

O projeto republicano não vingou. Era visto com enorme desconfiança por setores expressivos das elites políticas, especialmente aqueles com base no Rio de Janeiro.

Um dos seus maiores opositores era o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, que via na república o caminho mais curto para a anarquia e a fragmentação política, como estava ocorrendo na América Espanhola independente. A **unidade política** deveria ser preservada pela monarquia.

Em tempo

Os escritos de José Bonifácio foram muito além da defesa da monarquia, como nos conta a historiadora Emília Viotti da Costa. Em 1821, em trabalho a ele atribuído, denominado *Lembranças e apontamentos*, o professor, cientista e burocrata Bonifácio

falava na criação de colégios e de uma universidade, sugeria a fundação de uma “cidade central no interior do país” com o fito de desenvolver o povoamento, (...) apresentava sugestões sobre o tratamento dos índios (...); pleiteava enfim a igualdade de direitos políticos e civis. Defendia ainda a necessidade de emancipar os escravos gradualmente e [sugeria] uma política de terras que impedisse a concentração de terras nas mãos de alguns, (...) recomendando que todas as terras doadas que não se achassem cultivadas fossem reintegradas à massa de bens nacionais.

Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, p. 56

José Bonifácio



Das palavras, José Bonifácio partiu para a ação. Em janeiro de 1822, teve importante participação no **Dia do Fico** – episódio em que o príncipe d. Pedro resolveu permanecer no Brasil, apesar das pressões portuguesas. Logo depois, tornou-se ministro de d. Pedro e esteve no centro dos acontecimentos até a proclamação da independência, em 7 de setembro daquele mesmo ano.

Sua estratégia foi isolar e reprimir tanto setores portugueses contrários à independência (os chamados **pés-de-chumbo**) como aqueles grupos liberais que, apesar de reconhecer a importância da participação de d. Pedro na luta pela autonomia política, exigiam que o poder do príncipe fosse limitado por uma Constituição. Eram os chamados **democratas**. Bonifácio temia que essas propostas afastassem do movimento o príncipe e membros do **Apostolado**, sociedade secreta que reunia importantes fazendeiros e políticos de projeção.

Como as Cortes portuguesas trataram de partir para o confronto direto, retirando do controle do príncipe o poder sobre várias províncias brasileiras, Bonifácio e o Apostolado, com o apoio dos **democratas**, pressionaram d. Pedro. Este, finalmente,



Aclamação de d. Pedro.

resolveu promover a ruptura, proclamando a independência brasileira. Três meses depois, em dezembro, d. Pedro era aclamado imperador e defensor perpétuo do Brasil. Começava a história do Império brasileiro.

Em viagem pelo Brasil, entre os anos de 1816 e 1818, o cronista francês Tollenare observava o quanto era difícil [para d. João] ser ao mesmo tempo rei de Portugal e do Brasil e agir paternalmente para com os dois povos que tinham interesses opostos. “Um, dizia ele, não pode viver sem o monopólio, o progresso do outro exige sua supressão.” (Citado por Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, p.36-37)

Escreva um pequeno texto comentando as afirmativas de Tollenare.

Pausa

Você, que acompanhou atentamente esta aula, percebeu que a independência na América passou por diferentes caminhos.

O caminho republicano, tentado no Nordeste brasileiro em 1817, foi consagrado na América Espanhola. A república norte-americana havia sido o principal modelo seguido.

Já na América Portuguesa, optou-se pela trilha da monarquia constitucional. A Europa era ainda a nossa fonte de inspiração.

Apesar dessas diferenças, todos os novos países americanos iriam enfrentar desafios semelhantes: a construção do Estado, a manutenção da ordem social e a estabilização econômica.

Nas próximas aulas, vamos estudar como o Império do Brasil enfrentou essas e outras questões.

Últimas palavras

Exercício 1

Releia o item **República pernambucana**. Identifique as principais mudanças na ordem legal estabelecidas pelo movimento revolucionário que, em 1817, instituiu uma república em Pernambuco.

Exercício 2

Releia o item **Império do Brasil** e explique por que José Bonifácio combatia a forma republicana de governo.

Exercícios

Módulo 5

Império do Brasil: unidade, ordem e civilização

Em 1823, um ano depois da proclamação da independência, um atento observador estrangeiro deixou algumas anotações sobre as dificuldades que a antiga colônia portuguesa teria de enfrentar para se tornar uma nação. Vejamos o que ele disse:

O Brasil é um país nascente, um povoado de habitantes de diversas cores que se aborrecem mutuamente. As capitanias não se podem auxiliar mutuamente, por estarem separadas por setores imensos, de modo que aquele país não forma ainda um reino inteiro e contínuo (...).

Formar um reino inteiro e contínuo. Sabe o que isso significava? Significava unificar aquelas diversas regiões que constituíram a América Portuguesa. O Brasil não deveria repetir a América Espanhola – que, como você viu na aula anterior, se dividiu em uma série de pequenos países. A **unidade** do território brasileiro teria que ser preservada a qualquer preço.

O segundo desafio era enfrentar a questão da participação política, num país onde a maior parte da população era formada por pretos livres e escravos, índios e mulatos. Teriam eles os mesmos direitos que os brancos? Como transformar essa massa de “diversas cores” num povo? Acima de tudo, era preciso garantir a **ordem social**.

Havia ainda um terceiro desafio. Como se poderia construir, na região tropical, uma **civilização**? Com que cara o Brasil iria fazer parte do conjunto das nações civilizadas? Que modelo seguir? O americano ou o europeu?

Veja bem. Postos os desafios, o problema era como enfrentá-los. É disso que vamos tratar neste módulo. Nas três próximas aulas, veremos como a **elite imperial manteve o Brasil unido, impôs a ordem e construiu uma civilização**.

Mantendo a unidade

Abertura

*S*egui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida; imitai os valentes das províncias que vão estabelecer seu governo debaixo do melhor dos sistemas – o representativo.

Esse é um pequeno trecho do manifesto do pernambucano Manuel de Carvalho Pais de Andrade, conclamando as outras províncias a seguir o exemplo do Nordeste, que ele chama de “zona tórrida”.

Em julho de 1824, as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco haviam formado a **Confederação do Equador**. Inspirados no movimento de 1817, os revolucionários nordestinos queriam separar a região do Império, e aí instituir o regime republicano. A repressão do governo imperial foi violenta, e os principais chefes da Confederação foram condenados à morte. Em outras regiões do país, também estouraram movimentos separatistas. Nos anos que se seguiram à independência, cresceu o perigo de desintegração do território brasileiro.

Nesta aula, veremos como o governo imperial conseguiu derrotar as rebeliões provinciais e preservar a integridade territorial da jovem nação.

Movimento

Rio de Janeiro, a “nova Lisboa”?

Um dos principais líderes da Confederação do Equador foi frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, conhecido como **frei Caneca**. Crítico do governo de Pedro I, Caneca considerou a Constituição imperial, outorgada em fevereiro de 1824, “autoritária” e “centralizadora”. Autoritária, porque havia dado um poder excessivo ao imperador. Centralizadora, porque havia negado autonomia às províncias, tornando-as dependentes do poder central.

Caneca afirmava que, para os pernambucanos, a “opressão” e a “exploração” continuavam – só que não vinham mais de Portugal, e sim do Rio de Janeiro, que ele chamava de “nova Lisboa”.

Para os revolucionários da Confederação do Equador, a independência ainda não chegara. Independência, para eles, era sinônimo de república federativa, conforme o modelo norte-americano. Sabe o que isso significava? Segundo esse modelo, o país seria governado por um presidente eleito para um mandato determinado. As províncias teriam liberdade de se organizar livremente.

Por que esse caminho não foi seguido pelo Brasil independente? Por que nos tornamos uma **monarquia unitária**, com o poder centralizado no Rio de Janeiro? Para muitos, a figura do imperador, conhecida em todas as regiões do país, era a garantia da manutenção da integridade do território brasileiro. O fantasma da América Espanhola independente, republicana e dividida, assustava a elite política brasileira.

Desde as “guerras da independência”, era grande a preocupação com a preservação do território. Você deve estar se perguntando: mas a independência brasileira não foi conquistada sem “derramamento de sangue”? Não foi bem assim. No Pará, no Maranhão e, principalmente, na Bahia, as tropas portuguesas resolveram não aceitar a independência proclamada por d. Pedro I. Foram então contratados oficiais estrangeiros para comandar o Exército brasileiro, que impôs às províncias a aceitação da independência e manteve a unidade territorial do Império.

Vista do largo do palácio do Rio de Janeiro (século XIX).



As lutas da independência da Bahia se estenderam por quase um ano. No fim de outubro de 1822, d. Pedro enviou tropas do Rio de Janeiro, sob o comando do general Pedro Labatut. Este isolou as tropas portuguesas em Salvador, comandadas pelo general Madeira de Melo.

Em maio de 1823, a esquadra do almirante Cochrane cercou Salvador, que se rendeu em 2 de julho. Por isso, esse é o dia das festas da independência na Bahia.

Em tempo

A Confederação do Equador não foi o único movimento separatista que o governo imperial teve de reprimir a ferro e fogo. Em 1825, a Província Cisplatina, no extremo sul, proclamou sua independência do Império brasileiro, com o intuito de se incorporar às Províncias Unidas do Rio da Prata – futura Argentina. A guerra durou três anos, ao fim dos quais a Cisplatina se tornou um país independente com o nome de República Oriental do Uruguai.

A derrota na Cisplatina aumentou a crise financeira do Império e o descontentamento dos brasileiros contra o “imperador português”. Crescia a insatisfação com os privilégios dispensados aos interesses portugueses no Brasil, principalmente no comércio interno. Era preocupante, para os proprietários de terra e escravos, o acordo que d. Pedro fizera com os ingleses, comprometendo-se a acabar com o tráfico de escravos para o Brasil.

A perda de apoio militar e político fez com que, em 7 de abril de 1831, o imperador renunciasse ao trono brasileiro em favor de seu filho Pedro, então um menino de apenas 5 anos de idade, deixando-o entregue aos cuidados de José Bonifácio. Feito isso, retirou-se para a Europa, onde morreu em 1834.

D. Pedro I deixa o trono do Brasil para o príncipe d. Pedro.



Pausa

Com a renúncia de Pedro I, encerrou-se o período que é conhecido como **Primeiro Reinado (1822-1831)**. Volte ao texto e faça um breve levantamento dos movimentos que, nesse período, ameaçaram a integridade do território nacional.

As revoltas provinciais

Um menino de 5 anos poderia assumir o trono brasileiro? Certamente, não. O que a Constituição de 1824 previa nesses casos? O imperador era menor até a idade de 18 anos completos. Durante a sua menoridade, o Império seria governado por uma **Regência**, composta de três membros e nomeada pela Assembléia Geral, ou seja, pelos deputados e senadores.

Assim foi feito, ao menos de **1831 a 1840**, quando Pedro II, antes do previsto, assumiu o trono. Tinha apenas 14 anos. Esses nove anos constituem o chamado **Período Regencial**. A partir de 1834, a regência passou a ser exercida não mais por três pessoas, mas por uma só.

As mudanças foram grandes, não é? Em vez de um imperador todopoderoso, o país passou a ser governado por regentes, cuja autoridade era muitas vezes contestada. Para alguns, era a oportunidade de se proclamar definitivamente a república. Para outros, era chegada a hora de as províncias terem mais autonomia. O Estado Imperial, até então encarnado na figura de Pedro I, estava enfraquecido. Um fantasma começava a rondar o jovem país: o perigo da desintegração territorial e da rebelião social.

Foram anos agitados, os da Regência. Em 1831 e 1832, só no Rio de Janeiro, estouraram cinco levantes populares em protesto contra os altos preços dos alimentos – cujo comércio era controlado pelos portugueses. As forças militares da capital reagiram com violência, e as revoltas foram sufocadas.

Nas outras regiões do país, de norte a sul, também pipocaram conflitos. O Exército Imperial, desorganizado e mal-equipado, não merecia a confiança do governo. A saída foi criar a **Guarda Nacional** – milícia armada, dirigida pelos grupos dominadores locais –, incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada.



Cabanagem, no Pará (1835-1840); **Sabinada**, na Bahia (1837-38); **Balaiada**, no Maranhão (1838-1840); **Revolução Farroupilha** ou **Guerra dos Farrapos**, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1835-45). Essas foram as principais revoltas que explodiram nas províncias durante a Regência. Os motivos que provocaram esses movimentos variaram de região para região: brigas políticas locais; descontentamento com a situação social; defesa de idéias republicanas. As notícias que chegavam dessas províncias eram preocupantes.

Em tempo

Num relatório enviado ao governo regencial, assim era descrita a situação do Pará, durante a Cabanagem:

A insurreição foi geral. Por toda parte aonde houve um homem branco ou rico a quem matar e alguma coisa que roubar aparecia logo quem se quisesse encarregar desse serviço, e deste modo ainda hoje estão em rebeldia todo o Alto e Baixo Amazonas(...) Todas as mais vilas, lugares, fazendas, casas e choupanas desta Província, ou ficaram habitadas por cabanos, se seus donos o eram; ou seus donos, se não fugiram, foram mortos e as casas ficaram ocupadas por cabanos...

Citado por Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves, *O império da boa sociedade*, p. 55

As revoltas que envolveram as províncias do norte – Maranhão e Pará – e do sul – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – foram as mais graves e as que mais preocuparam o governo central.

No tempo da América Portuguesa, essas regiões ligavam-se diretamente a Lisboa. Agora, era preciso integrá-las ao novo território nacional. Distantes do Rio de Janeiro, as dificuldades de comunicação e transportes eram muito grandes, e o perigo de se separarem do resto do Império, maior ainda. Principalmente no sul, a proximidade com as repúblicas vizinhas – Argentina, Uruguai, Paraguai – era um grande incentivo para as províncias adotarem o regime republicano. Os farroupilhas chegaram a proclamar a república por duas vezes. Em 1836, no Rio Grande do Sul, fundaram a República Rio-Grandense, e três anos depois, em Santa Catarina, a República Catarinense.

Anarquia e desordem: era isso o que mais preocupava a elite política. Tente se colocar no lugar desses homens que tinham terras, escravos, comércio, que eram deputados, senadores, presidentes de província, juízes, militares, advogados. Essas rebeliões ameaçavam os seus bens, a sua segurança, e a integridade territorial do país.



D. Pedro II,
ainda criança.

A saída foi **fortalecer o poder central**. Em maio de 1840, com a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional proposta pelo regente conservador Pedro de Araújo Lima, foram retiradas das províncias várias de suas atribuições, principalmente no que se referia à nomeação de funcionários públicos. Em julho, graças à iniciativa dos liberais, foi decidida a **antecipação da maioria de Pedro II**, que, assim, pôde subir ao trono. Dessa forma, estava de volta a autoridade imperial.

D. Pedro II não estava, contudo, livre das agitações. A Revolução Farroupilha ainda ameaçava transformar as províncias do sul em repúblicas independentes. Em 1842, foi necessário esmagar revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais. A Guerra dos Farrapos se encerrou, finalmente, em 1845. A Revolução Praieira, de 1848, em Pernambuco, foi a última manifestação da agitação dos primeiros tempos do Brasil independente.

Até 1850, todas as revoltas provinciais foram controladas. Foi a vitória do projeto centralizador posto em prática pelos políticos conservadores, entre os quais podemos destacar Paulino José Soares de Sousa, o visconde de Uruguai; Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí; e Eusébio de Queirós. Graças a essa política centralizadora e conservadora, o Estado Imperial pôde manter a integridade do território nacional.

Na próxima aula, vamos examinar outros desafios que se colocavam para a jovem nação. Um dos maiores era definir o “povo brasileiro”. Quem faria parte da sociedade, e quem ficaria fora dela? Quem seria cidadão? Quem teria direito de voto? Que significava, afinal, ser liberal ou conservador? Acompanhe-nos.

Últimas
palavras

Exercício 1

Enumere os três principais desafios que a ex-América Portuguesa, recém-independente, tinha de enfrentar para se tornar Brasil.

Exercícios

Exercício 2

O primeiro imperador brasileiro, d. Pedro I, teve de enfrentar alguns movimentos que colocaram em risco a unidade territorial. Enumere-os.

Exercício 3

Releia o item **As revoltas provinciais** e responda:

- Por que ocorreram tantas rebeliões nas províncias durante o período regencial?
- Qual a solução que a elite política imperial escolheu para enfrentar o perigo da desintegração territorial?



Impondo a ordem

Abertura

*A*malgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, em um corpo sólido e político.

Essas palavras são de José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos mais próximos conselheiros de Pedro I. A preocupação de Bonifácio, e de outros políticos brasileiros também, era como organizar um país com uma população tão “misturada”. Como integrar índios, brancos, pretos e mulatos, livres e escravos, num só povo? Seriam todos brasileiros, com iguais direitos e deveres?

Nesta aula, veremos como foi elaborada a nossa **primeira Constituição**, e o que ela determinou sobre a **organização política do país** e a **extensão da cidadania e do voto**.

Movimento

A Constituição imperial

No dia 3 de maio de 1823, reuniu-se no Rio de Janeiro a **Assembléia Constituinte**. Advogados, juizes, religiosos, militares, alguns poucos médicos, proprietários rurais e funcionários públicos ali estavam para redigir a **primeira Constituição** do Brasil independente.

Constituição, você sabe, é o conjunto das leis maiores que governam o país. As outras leis não podem contrariar o que está escrito na Constituição.

Na Assembléia Constituinte, havia grupos que defendiam posições opostas. O grupo mais fraco, o dos **democratas**, lutava pela diminuição do poder Executivo, exercido pelo imperador, que devia jurar obediência à Constituição. Os democratas queriam que o Poder Legislativo, o Parlamento, fosse o poder principal, porque representava a **vontade da maioria**. Alguns membros desse grupo, como Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, que tiveram uma ativa presença no movimento da independência, estavam presos ou exilados naquela época.

Um outro grupo, forte, bem-organizado e liderado por **José Bonifácio**, temia a democracia. O Poder Legislativo, formado por deputados eleitos nas províncias, poderia não ter força para garantir a unidade do território. Para governar um país tão “misturado”, seria melhor que o **poder se concentrasse nas mãos fortes do imperador**.

As desavenças entre a Constituinte e o imperador foram crescendo. Os deputados queriam reduzir as atribuições de Pedro I. Não aceitavam, por exemplo, que ele tivesse o poder de dissolver a Câmara de Deputados. Nesse

ponto, até mesmo José Bonifácio rompeu com o imperador, que se aproximou cada vez mais do meio militar, no qual os portugueses tinham grande influência.

Em novembro de 1823, a disputa entre os dois poderes acabou com a Constituinte sendo fechada por tropas militares. Muitos deputados foram presos, inclusive Bonifácio. D. Pedro convocou um conselho de dez membros para elaborar a Constituição imperial, que foi outorgada em 25 de março de 1824.

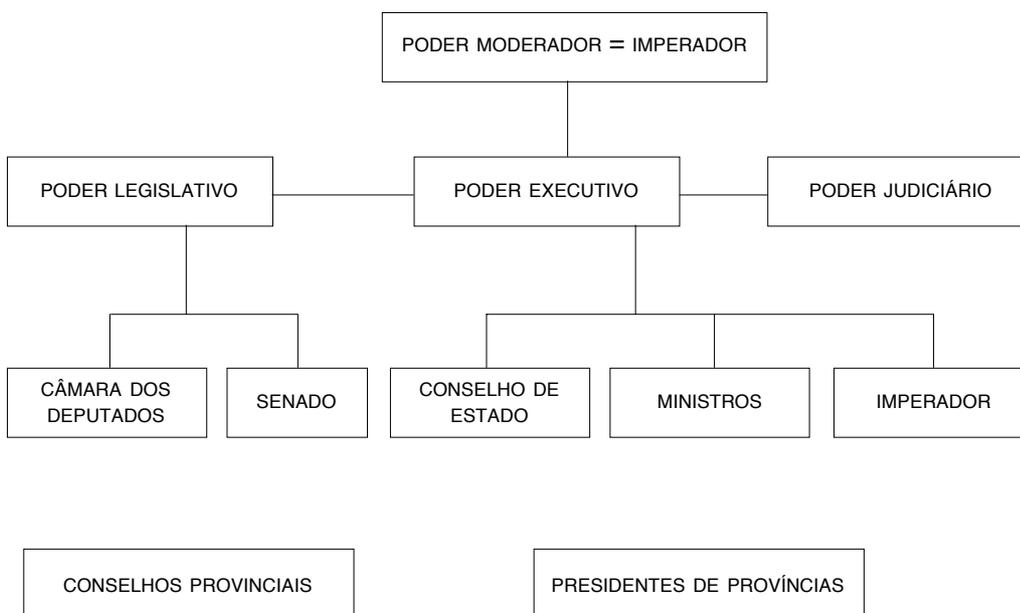
Você sabe a diferença entre uma Constituição **outorgada**, como a de 1824, e uma **promulgada**, como a de 1988? A de 1824 foi outorgada porque não foi feita pela Assembléia Constituinte; ela foi simplesmente aprovada pelo Poder Executivo – no caso, pelo imperador.

A Constituição de 1988, você deve lembrar, foi elaborada e aprovada pelo Congresso Nacional; logo, ela foi promulgada. Das Constituições que o Brasil teve, foram outorgadas as de 1824, de 1937 e a Emenda Constitucional de 1969, e promulgadas as de 1891, 1934, 1946, 1967 e 1988.

Você deve estar pensando que começamos mal, com o autoritarismo de d. Pedro se impondo sobre a Constituinte. Mas, veja bem: a crise do poder absoluto dos reis, provocada pela Revolução Francesa de 1789, era muito recente. Também era nova a constituição de três poderes independentes entre si, Executivo, Legislativo e Judiciário. Mesmo na Europa, a idéia de que o rei ou o imperador deveria se submeter a uma Constituição feita pelos representantes do povo era vista com desconfiança por muitos que tinham medo desses novos princípios democráticos.

A Constituição de 1824 pode ser consultada em qualquer biblioteca. Lá você verá que, pelo artigo 3º, o Brasil se tornou uma **monarquia hereditária e constitucional**. Ou seja: o imperador, que deveria governar de acordo com a Constituição, passaria o trono a seu filho mais velho.

Já o artigo 11 determinava que os representantes da nação brasileira seriam o imperador e a Assembléia Geral, composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Veja, no esquema abaixo, como se organizaram os poderes:



Em tempo

O **Poder Legislativo**, você sabe, é formado pelos **deputados e senadores**, eleitos para representar o povo. A esse poder cabe fazer as leis do país.

A Constituição de 1824 determinou que a **Câmara de Deputados** fosse constituída por representantes eleitos nas províncias para um mandato de quatro anos. O número de deputados por província variava de acordo com a população – províncias mais populosas tinham mais deputados do que outras menos habitadas.

A composição e a formação do **Senado** eram diferentes. O número de senadores de cada província seria a metade do número de deputados daquela mesma província. O cargo de senador era **vitalício**, ou seja, era exercido até a sua morte. Quando algum senador morria, fazia-se nova eleição. Os nomes dos três candidatos mais votados eram levados ao imperador, que escolhia um deles para assumir a cadeira no Senado. Nas províncias, o Poder Legislativo era exercido pelos **Conselhos Provinciais**.

O **Poder Executivo** era exercido pelo **imperador**, pelos **ministros** por ele escolhidos e pelo **Conselho de Estado**. Nas províncias, esse poder era exercido pelo **presidente de província**, nomeado pelo imperador.

O **Poder Judiciário** era formado pelos **tribunais e juízes**.

Em tempo

Como nos informa o historiador Boris Fausto,

(...) o Conselho de Estado era um órgão composto por conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador dentre cidadãos brasileiros com idade mínima de 40 anos (idade avançada para a época), renda não inferior a 800 mil-réis e que fossem “pessoas de saber, capacidade e virtude”. O Conselho de Estado deveria ser ouvido nos “negócios graves e medidas gerais da pública administração”, como declaração de guerra.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 152

Você deve estar se perguntando: e o **Poder Moderador**? Essa era uma idéia do pensador francês Benjamin Constant, cujos livros influenciaram D. Pedro e muitos políticos da época. Acima dos outros poderes, o Poder Moderador era um **poder pessoal do rei ou do imperador**, que tinha o direito e o dever de intervir nas questões mais sérias de “interesse nacional”.

Pausa

Vejamos o que diz o artigo 98 da Constituição que criou o Poder Moderador:

O poder moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos

O caráter centralizador da Constituição de 1824 desagradou a muitos brasileiros. Como você viu na aula anterior, no Nordeste estourou a Confederação do Equador. Releia o que foi dito sobre essa revolta e sobre o Poder Moderador, pense se uma coisa tinha a ver com a outra e escreva suas conclusões.

Reis e imperadores não são eleitos, mas deputados e senadores são. No Brasil imperial, quem podia ser eleitor? Quem podia ser eleito? Vamos consultar a Constituição. Escravos, índios, mulheres, menores de 25 anos, criados de servir e todos aqueles que tivessem uma renda anual inferior a 100 mil-réis **não podiam votar** nas eleições primárias, quando eram escolhidos aqueles que teriam o direito de eleger os deputados e senadores. Para ser candidato nas eleições primárias, era necessário ter uma renda de 200 mil-réis e não ser liberto (ex-escravo). Para ser candidato na segunda etapa, ou seja, para conseguir ser deputado ou senador, era preciso ter uma renda de 400 mil-réis, ser brasileiro e católico. Complicado, não é?

No Império, o direito à **cidadania política** foi muito restrito, e a grande maioria da população não podia votar. Dar o direito de participar do processo político-eleitoral a uma pequena minoria foi uma das soluções para impor a ordem num país tão “misturado”.

Em 1844, segundo o historiador Ilmar Mattos (*Tempo saquarema*, p. 142), a cidade do Rio de Janeiro possuía em torno de 170 mil habitantes, dos quais cerca de 50% eram escravos, e tinha apenas 256 eleitores inscritos.

Em tempo

Os **direitos individuais** – o direito à liberdade, à propriedade, à livre manifestação de idéias – eram garantidos pela Constituição imperial. Mas, num país escravista, com uma população pouco alfabetizada, a maioria vivendo no campo, esses direitos de **cidadão** quase não eram respeitados.

Mesmo porque no Brasil, você sabe, só muito poucos tinham liberdade, propriedade e idéias.

No Brasil imperial, poucos brasileiros tinham direito à participação política. Volte ao texto e veja quais foram os principais obstáculos que impediram o exercício da cidadania.

Pausa

Jurujubas, chimangos e caramurus

Vamos recapitular um pouco do que foi dito na aula anterior. O governo de d. Pedro I se encerrou a 7 de abril de 1831, em meio a uma grave crise. Sem apoio político e militar, o primeiro imperador do Brasil renunciou em favor de seu filho, então com 5 anos de idade, e voltou para Portugal.

Pelo artigo 123 da Constituição, durante a menoridade do príncipe, o Império seria governado por uma Regência composta por três membros, nomeada pela Assembléia Geral, ou seja, pelos deputados e senadores.

Essa **regência trina** durou até 1834, quando a Constituição passou por uma reforma. Por meio do **Ato Adicional**, a composição da **regência** passou a ser **una**, ou seja, um só regente seria eleito pela Assembléia para um mandato de quatro anos. O Conselho de Estado foi extinto e as províncias conquistaram maior autonomia, com a criação das **Assembléias Provinciais** no lugar dos Conselhos. Essas mudanças buscavam reduzir a agitação que abalava o país de norte a sul.

Os nove anos da regência (1831 – 40) foram muito agitados. A rebelião social foi ameaçadora, com a população sem posses e sem voto se envolvendo em conflitos de rua no Rio de Janeiro. Como também vimos na aula passada, várias

revoltas estouraram nas províncias, trazendo o risco de fragmentação do território. Era grande a preocupação dos políticos com o futuro da ex-colônia portuguesa na América. O que fazer para pacificar o jovem país?

No Rio de Janeiro, políticos de várias correntes de idéias defendiam propostas diferentes para salvar o país. Os **jurujubas**, considerados liberais exaltados, defendiam a implantação da república e uma organização mais democrática da sociedade. Os **chimangos** propunham uma monarquia liberal, e acusavam os jurujubas de querer a anarquia. Já os **caramurus** sonhavam com a restauração de d. Pedro I no trono brasileiro, e pretendiam a imposição do absolutismo imperial.

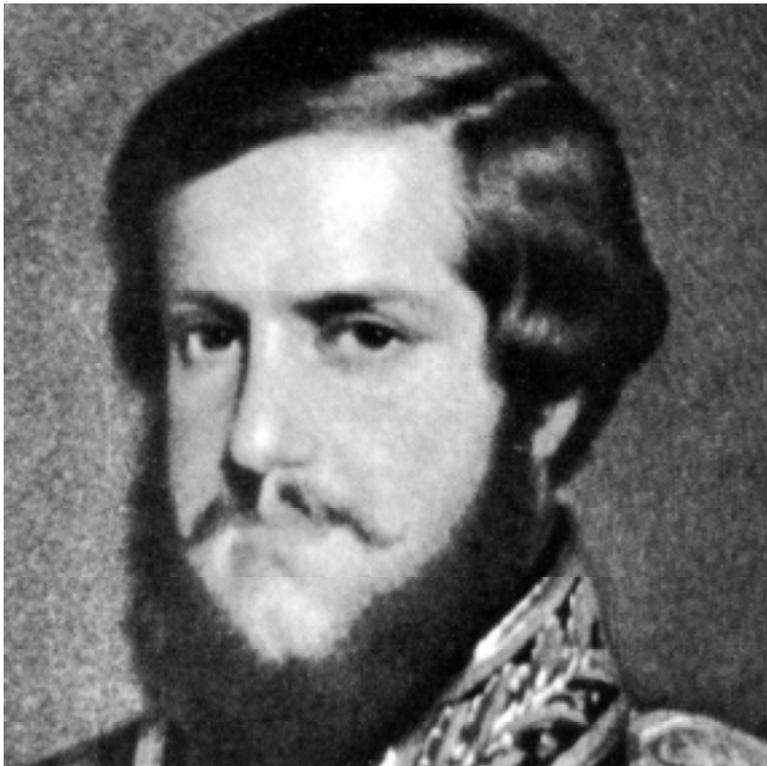
Com a morte de Pedro I, em 1834, e a repressão aos radicais republicanos, a luta política ficou reduzida a dois grupos: os **regressistas** e os **progressistas**. Regressistas eram aqueles políticos que queriam o regresso, ou seja, a volta da centralização política, com o fim da autonomia das províncias dada pelo Ato de 1834. Achavam eles que essa autonomia provincial favorecia as rebeliões, que ameaçavam a unidade nacional. Defendiam ainda a volta da autoridade imperial, cuja ausência seria causa maior da “anarquia” e da “desordem” do período regencial. Posteriormente, esses políticos vieram a formar o **Partido Conservador**.

Pausa

Em 1838, o líder regressista Bernardo Pereira de Vasconcelos fez um importante discurso na Câmara dos Deputados:

Fui liberal: então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos(...). Hoje porém é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia(...). Quero salvá-la; por isso sou regressista.

D. Pedro II.



Os **progressistas**, que depois organizaram o **Partido Liberal**, defendiam a descentralização política. Apesar disso, foram eles que encaminharam a proposta de antecipação da maioria de Pedro II. No dia 23 de julho de 1840, com apenas 14 anos de idade, Pedro II prestou juramento na Assembléia Geral como segundo imperador do Brasil. A inexperiência política do jovem imperador deixava-o, porém, nas mãos de servidores que lhe eram mais próximos.

Passaram-se apenas dois anos até que os liberais, afastados do governo, promovessem revoltas em São Paulo e Minas Gerais, duramente reprimidas pelas forças armadas.

Segundo o historiador Ilmar Mattos (*Tempo saquarema*, p. 104), os liberais mineiros, derrotados pelas forças do futuro duque de Caxias no combate de Santa Luzia, passaram a ser chamados pelos adversários políticos de **luzias**, nome do local onde tiveram a sua maior derrota. Aos liberais de São Paulo, igualmente derrotados, passou-se a atribuir a denominação de **Venda Grande**, local do triunfo conservador.

Em tempo

A derrota das rebeliões liberais marcou a vitória política dos conservadores. Sabe o que isso significou? Maior centralização do poder nas mãos do imperador e maior rigor na imposição da ordem. Pouco a pouco, a estrutura política conservadora iria se impor.

Faça um quadro resumido das principais correntes políticas surgidas no Brasil depois da saída de D. Pedro I. Aponte as principais idéias que essas correntes defendiam.

Pausa

A vitória dos saquaremas

A partir de 1850, o país entrou numa fase de estabilidade política, com base no **projeto conservador**. Mas quem eram esses políticos conservadores? Eram chamados de **saquaremas**, porque dois dos maiores líderes do partido – os viscondes de Uruguai e de Itaboraí – tinham terras e força política na localidade de Saquarema, na província do Rio de Janeiro.

Grandes proprietários de terra na região fluminense, muitos dos “saquaremas” eram bacharéis em direito, formados na Universidade de Coimbra, em Portugal. Tinham em comum, portanto, uma determinada visão de como deveria ser o novo país. Para eles, a centralização política e administrativa, imposta a ferro e fogo, era a garantia da manutenção da unidade territorial e da ordem social.

Para evitar que desavenças políticas entre liberais e conservadores pudessem gerar outras rebeliões, fora adotado, a partir de 1847, o **regime parlamentarista**, copiado do modelo inglês.

No parlamentarismo, o Conselho de Ministros era chefiado pelo **primeiro-ministro**, indicado pelo partido que tivesse mais representantes na Câmara. Por exemplo: quando os liberais ganhavam a eleição legislativa, caberia a eles indicar o ministério e governar o país

Você deve estar se perguntando: e o imperador, não mandava em nada? Ao contrário. Lembre-se de que d. Pedro II tinha o Poder Moderador, e estava acima dos outros poderes. Sempre que o ministério e a Câmara se desentendiam, o imperador podia dissolvê-la e convocar novas eleições. Ou então demitir o ministério, e pedir ao partido majoritário que apontasse novo primeiro-ministro.

O parlamentarismo é hoje adotado por todos os países do Primeiro Mundo, com exceção dos Estados Unidos, que adotam o presidencialismo. Alguns desses países são monarquias, como a Inglaterra, o Japão, a Suécia, a Espanha, e outros são repúblicas, como a França, a Alemanha, a Itália. Em todos eles, porém, quem governa o país não é o rei ou o presidente, e sim o primeiro-ministro, indicado pelo partido que ganha as eleições.

Em tempo

No Brasil, em 1993, houve um plebiscito para que o eleitorado opinasse se queria a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo. A manutenção do presidencialismo foi vitoriosa por larga margem de votos.

Últimas palavras

Com o parlamentarismo, as elites políticas imperiais conseguiram impor uma certa ordem ao país. Dominaram os levantes populares e afastaram o fantasma da desintegração territorial. Apesar da sucessão de 36 ministérios em 50 anos, liberais e conservadores concordavam que a política não deveria ser feita por meio de revoltas e rebeliões.

Depois da turbulência das três primeiras décadas de país independente, o Brasil entrou numa fase de estabilidade política. No topo, o Poder Moderador conferido ao imperador; no meio, os partidos Liberal e Conservador, alternando-se no governo; na base, a Guarda Nacional e a polícia. Do ponto de vista interno, a cada estava arrumada. E as relações do Brasil com o exterior?

Na próxima aula, vamos ver de que maneira a ex-colônia portuguesa, escravista e mestiça, ia entrar no mundo dito civilizado. Novos desafios, novas soluções... Acompanhe-nos.

Exercícios

Exercício 1

No dia 25 de março de 1824, a primeira Constituição brasileira foi outorgada por d. Pedro I. Releia o item **A Constituição imperial** e relacione os artigos que mais de perto marcaram a organização política do Império brasileiro.

Exercício 2

Releia o item **Jurujubas, chimangos e caramurus** e faça um quadro resumido das principais correntes políticas surgidas no Brasil depois da saída de d. Pedro I, em 1831, apontando as principais idéias que elas defendiam.

Exercício 3

A partir de 1850, o Brasil entrou em uma fase de estabilidade política com base no projeto “saquarema”, como era chamado o Partido Conservador. Releia o item **A vitória dos saquaremas** e anote os principais pontos desse projeto.



Construindo a civilização

*P*intor de teatro, fui encarregado de nova tela, representando a fidelidade geral da população brasileira ao governo imperial, sentado em um trono coberto por rica tapeçaria estendida por cima de palmeiras. A composição foi submetida ao ministro José Bonifácio, que a aprovou. Pedi-me apenas que substituísse as palmeiras naturais por um motivo de arquitetura regular, a fim de não haver nenhuma idéia de estado selvagem. Coloquei então o trono sob uma cúpula sustentada por cariátides douradas(...).

Esse é um trecho do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, no qual o pintor francês Jean-Baptiste Debret relata o episódio da pintura do pano de boca do Teatro da Corte, por ocasião da coroação de d. Pedro I.



Como você viu na Aula 11, Debret foi um dos pintores e arquitetos da Missão Artística Francesa, contratada por d. João VI para dar uma face européia ao Rio de Janeiro colonial. Debret deixou muitas pinturas representando a terra brasileira e sua gente. Outros visitantes estrangeiros que estiveram no Brasil ao longo do século XIX também registraram, em seus livros e pinturas, a paisagem tropical e os habitantes negros e mestiços.

No entanto, brasileiros como José Bonifácio não tinham orgulho nem dessa natureza “selvagem”, nem desse povo “misturado”. Achavam que, para ingressar no mundo considerado civilizado, o Brasil teria de construir aqui uma **civilização copiada da Europa**. Por isso, Bonifácio não queria as palmeiras “selvagens”: preferia as cariátides gregas.

Abertura

Cariátide: figura esculpida em pedra, com a função de dar sustentação a parte de uma construção, sendo também um elemento decorativo. A ilustração à esquerda é uma reprodução da pintura descrita por Debret, com as cariátides ao lado dos anjos.

Movimento

Nesta aula, veremos como o Brasil ingressou no mundo civilizado e se relacionou com os demais países americanos e europeus.

A memória da nação

O que faz de nós brasileiros? Você vai dizer que, para ser brasileiro, é preciso nascer no Brasil e falar português. Mas isso não é tudo. Ser brasileiro é ter em comum a mesma memória do passado. É comemorar os acontecimentos que marcaram a nossa história, como o 7 de Setembro ou o 21 de Abril. É identificar o gesto libertador de d. Pedro I no quadro *O grito do Ipiranga*. É reconhecer nos museus e monumentos históricos as marcas do **nosso passado**.



Para o Brasil ser uma monarquia centralizada e unitária, como queriam os conservadores, era preciso que a jovem nação escrevesse a sua **história**. Nação sem história não é nação.

Em 1838, o regente conservador Pedro de Araújo Lima criou o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** e o **Arquivo Nacional**. O primeiro tinha o objetivo de explicar a evolução do Brasil, desde as suas origens; o segundo devia guardar para o futuro os documentos produzidos no presente.

Pausa

Para escrever a história de um país é preciso, em primeiro lugar, reunir um grande número de **fontes**.

Ao longo do curso, você conheceu algumas importantes fontes históricas. Volte às aulas e faça um levantamento dessas fontes.

Escrever História é mais do que juntar documentos. Cabe ao historiador selecioná-los, organizá-los e interpretá-los. Francisco Adolfo **Varnhagen** é considerado o **primeiro historiador** do Brasil. Reunindo uma vasta documentação sobre a América portuguesa, Varnhagen escreveu uma monumental *História geral do Brasil*, em dois volumes, que abrangia do “descobrimento até a independência”. O primeiro volume foi publicado em 1854, e o segundo, três anos depois.

A preocupação principal dessa história foi mostrar as **origens** do Brasil. Para Varnhagen, os **índios “selvagens”** não poderiam ser considerados raízes dignas de um país que pretendia ingressar no mundo civilizado, pois representavam o “atraso e a barbárie”. Além disso, não tinham o sentimento de “patriotismo”, fundamental para a construção de uma nação.

Veja o que disse Varnhagen sobre os índios:

Nos selvagens não existe o sublime desvelo que chamamos patriotismo, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar pela glória da pátria(...). Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil(...). Assim, tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado!

Citado por Nilo Odália em Varnhagen: História, p. 37-38

Com relação aos **negros africanos**, que vieram para a América Portuguesa como mão-de-obra, Varnhagen foi ainda mais severo:

Colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda liberdade(...) sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinham a unir estes infelizes (...).

Varnhagen: História, p.72

Consulte a obra de Varnhagen nas bibliotecas. Você perceberá que a escravidão africana praticamente não foi estudada por ele. É como se o historiador quisesse apagar de nosso passado o que ele considerava uma “mancha negra”.

Na história que Varnhagen escreveu, a base de nossa evolução foi o **elemento português, europeu e cristão**, que introduziu a “superioridade e os encantos da civilização sobre a barbárie”.

Faça um pequeno texto, mostrando como essa história escrita por Varnhagen contribuiu para a afirmação do projeto conservador.

Pausa

O Guarani e a Primeira Missa

Você já deve ter lido ou visto na televisão *O Guarani*, a história do valente índio Peri que se apaixona pela loura Ceci. Essa história de amor e de aventura, passada no século XVI, na América Portuguesa, foi escrita por **José de Alencar** em 1857. Naquele momento, artistas e escritores brasileiros estavam muito influenciados pelo **Romantismo**, que tanto sucesso fazia na Europa.

Os ideais românticos valorizavam a aproximação com a **natureza** e a **busca das origens nacionais**. Para os europeus, isso significava trazer de volta os heróis da Idade Média, corajosos cavaleiros como o inglês Robin Hood. Como nós não tínhamos cavaleiros medievais, escritores como José de Alencar resolveram fazer do **índio o símbolo da nacionalidade brasileira**.

Veja como José de Alencar descreve Peri:

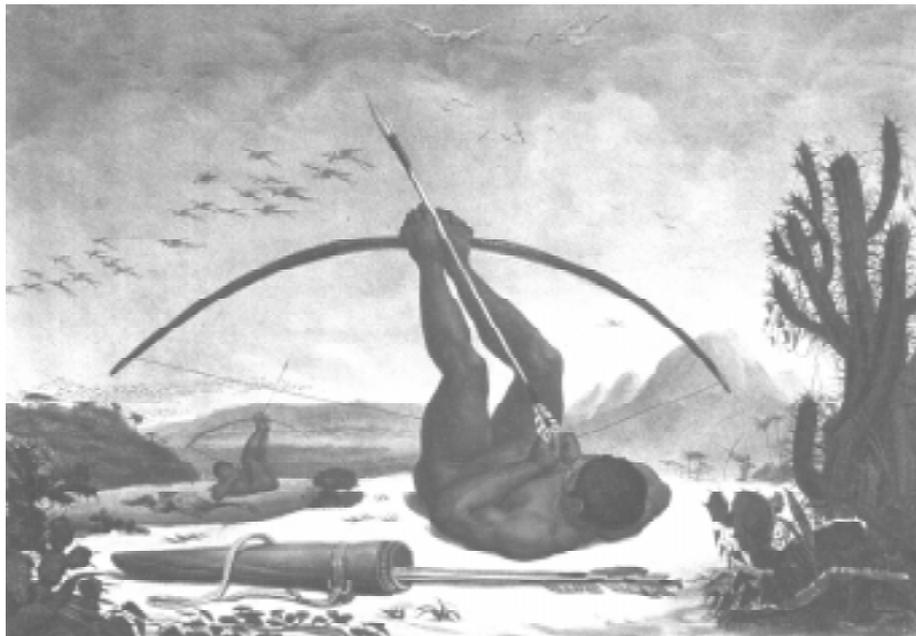
Uma simples túnica de algodão, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caía-lhe dos ombros até ao meio da perna, e desenhava o talhe delgado e esbelto. Sobre a alvura do algodão, a sua pele, cor de cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes; a pupila negra, cintilante; a boca forte mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência. Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa (...).

José de Alencar, *O Guarani*, p. 24

Observe que o “forte” e “inteligente” Peri, saído da imaginação de Alencar, nada tinha a ver com os índios “bárbaros” de Varnhagen, descritos pelos documentos históricos. O índio criado por Alencar, representante da natureza, estava mais próximo dos heróis românticos europeus. Peri podia encarnar as raízes da nação brasileira que se queria civilizada, porque era um índio com alma de europeu. A união do índio Peri e da loura Ceci representava, por sua vez, a “harmonia” que teria marcado as relações entre índios e brancos.

Essa integração entre o elemento nativo – o índio – e o colonizador branco – o português – apareceu também nas pinturas históricas da **Academia Imperial de Belas Artes**. Volte à Aula 4, página 32, e veja *A Primeira Missa no Brasil*, quadro de **Vítor Meireles**, e observe que nativos e portugueses são retratados em ambiente de perfeita harmonia, ajoelhados diante da cruz, símbolo maior da civilização cristã que chegava à América.

No Brasil “civilizado” que se criava no século XIX só havia lugar para o branco e o índio “pacífico”. Excluídos estavam os negros e mulatos: formavam a maior parte da população, mas não apareciam na história, nos livros, e nem nos quadros. Apareciam nos cafezais, nos canaviais, nas minas, nas cidades...



Civilização X barbárie

O Brasil independente precisava enfrentar ainda um outro desafio: como se relacionar com os países estrangeiros, americanos e europeus?

Desde a época colonial, as nossas relações com a Europa eram muito fortes. Você viu na Aula 11 que a **Inglaterra** era a nossa maior fornecedora de manufaturados e uma grande consumidora das nossas matérias-primas. Nas aulas seguintes, você aprenderá que, durante todo o Império, e mesmo depois, a presença inglesa na nossa economia foi extraordinária.

Da **França**, o Império brasileiro importava a moda, o gosto, os costumes refinados, a língua, os livros, a música, tudo que pudesse representar a marca do mundo **civilizado**.

Já o relacionamento do Brasil monárquico com a **América republicana** foi muito difícil. Ao norte, os **Estados Unidos da América** buscavam afastar a influência europeia no continente, tendo como lema “A América para os americanos”. Para atrair a simpatia do Império brasileiro, os Estados Unidos foram o primeiro país do mundo a reconhecer a nossa independência. Durante o período regencial, vários políticos brasileiros viram nos Estados Unidos o modelo a ser seguido pelo Brasil.

Apesar dos esforços norte-americanos, as relações políticas com o Império brasileiro não se desenvolveram bem. Só na República haveria uma maior aproximação entre os dois países.

Pausa

Com seus vizinhos do sul – **as repúblicas do Paraguai, do Uruguai e da Argentina** –, o Império brasileiro manteve um relacionamento de força. Saiba que a rivalidade entre brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios vai além do futebol. Na verdade, muita coisa sempre nos separou. Vamos lembrar? Volte à Aula 9 e veja que, desde o período colonial, o interesse português na região do Prata era grande. O objetivo de Portugal era tirar da Espanha o controle do comércio e das riquezas que circulavam pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Em 1821, por ocasião das lutas de independência da América Espanhola, d. João VI anexou a Banda Oriental do Rio Uruguai ao Reino Unido de Portugal e Algarves. Durante sete anos, a **Província Cisplatina**, como passou a ser chamada, fez parte do território brasileiro. Você viu na Aula 13 que, em 1828, o Império Brasileiro, derrotado na guerra, foi obrigado a reconhecer a independência da Cisplatina, que se transformou na **República do Uruguai**.

Até 1850, o governo brasileiro ficou mais preocupado com os problemas internos, ou seja, manter a ordem e preservar a unidade. A partir de então, com a casa sob controle, o Brasil resolveu voltar a ter uma presença mais atuante na política do Prata. Qual era a situação dos nossos vizinhos? Qual o interesse do nosso país no Prata?

Enquanto a América portuguesa conseguiu se manter unida e se transformou no Império do Brasil, o Vice-Reinado do Prata se dividiu em vários países republicanos: a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. País pequeno e sem saída para o mar, o **Paraguai**, governado por ditadores que se mantinham no poder por longo tempo, tinha poucas relações com o exterior. Já a **Argentina** e o **Uruguai**, por meio dos portos de Buenos Aires e Montevideu, dominavam o comércio platino. Nesses portos havia muitos comerciantes e banqueiros estrangeiros. A política argentina e uruguaia era muito instável, e havia permanentes lutas entre grupos rivais.

Em tempo

Você viu na Aula 12 que os países da antiga América Espanhola se organizaram em repúblicas. Tinham constituições republicanas e realizavam eleições presidenciais.

Apesar disso, o **caudilhismo** foi muito comum nesses países. Caudilhos eram chefes locais que, pela força, conseguiam dominar todo o país. Foram caudilhos: Francia, no Paraguai; Santa Cruz, na Bolívia; Portales, no Chile; Juárez, no México; Moreno, no Equador; Guzmán Blanco, na Venezuela, entre outros. (Delgado de Carvalho, *História da América*, p. 157)

Que interesses brasileiros estavam em jogo no Prata? O primeiro deles era garantir a livre navegação pelos rios da região. Eram muito difíceis as comunicações por terra entre o oeste das províncias de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, o sudoeste da província de Mato Grosso e as províncias do sudeste, em especial o Rio de Janeiro. Para vencer as grandes distâncias, eram usadas a navegação de cabotagem (pela costa) e a navegação fluvial, subindo os rios da bacia Platina.

Navegação de cabotagem



Outra preocupação do governo imperial era evitar que a Argentina se tornasse muito poderosa e acabasse por dominar os outros países da região. Ao Império não interessava que o Prata voltasse a se unir, pois isso ameaçaria a supremacia brasileira na América do Sul. Como dizia o barão de Mauá, rico empresário brasileiro, “o Brasil tem o dever de exercer no rio da Prata a influência a que lhe dá direito sua posição de primeira potência da América do Sul”.

Por várias vezes, o governo imperial interveio militarmente na Argentina e no Uruguai. O objetivo principal dessas intervenções era tirar do poder governantes argentinos e uruguaios que se colocavam contra os interesses brasileiros. Em 1851, com o Exército sob o comando de Caxias, o Brasil declarou guerra ao uruguaio Oribe e ao argentino Rosas. A vitória brasileira assegurou que o Uruguai e a Argentina ficassem em mãos de políticos simpáticos ao Brasil.

Essas difíceis relações entre brasileiros e seus vizinhos do Prata não se deviam apenas a problemas políticos e econômicos. Muita coisa mais nos separava. Pense um pouco... O Brasil havia conseguido manter a integridade

do seu território, se transformara numa monarquia centralizada e estável e construíra uma civilização européia nos trópicos. Já o Prata não se mantivera unido. A Argentina, o Uruguai e o Paraguai tornaram-se repúblicas instáveis, cujos presidentes eram frequentemente substituídos por caudilhos.

Ora, afirmavam as elites brasileiras, se o Brasil era o representante da **civilização**, nossos vizinhos representariam a **barbárie**. Em vários documentos da época está declarado que a guerra entre o Brasil e os países do Prata era a luta entre a “civilização” e a “barbárie”.

E o que argentinos, paraguaios e uruguaios achavam dos brasileiros? Eles também não nos tinham em boa conta. Éramos acusados de “dominadores” e de “país de escravos”, de “macaquitos”.

Foi nessa região do Prata que o Brasil se envolveu na mais dura guerra da sua história: a **Guerra do Paraguai** (1864-1870). Essa guerra enfraqueceu o Império e acabou levando à proclamação da República. Mas isso é assunto para depois... Aguarde.

Proclamada a independência, em 1822, a ex-colônia portuguesa precisava enfrentar o desafio de se transformar em um país. E enfrentou.

Trinta anos depois, a elite política brasileira, com base no projeto conservador, havia desenhado um país, o Brasil. Ela enfrentou a ferro e fogo as rebeliões nas províncias e evitou a desintegração territorial. Impôs a ordem social e excluiu a maior parte da população do direito de participar da política. Estabeleceu uma monarquia centralizada e deu poder ao imperador. Introduziu, finalmente, o Brasil como uma civilização européia nos trópicos.

Você deve estar se perguntando: e em termos econômicos, como se desenvolveu o Brasil? Ainda era o ouro que o sustentava?

Na próxima aula, você vai ver como o Brasil se tornou o **Império do Café**.

Últimas
palavras

Exercício 1

Lendo o item **A memória da nação**, você ficou sabendo que Francisco Adolfo Varnhagen escreveu a primeira história do Brasil, mostrando as origens de nosso país. Explique por que Varnhagen eliminou índios e negros da nossa história.

Exercício 2

Releia o item **Civilização X barbárie**. Faça um resumo das relações do Império brasileiro com seus vizinhos americanos.

Exercícios



Módulo 6

Economia e sociedade no Império do Brasil

Estamos em pleno século XIX. As ondas liberais varrem a Europa Ocidental e põem por terra os regimes absolutistas. A Inglaterra consolida sua posição de “oficina do mundo” e disputa com a França os mercados e matérias-primas asiáticos e africanos. Nos Estados Unidos, a descoberta das minas de ouro na Califórnia multiplica por dez a produção do metal entre os anos de 1850 e 1860. Um historiador chegou a dizer que aquele era o momento da **conquista do mundo** pelos burgueses.

O Império do Brasil não ficou de fora desse movimento de mudanças. No dizer do historiador Caio Prado Jr., o Brasil, naquela segunda metade do século XIX, pela primeira vez tomou “conhecimento do que fosse **progresso econômico** e uma certa riqueza material”.

Mas, dirá você: como isso foi possível? Como uma economia agroexportadora de base escravista teve condições de se **modernizar**?

Nas próximas três aulas estudaremos as bases desse processo de modernização. Veremos que tudo isso, em grande parte, foi resultado da expansão cafeeira e das mudanças por que passava o sistema escravista no Brasil. Estava aberto o caminho para a utilização da mão-de-obra livre. E os imigrantes teriam um importante papel nessas mudanças.

O Império era o café

Abertura

Nossa viagem agora será pelos cafezais. Percorreremos antigas regiões de café dos atuais Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Veremos como um produto pode transformar um lugar, pode criar novos hábitos, novas fontes de empregos, novas formas de comunicação e novas relações sociais.

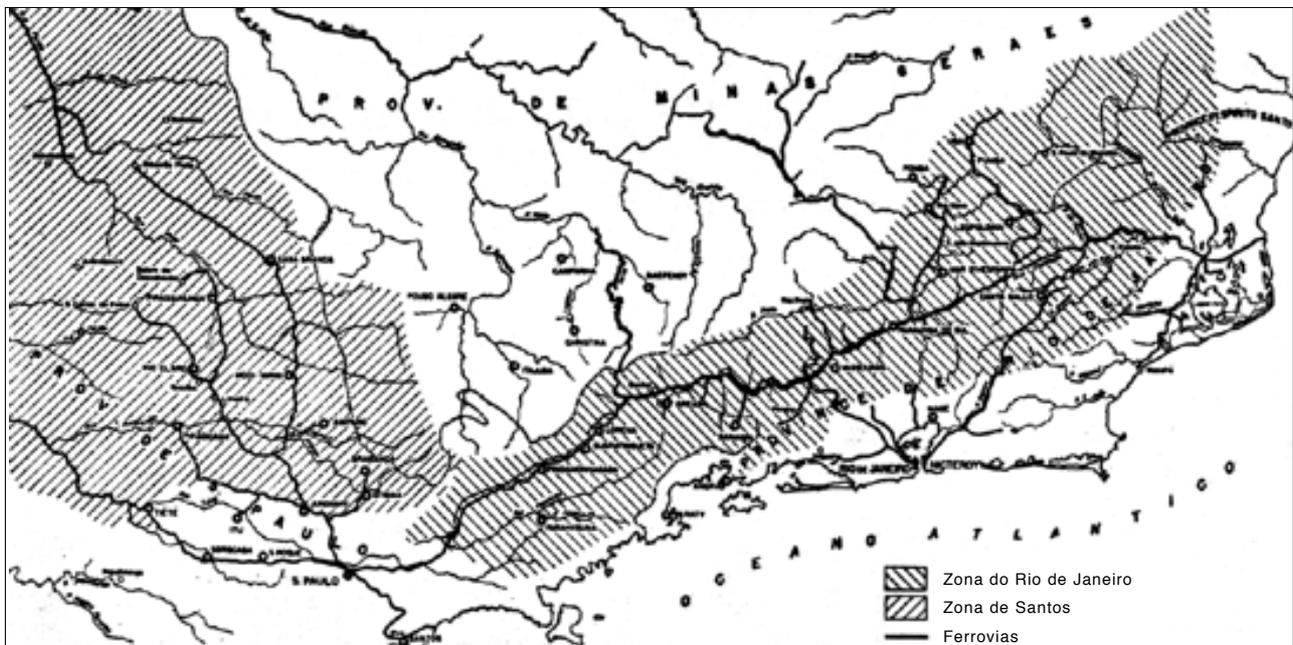
Movimento

A formação da economia cafeeira

Criar uma grande fazenda de café no século XIX não era nada fácil. Requeria terras, capitais, mão-de-obra, transporte e mercado. Vejamos como foi possível reunir todos esses fatores. Depois, vamos acompanhar as mudanças promovidas pela expansão da lavoura cafeeira no país.

No interior da província do Rio de Janeiro, o café encontrou ótimas condições para se desenvolver. Da cidade do Rio de Janeiro, ele subiu a serra e alcançou o vale do rio Paraíba.

A expansão cafeeira



Ali havia um clima favorável e terras disponíveis... Mas não tão disponíveis assim. Muitas vezes, a formação dos grandes cafezais no meio rural fluminense foi precedida de uma grande luta pela posse das terras. A região, conta Ilmar Mattos,

(...) era área de "fronteira aberta", isto é, de estrutura fundiária ainda não definida, até mesmo em termos jurídicos.

Os conflitos em razão da aquisição e mesmo dos limites das propriedades rurais eram, muitas vezes, resolvidos pela força. Conquistada a propriedade pelas armas, tratava-se de legalizá-la.

Esse era um problema geral, não apenas daquela região. Tanto é que, em 1850, o governo imperial resolveu regular a disponibilidade de terras por meio da Lei de Terras. Só que, naquele momento, boa parte dos cafezais fluminenses já estava assentada.

Mas não bastava apenas "conquistar a propriedade". Era necessário preparar a terra, promover o plantio, adquirir equipamentos e mão-de-obra escrava e comercializar a safra. Tudo isso requeria uma **grande soma de capitais**. Grande parte deles veio ou da transferência de recursos de outras culturas, como a do açúcar, ou das atividades comerciais impulsionadas com a chegada da família real ao Brasil. D. João VI, por sinal, foi um dos incentivadores da lavoura cafeeira no Brasil, promovendo, em 1817, uma distribuição de sementes entre os grandes proprietários de terras. Com o tempo, no entanto, a lavoura cafeeira passou a ser mantida com as próprias rendas.

A escravidão africana foi outro traço fundamental da lavoura cafeeira fluminense. Apesar das constantes pressões inglesas, que vinham desde o início do século XIX, o fluxo de escravos para o Brasil se manteve crescente até 1850. Esse fato favoreceu a utilização, em larga escala, da força de trabalho escrava africana.

Nesses primeiros tempos de lavoura cafeeira, o café era transportado por tropas de burros do interior até a cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, a introdução das ferrovias facilitaria enormemente o escoamento da produção.

Quando chegava à capital do país, a produção era adquirida pelo comissário de café e, daí, vendida ao exportador.

Boris Fausto nos fala um pouco sobre o comissário e suas relações com o produtor de café:

(...) a princípio no Rio de Janeiro e depois também em Santos, o comissário atuava como intermediário, entre produtores e exportadores. (...) Por conta da mercadoria que lhe era entregue, (...) fornecia os bens de consumo e os instrumentos encomendados pelo fazendeiro, ganhando comissões sobre o negócio. Estabelecia-se, assim, uma relação de confiança entre fazendeiro e comissário. (...) Produtores e comissários eram, em regra, brasileiros, mas a exportação de café esteve desde os primeiros tempos em mãos de grandes organizações [norte-]americanas e inglesas.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 189

Em tempo

A presença de ingleses e norte-americanos na exportação de café não era fruto do acaso. O café significava bom negócio, e um negócio em expansão. Na década de 1820, correspondia a cerca de 18% das nossas exportações. Na década de 1830, esse número já subira para cerca de 43%. O principal importador do café brasileiro eram os Estados Unidos da América.

Na primeira metade do século XIX, não se plantava café apenas na província do Rio de Janeiro. Os cafezais seguiram o curso do rio Paraíba e alcançaram as terras paulistas. Em 1836, a província de São Paulo produzia cerca de 25% do café brasileiro.

O café também avançou por terras mineiras, no sul e na Zona da Mata, que se transformaram, no dizer do historiador Ilmar Mattos, em uma **extensão do vale fluminense**. Embora a província de Minas Gerais possuísse um grande número de escravos durante boa parte do Império, a produção cafeeira mineira era pequena se comparada à produção fluminense.

O predomínio da província do Rio de Janeiro permaneceria ainda por algum tempo. Em 1865, os cafezais fluminenses eram responsáveis por “mais 3/4 partes de todo o café que se exporta” (dados de Sebastião Soares citados por Ilmar Mattos, *Tempo saquarema*, p. 61)

A primeira grande **onda verde** do café teve importantes efeitos econômicos. O primeiro deles foi o reequilíbrio da balança comercial brasileira. Depois de um longo período de **déficits**, as nossas exportações passaram, a partir da década de 1860, a superar as importações.

Ocorreu também o que o historiador Caio Prado Jr. chamou de melhor **aparelhamento técnico do país**:

Refiro-me a estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas manufaturas (...).

Caio Prado Jr., História econômica do Brasil, p. 173

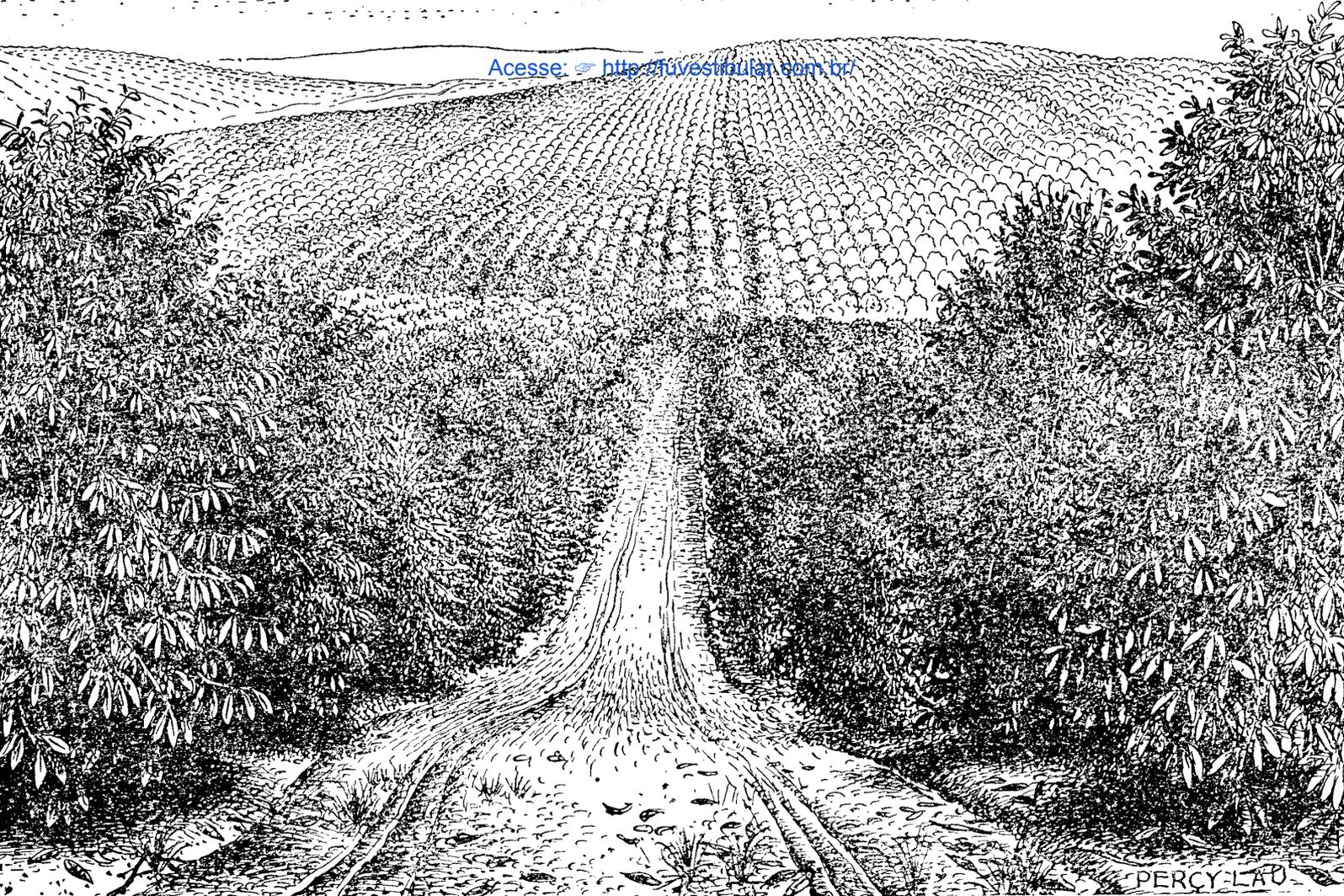
A expansão urbana foi outro importante efeito do **impulso modernizador** produzido pela economia cafeeira. Nas aulas seguintes, veremos como tudo isso contribuiu para criar inúmeras cidades e modificar a face de algumas delas, como foi o caso da cidade do Rio de Janeiro.

A expansão cafeeira contribuiu também para a **mudança do eixo econômico brasileiro do Nordeste para o Sudeste**. É bom lembrar que o avanço dos cafezais pelo vale do Paraíba fluminense e depois paulista ocorreu em meio a sucessivas perdas de mercado sofridas pela lavoura açucareira – principal produto de exportação nordestino.

Isso não quer dizer, no entanto, que a lavoura açucareira tenha deixado de ser importante para a economia brasileira. É só acompanhar o quadro abaixo para perceber que café e açúcar juntos, em 1860, representavam cerca de 60% das nossas exportações.

| PORCENTAGEM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO | | |
|---|------------------------|------------------------|
| 1821-1830 | 1831-1840 | 1841-1850 |
| Açúcar 30,1% | Café 43,8% | Café 41,5% |
| Algodão 20,6% | Açúcar 24,0% | Açúcar 26,7% |
| Café 18,4% | Algodão 10,8% | Couros e peles .. 8,5% |
| Couros e peles . 13,6% | Couros e peles .. 7,9% | Algodão 7,5% |

Fonte: Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, página 78.



O cafezal

Todo esse processo de modernização teve por base uma lavoura que preservava as principais características da tradicional estrutura produtiva brasileira: a grande propriedade monocultora e escravista. Pelo menos até a primeira metade do século XIX, a cafeicultura, mais do que simplesmente manter, teve o papel de reforçar o sistema escravista de produção. Nas palavras de Caio Prado Jr.:

Graças ao amparo de um artigo como o café, de largas facilidades de produção no país e de considerável importância comercial nos mercados mundiais, aquela estrutura [tradicional], momentaneamente abalada pelas transformações sofridas pelo país na primeira parte do século, consegue se refazer e prosperar mesmo consideravelmente ainda por muito tempo.

Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*, p. 173

A existência de terras e escravos disponíveis fez com que a produção cafeeira do vale do Paraíba assumisse características tradicionais. Não houve grandes preocupações com o aumento da produtividade e com a introdução de maquinarias mais modernas. O café ainda era o escravo.

Mas quem agia e pensava dessa forma? Quem era esse fazendeiro de café? Tratemos agora de estudar alguns dos principais agentes dessa primeira onda cafeeira.

Releia a aula e estabeleça relações entre a expansão cafeeira e o processo de modernização da economia brasileira.

Pausa

Os barões do café

Quanto mais me aproximo da capitania do Rio de Janeiro, mais consideráveis se tornam as plantações. Várias delas existem, também muito importantes, perto da vila de Resende. Proprietários desta redondeza possuem 40, 60, 80 e até 100 mil pés de café. Pelo preço do gênero, devem estes fazendeiros ganhar somas enormes.

Como se pode perceber pelas palavras de Saint-Hilaire, a expansão cafeeira não produziu apenas riqueza material para o Império do Brasil. Com ela surgiu, especialmente na província fluminense, uma nova elite econômica.

Nos diversos centros produtores da província do Rio de Janeiro (como Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença e Cantagalo) formaram-se importantes famílias que logo se tornaram, nas palavras de Ilmar Mattos, verdadeiras **dinastias cafeeiras**. Os chefes dessas famílias passaram a ter influência no poder local e regional.

Eles participavam das reuniões das câmaras municipais; elegiam-se para a Assembléia Provincial; formavam na Guarda Nacional; casavam suas filhas com bacharéis que deveriam representá-los junto ao governo geral; (...) recebiam ou compravam títulos de nobreza, tornando-se 'barões do café'; construíam luxuosos palacetes ou casas sólidas e vastas na Corte. Como Estêvão Ribeiro de Resende, barão, conde e marquês de Valença; como Peregrino José de Américo Pinheiro, barão e visconde de Ipiabas; como Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Pati de Alferes; ou como Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras.

Ilmar Mattos e Márcia de Almeida Gonçalves, O império da boa sociedade, p. 50

Mais do que proprietários de terras e escravos, os **barões do café** foram se constituindo em importante força social e política. Em geral, defendiam o governo imperial e a ordem escravista. Em pouco tempo, tornaram-se uma das principais bases políticas do Partido Conservador.

Mas alguns deles não perdiam de vista determinados problemas. Na década de 1840, em pleno apogeu da produção cafeeira do vale do Paraíba, o problema da substituição da mão-de-obra escrava pela livre estava na ordem do dia. A Inglaterra pressionava fortemente pelo fim do tráfico internacional de escravos, e estavam sendo iniciadas algumas experiências de imigração estrangeira.

Para algumas lideranças dos **barões do café**, como Francisco Werneck, o problema não era de fácil solução. Werneck, em 1847, chamava a escravidão de

*gérmen roedor do Império do Brasil,
que só o tempo [poderia] curar.*

Ele afirmava que não havia condições para a adoção do trabalho livre, pois o imigrante logo fugiria e iria trabalhar por conta própria. Assim, dizia ele,

vê-se a necessidade de continuar com esse cancro roedor, cujo preço não está em harmonia com a renda que dele se pode tirar; ainda mais se acresce a imensa mortandade a que estão sujeitos e que devora fortunas colossais (...).

Francisco P. de L. Werneck, citado por Ana Luiza Martins, *O império do café*, p. 63

O problema estava na mesa. Para Werneck, a questão era ou permanecer com o peso de uma mão-de-obra **cara e atrasada**, como a escrava africana, ou então partir para uma experiência **pouco segura, inquietante**, com a utilização da mão-de-obra livre. Nos cafezais do vale do Paraíba, como veremos nas próximas aulas, a tradição falou mais alto e a escravidão africana permaneceu preponderante.

Releia a aula e explique a expressão: “O Império era o café e o café era o vale do Paraíba”.

Pausa

Nesta aula pudemos estudar como o café do vale do Paraíba se tornou a base de sustentação econômica do Império brasileiro. Vimos que a produção cafeeira estruturou-se em moldes tradicionais, possibilitando, inclusive, a ampliação da utilização do trabalho escravo.

Acompanhamos ainda a formação de um importante núcleo econômico e social, que teve importante papel na afirmação do **projeto conservador** instituído por determinados setores das elites imperiais.

Finalmente, pudemos verificar que, em plena ascensão da produção cafeeira, colocava-se na ordem do dia a questão da substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Nosso maior aliado externo, o Império Britânico, endurecia o jogo e exigia o fim do tráfico negreiro.

Como o Império encaminhou esse problema? Como seria possível manter em plena carga a produção cafeeira e, ao mesmo tempo, atender às exigências britânicas?

Na próxima aula, acompanharemos tudo isso. E mais: veremos que, em meio a esse intenso jogo de poder, a sociedade brasileira passava por importantes mudanças.

Últimas palavras

Exercício 1

Releia o item **A formação da economia cafeeira** e identifique os principais fatores responsáveis pela expansão da lavoura cafeeira fluminense no decorrer século XIX.

Exercício 2

Releia o item **Os barões do café** e explique por que cafeicultores como Francisco Werneck defendiam a permanência da escravidão africana nas fazendas de café.

Exercícios



Desafios e mudanças no Império do Brasil

Abertura

- Art. 1º – As embarcações Brasileiras encontradas em qualquer parte, e as Estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de Novembro de 1831, ou havendo as desembarcado, serão apreendidas, e consideradas importadoras de escravos.*
- Art. 4º – A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria (...).*
- Art. 6º – Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer ponto fora do Império (...).*

Você já deve ter ouvido falar que o Brasil é o “país das leis”. Aqui, há “leis para tudo”. E, muitas vezes, uma lei “não pega”, por um motivo ou outro. Não vamos entrar agora nessa discussão. Mas pense um pouco: por que isso ocorre tanto em nosso país?

O fato é que não foi isso o que aconteceu com a lei acima, a chamada Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850. O tráfico de escravos africanos realmente foi reprimido e reduzido a níveis irrisórios. Milhares de escravos africanos, de um momento para o outro, deixaram de entrar no nosso país.

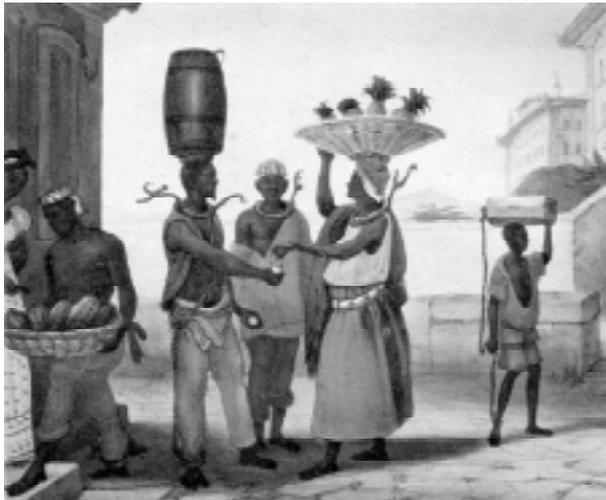
Este é o tema desta aula. Inicialmente vamos ver por que o governo brasileiro, com o apoio do Congresso, terminou com o tráfico negreiro internacional. Depois, acompanharemos a estratégia adotada pelo governo imperial para enfrentar o problema da substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

Movimento

A Lei Eusébio de Queirós

A situação dos governantes brasileiros na década de 1840 não era das mais confortáveis. A expansão cafeeira pelo vale do Paraíba, como sabemos, desafogava um pouco a crise econômica; mas as pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro tenderam a crescer ao longo daqueles anos.

Desde 1810, a Coroa inglesa insistia para que o então governo joanino tomasse algumas medidas que restringissem o tráfico internacional de escravos. Alguns acordos foram feitos, mas o tráfico para o Brasil continuou em franca expansão.



Em 1826, a pressão inglesa foi mais incisiva, e d. Pedro I comprometeu-se a extinguir o tráfico em três anos. Passaram-se os três anos, o imperador renunciou em abril de 1831, e em 7 de novembro seguinte o governo regencial assinou uma lei proibindo o ingresso de escravos africanos no país.

Mais uma vez, a medida foi inócua: a cada ano aumentava a entrada de escravos, impulsionada pela expansão cafeeira no Sudeste e ainda pelo medo do fim efetivo do tráfico negreiro.

Na década de 1840, a Coroa inglesa resolveu endurecer o jogo. Sem ouvir o governo brasileiro, adotou, em 1845, o **Bill Aberdeen**, que permitia à Marinha inglesa deter os navios negreiros para o Brasil e até mesmo

(...) comprá-los para o serviço de Sua Majestade, pagando-se por ele a soma que o Lorde Grande-Almirante [ou seus substitutos] julgarem conveniente ser o preço justo do mesmo navio; e se assim não for comprado, será desmantelado completamente, e seus materiais vendidos em leilão.

Bill Aberdeen, 8 de agosto de 1845

Apesar dos protestos brasileiros, a Coroa inglesa manteve os termos da lei. Em alguns momentos, a Marinha inglesa chegou mesmo a invadir águas territoriais brasileiras na repressão ao tráfico. Entre 1849 e 1851, foram condenadas e destruídas pela Marinha inglesa cerca de 90 embarcações suspeitas de tráfico. Havia ameaças, até mesmo, de bloqueio dos portos brasileiros. A situação tornara-se muito delicada.

Além da ameaça militar concreta, não se pode esquecer a forte influência que a Inglaterra tinha, naquele momento, na economia brasileira.

Os ingleses, nas décadas de 1840-1850, praticamente dominavam o comércio de importação e exportação do país; nos anos de 1840, firmas britânicas controlavam 50% das exportações brasileiras de café e 60% das de algodão. Da mesma maneira, os bancos ingleses, através de empréstimos externos ao Estado, se faziam presentes na economia colonial.

Francisco Silva e João Fragoso, em *História geral do Brasil*, p. 183

Em tempo

Tudo isso levou o governo brasileiro, naquela época dominado pelo Partido Conservador, a defender, no Congresso, o fim do tráfico negreiro. A Lei Eusébio de Queirós foi aprovada e, mais importante do que isso, realmente aplicada. O ingresso de escravos no Brasil caiu a níveis baixíssimos. Os importantes traficantes de escravos do exterior agora eram tratados como piratas.

Em defesa da ordem

Vejam, agora, dois lados dessa importante questão. Primeiro: por que a Inglaterra queria terminar com o tráfico? Segundo: por que o governo brasileiro cedeu?

Começamos pela questão externa. Isso nos obriga a uma nova viagem no tempo e no espaço. Vamos desembarcar na Inglaterra do começo do século XIX. Inglaterra das fábricas, das máquinas, da produção. Inglaterra da **Revolução Industrial**.

A Revolução Industrial, você já deve saber, mudou a face do mundo. A produção atingiu níveis até então inimagináveis. As grandes fábricas favoreceram a expansão urbana, dando origem à sociedade urbano-industrial. **Mudavam as relações de trabalho, que passaram cada vez mais a ser regidas não pelo contato direto entre o patrão e o empregado, e sim por um contrato em que o trabalhador vendia ao empresário a sua força de trabalho.** Ao mesmo tempo, avançavam as idéias liberais, antiintervencionistas. Pregava-se a liberdade de produção e o livre comércio.

Era o momento, portanto, de terminar com tudo aquilo que poderia representar algum entrave ao desenvolvimento daquele novo conjunto de relações econômicas e sociais que se convencionou denominar de **sistema capitalista**. Isso significava combater os monopólios, os protecionismos, o tráfico negreiro e a escravidão.

As pressões inglesas pelo fim do tráfico surtiram efeito: em 1815, o tráfico foi proibido ao norte da linha do Equador. Mas, ao sul do Equador, ele se manteve, especialmente dirigido para o Brasil.

É nesse quadro geral, portanto, que podemos entender as pressões inglesas pelo término do tráfico negreiro. Em uma abordagem mais específica, alguns historiadores afirmam que o agravamento das pressões da Inglaterra na década de 1840 pode ser relacionado ao interesse da burguesia industrial inglesa em baratear o preço da cesta de alimentos do operariado inglês.

A adoção do trabalho livre no Brasil tornaria mais baratos os produtos coloniais, o que possibilitaria aos industriais ingleses pagar salários mais baixos aos operários e, assim, ampliar seus lucros.

Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves, *O império da boa sociedade*, p. 34

Voltemos agora nossa atenção para o Império do Brasil. Estava claro, para o governo brasileiro, que aquele não era um jogo de iguais. Sabia-se da superioridade econômica e militar da poderosa Inglaterra. O jogo tornou-se extremamente perigoso após o **Bill Aberdeen**.

Por outro lado, os interesses escravistas no Brasil ainda eram bastante poderosos. Muitos sabiam que o término do tráfico negreiro internacional condenaria a própria escravidão, uma das bases da economia brasileira desde os tempos coloniais.

O governo foi obrigado a agir com habilidade para contornar o problema. Com o apoio do Congresso, venceu as maiores resistências e aprovou o fim do tráfico negreiro. Para isso, contou também com dois importantes argumentos: a defesa da soberania nacional e da ordem interna.

O governo logo percebeu que a situação tornara-se insustentável. O melhor a fazer era tomar ele mesmo a iniciativa de reprimir com maior rigor o tráfico internacional. Com isso, procurava **preservar a imagem do Brasil como país independente**. Dava-se a entender, assim, que a medida havia resultado de uma ação inteiramente nacional, e não da “política do canhão” da Inglaterra, tão comum naquele século XIX.

A medida teve também, segundo o governo, o objetivo de preservar a ordem interna e proteger a sociedade. Segundo Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves (*O império da boa sociedade*, p. 74), a grande expansão da escravidão, ocorrida na década de 1840, teria sido a origem de alguns acontecimentos considerados “gravíssimos”, que estavam se passando em várias regiões do país: as insurreições de escravos.

O que se percebe, nos dois argumentos, é que o governo procurava alertar a sociedade para uma questão fundamental: o país estava momentaneamente perdendo o **controle da situação**, seja em razão das pressões externas, seja pela ação dos escravos. O fim do tráfico representaria a **reafirmação da ordem**.

*Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...*

Castro Alves, Navio negreiro

A poesia de Castro Alves ilumina um outro lado dessa questão: a tragédia dos escravos nos tumbeiros, o horror do tráfico negreiro. Tendo como referência as fortes palavras do poeta, escreva um pequeno texto sobre o tráfico negreiro.

Pausa

Determinar o ritmo da transição

Vejam agora qual foi a estratégia dos governos imperiais para enfrentar aquele novo momento aberto pela Lei Eusébio de Queirós.

O término efetivo do tráfico negreiro não foi o fim do mundo para a economia brasileira. É bom lembrar que a escravidão africana continuava a existir, assim como o **tráfico interno** – que, a partir daquele momento, tornou-se ainda mais importante. **A economia nordestina, em crise, supria de escravos as províncias cafeeiras do Sudeste.**

O eixo econômico do país não sofreu, portanto, grandes abalos. O café continuava a impulsionar importantes mudanças: melhoramento de portos, estradas de ferro, novos serviços urbanos.

O governo sabia, no entanto, que o término da escravidão no país era questão de tempo. Interessado em determinar a forma e o ritmo da transição para a mão-de-obra livre, tomou a iniciativa de adotar algumas medidas. Uma das mais importantes foi a **Lei de Terras**. Vejam.

No final da Aula 16, pudemos ver que para Francisco Werneck, um dos **barões do café**, a utilização da mão-de-obra livre e imigrante trazia um grave problema: a possibilidade de o imigrante sair da grande fazenda e passar a trabalhar por conta própria, cultivar sua própria roça. Para enfrentar essa situação, foi criado um mecanismo legal, que determinava que as terras públicas passariam a ser vendidas

por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficariam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 196-197

Com isso, o trabalhador livre e imigrante era praticamente obrigado a trabalhar nas grandes fazendas para sobreviver.

Esse estímulo do governo à imigração não significava, no entanto, que seu objetivo era apressar o fim da escravidão no país. Nada disso. A estratégia governamental era manter um “olho no futuro”. Daí a modernização das relações de trabalho, sem perder de vista o presente, ainda marcado pela forte presença do trabalho escravo. Daí a política de preservar a escravidão, ou quando muito, partir para uma **transição bem lenta**.

IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS

| | |
|------------|--------------|
| 1845 | 19.453 peças |
| 1846 | 50.325 peças |
| 1847 | 56.172 peças |
| 1848 | 60.000 peças |
| 1849 | 54.000 peças |
| 1850 | 23.000 peças |
| 1851 | 03.278 peças |
| 1852 | 700 peças |
| 1853 | – peças |
| 1856 | 512 peças |

Fonte: Virgílio Noia Pinto, em *Brasil em perspectiva*, página 137.

Um exemplo dessa estratégia de término gradual da escravidão foi a aprovação, em 1871, da **Lei do Ventre Livre**.

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), o debate sobre o fim da escravidão ganhou corpo. Surgiam clubes e associações que defendiam as idéias abolicionistas. Mais uma vez, antecipando-se às mudanças e ao movimento de parte da sociedade, o governo imperial, novamente nas mãos dos conservadores, resolveu tomar a iniciativa de propor uma medida que tornaria livres os escravos nascidos no Brasil a partir daquele momento.

Na proposta do governo, o escravo ficaria em poder do proprietário até a idade de 8 anos, quando seria entregue ao Estado em troca de uma indenização. Se preferisse, o proprietário poderia utilizar o trabalho do escravo até 21 anos, quando então o entregaria ao Estado sem nenhuma compensação. Estava prevista, também, a criação de um fundo de emancipação com o objetivo de levantar recursos para o pagamento das indenizações.



O projeto governamental foi aprovado no Congresso, apesar da forte oposição de representantes de setores escravistas, principalmente do Sudeste cafeeiro. A medida foi duramente criticada por importantes lideranças das áreas do café. Paulino Soares de Sousa, da elite política da província do Rio de Janeiro, chegou a apelar ao governo para que não tomasse mais nenhuma nova medida diante do problema da escravidão. Disse ele:

O que pedimos, não a esse gabinete, mas ao governo do Brasil, é que não agite sob qualquer pretexto, de novo, tão grave questão, que na ordem social se entende por paz doméstica, na ordem jurídica, com direito de propriedade, na ordem econômica com organização do trabalho e com a riqueza particular e pública.

Citado por Hamilton Monteiro, *Brasil Império*, p. 68

A Lei do Ventre Livre não desorganizou a produção e nem abalou muito a nossa “paz doméstica”. Poucos escravos foram entregues ao Estado. A grande maioria dos proprietários preferiu manter seus escravos até 21 anos. Vários deles, talvez, estivessem contando que a nova lei fosse apenas uma formalidade, algo que rapidamente se transformaria em “letra morta”, como muitas leis na história brasileira.

O governo imperial cumpriu seu papel. Com a medida, dava uma resposta às pressões externas, especialmente dos países europeus. O Brasil era um dos últimos países que ainda mantinham a escravidão. Na América, além do Brasil, apenas Cuba mantinha o trabalho escravo africano. Poucos anos antes, os Estados Unidos haviam abolido o trabalho escravo, logo após a Guerra de Secessão.

Além de tentar impedir o isolamento externo, o governo pretendia também dar uma resposta ao movimento abolicionista. Estava disposto a acabar com a escravidão, mas a seu modo, isto é, de maneira lenta e gradual. Estudos da época calculam que a escravidão, se a lei fosse aplicada, terminaria apenas por volta de 1940. Adia-se, assim, para um **futuro longínquo** a resolução daquele grave problema.

Nem tudo correu segundo a estratégia governamental. Nas décadas seguintes, o movimento abolicionista ganhou maior consistência. Eram cada vez mais frequentes os crimes e fugas de escravos. A expansão do café necessitava de braços, e a escravidão, em franco declínio, não dava conta de fornecê-los. O trabalho livre crescia em importância, especialmente nas áreas mais novas do café na província de São Paulo. A situação se agravou na década de 1880, e o governo foi praticamente empurrado a terminar com a escravidão em 1888.

Nas próximas aulas, você estudará com mais detalhes o término da escravidão e seu significado para a história brasileira.

Pausa

Releia a aula e faça um pequeno texto comentando a estratégia do governo de terminar lentamente com a escravidão. No seu texto, procure se utilizar da seguinte frase, de um político imperial da década de 1880, que bem resumia o que o governo estava querendo naquele momento: “Nesse assunto, nem retroceder, nem parar, nem precipitar”.

Últimas palavras

Nesta aula, vimos que a segunda metade do século XIX foi uma época de mudanças no mundo e no Brasil. O fim do tráfico negreiro colocava sérios desafios para uma economia até então baseada fundamentalmente na mão-de-obra escrava.

O governo imperial foi obrigado a agir em duas frentes. De um lado, procurando resolver as questões do presente, ou seja, atuando para manter, por um tempo relativamente longo, o trabalho escravo. Essa estratégia, expressa em parte na Lei do Ventre Livre, teve condições de subsistir apenas até meados da década de 1880, quando foi extinta a escravidão.

Por outro lado, o governo atuava com os “olhos no futuro”. Como tinha plena consciência de que o trabalho escravo estava condenado a desaparecer mais cedo ou mais tarde, fazia-se necessário adotar medidas que modernizassem as relações de trabalho no Brasil. A Lei de Terras, impossibilitando que o imigrante se transformasse em proprietário, poderia garantir um bom fluxo de mão-de-obra para a grande fazenda de café.

Na próxima aula, acompanharemos uma nova viagem: a dos imigrantes para o Brasil. Veremos o seu papel no conjunto das mudanças por que passava a sociedade brasileira naquelas últimas décadas do século XIX.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A Lei Eusébio de Queirós** e explique o significado do **Bill Aberdeen**.

Exercício 2

Releia o item **Determinar o ritmo da transição** e identifique as principais conseqüências do fim do tráfico de escravos no Brasil

Modernização e imigração

Abertura

Os altos preços atingidos pelo café no mercado internacional, a melhoria das vias de comunicação, o aperfeiçoamento dos meios de transporte, a possibilidade de empregar, cada vez em maior escala, processos mecanizados para o beneficiamento do café, o fenômeno da urbanização característico da segunda metade do século, o crescimento da população, modificavam as condições econômicas das áreas cafeeiras, criando novas perspectivas para o trabalho livre. (Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, p.188).

Muitas vezes, um pequeno texto diz muita coisa. É o caso do texto acima. Ele nos servirá de roteiro para a aula de hoje. Seguiremos a sua ordenação. Inicialmente, veremos a modernização da economia cafeeira. Depois, estudaremos o que a autora denominou “fenômeno da urbanização”, e que também podemos chamar de expansão urbana. Finalmente, veremos aspectos importantes da introdução do trabalho livre e imigrante na economia brasileira, particularmente na grande lavoura cafeeira.

A nova onda verde em terras paulistas

A onda verde nasceu humilde nas terras fluminenses. Tomou vulto, desbordou para São Paulo (...). Aí começa o mestre Café a perceber que estava em casa (...). A região era toda um mataréu virgem de majestosa beleza.

Trecho de *A onda verde*, de Monteiro Lobato, citado por Ana Luiza Martins, *O império do café*, p. 36

As palavras do escritor Monteiro Lobato relatam um pouco da marcha do café em direção ao oeste paulista. Ali, naquela grande região, o café encontrou condições ótimas para se desenvolver: bom clima, excelente solo, terras em abundância. O café encontrava-se realmente em casa.

Agora, na segunda metade do século XIX, a produção cafeeira concentrava-se em duas grandes regiões: no vale do Paraíba e no oeste paulista.

A primeira das regiões citadas manteve-se como principal área de produção cafeeira até as últimas décadas do século. A partir daí, o vale do Paraíba esbarrou em seus próprios limites. A grande maioria dos produtores rurais não apostou na modernização da produção. As tentativas de criação de colônias de imigrantes não vingaram na província fluminense.

Movimento

Muitos ainda desconfiavam das possibilidades da utilização da mão-de-obra livre e imigrante. Lacerda Werneck, filho de Francisco Werneck, seguindo os passos do pai, afirmava em 1855:

Força é confessar que a grande cultura só pode ser sustentada pelos agricultores que possuíam escravos em número suficiente para o custeio das suas fazendas. Tempo virá por certo em que a produção, fazendo crescer a população livre, autorize a abolição da escravidão, mas atualmente, sem pessoal livre no país, os instintos de nossa conservação nacional nos aconselham por certo o incremento da população escrava.

Citado por Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, p. 129-130

Eram palavras que confiavam na permanência do trabalho escravo. Não foi, portanto, a carência de mão-de-obra que abalou o dinamismo do vale do Paraíba. Para vários autores, o problema central era a disponibilidade de terras. Como o café era uma cultura extensiva, necessitava de uma “fronteira aberta”. A partir de um determinado momento, isso não foi mais possível.

(...) o vale do Paraíba tinha limites geográficos claros e não havia muito por onde avançar. Como resultado, as terras cansadas, atingidas pela erosão, tornaram-se de baixa rentabilidade e seu valor declinou. Às vésperas da abolição da escravatura, o grande investimento dos fazendeiros da região era constituído de escravos, fato que por si só demonstra o impacto aí causado pela chamada Lei Áurea.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 201

Já a situação do oeste paulista era bastante diferente. Como vimos, a região contava com um “matagal virgem” à sua frente. A produção extensiva pôde encontrar ali seu livre curso.

O trabalho escravo também estava presente. Mas a “falta de braços” era um problema que, aos poucos, se tornava mais visível. Daí a necessidade de um maior investimento em tecnologia. O trabalho livre e imigrante também passava a ser visto, por vários produtores, de forma mais positiva.

Na década de 1880, boa parte dos fazendeiros do oeste paulista investia em máquinas. Em muitas fazendas,

o café era transportado para a casa de máquinas, pilado, descorticado, escolhido, brunido e ensacado e pesado, tudo mecanicamente.

Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, p. 187

A grande melhoria dos transportes, com a criação das estradas de ferro, foi outro importante fator de modernização da economia cafeeira. A Estrada de Ferro D. Pedro II tornou-se fundamental para o escoamento da produção do vale do Paraíba; já a Estrada de Ferro Santos–Jundiaí foi a primeira da importante ferrovia que passou a ligar o oeste paulista ao litoral.

Terreiro para a secagem de café.



Os capitais advindos do café impulsionariam também atividades urbanas. É o que veremos a seguir.

No final do século XIX, o vale do Paraíba e o oeste paulista apresentavam grandes diferenças econômicas e sociais. Alguns historiadores, ao analisar essas diferenças, passaram a tratar a primeira região como sinônimo do atraso, e a segunda como lugar do progresso.

Mais recentemente, essa interpretação vem sendo questionada. Boris Fausto afirma:

Seria ilusório pensar que os grupos sociais do vale do Paraíba e do oeste paulista fossem inteiramente diversos, um representando o “velho”, a aristocracia decadente, e o outro o “novo”, a burguesia empreendedora. Até porque membros da família do vale (...) abriram fazendas nas áreas novas.(...)

Na realidade, os dois grupos partiram de pressupostos comuns e se diversificaram em função de realidades diferentes do meio físico e social. Ambos praticaram a agricultura extensiva e utilizaram amplamente a mão-de-obra escrava. Os fazendeiros paulistas não se voltaram para o imigrante porque acreditavam nas virtudes ou na maior rentabilidade do trabalho livre, mas porque a alternativa do escravo desaparecia e era preciso dar uma resposta para o problema.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 203

Vida urbana

A expansão cafeeira produziu riquezas e cidades. Na Aula 16, vimos que a marcha do café na província fluminense favoreceu a criação e o desenvolvimento de vários núcleos urbanos (Vassouras, Resende, Cantagalo). Na província de São Paulo, o fenômeno se repetiu. Entre as décadas de 1850 e 1880, formaram-se cidades como Ribeirão Preto, Barretos, São José do Rio Preto e muitas outras.

A cidade de Santos transformou-se em grande porto exportador de café. A capital, São Paulo, crescia, no final do século, a taxas impressionantes.

A grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64.934 para 239.820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em 10 anos (...). Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital da República. Em comparação com o Rio de Janeiro, São Paulo continuava a ser apenas a capital de uma grande província.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 286

A cidade do Rio de Janeiro, a capital do Império, foi a que mais se modificou naquela segunda metade do século XIX. No centro da cidade, foram introduzidos importantes melhoramentos urbanos (calçamento, limpeza das ruas, iluminação a gás e esgotos sanitários).

Em tempo



Fábricas, transportes coletivos e reformas urbanas eram sinais da grande modificação pela qual o Brasil passava.

Em grande parte, esses serviços eram criados e mantidos por empresas de capital externo. As grandes casas comerciais, os consulados, os bancos e companhias de navegação localizavam-se, em geral, nessas áreas mais beneficiadas. No centro, viviam também as populações mais pobres.

Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura do trabalho era diária, e este apenas era encontrado na área central.

Maurício de Almeida Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, p. 42

Com a adoção de novos meios de transporte (como trens e bondes) nas décadas de 1860 e 1870, essa situação foi, em parte, modificada.



Estação da Estrada de Ferro d. Pedro II

Os quadros* revelam os números da modernização do país, nessa época.

NÚMERO DE PATENTES INDUSTRIAIS EXPEDIDAS

| | |
|----------------|-----|
| Até 1850 | 15 |
| 1851–1855 | 40 |
| 1856–1860 | 27 |
| 1861–1865 | 41 |
| 1866–1870 | 53 |
| 1871–1875 | 61 |
| 1876–1880 | 194 |
| 1881–1889 | 955 |

LINHAS TELEGRÁFICAS

| | |
|------------|-----------|
| 1864 | 187 km |
| 1875 | 6.285 km |
| 1889 | 18.925 km |

Um dos responsáveis pela melhoria dos serviços na cidade do Rio de Janeiro foi Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá. Vale a pena conhecer um pouco a trajetória deste que foi um dos primeiros empresários brasileiros.

Nascido no Rio Grande do Sul, em família de poucos recursos, empregou-se ainda jovem em estabelecimentos comerciais. Logo tornou-se sócio de uma firma inglesa chamada Carruthers & Cia. Aos 33 anos, em 1846, criou a fundição de Ponta d'Areia, no Rio de Janeiro, a qual, com apenas um ano de funcionamento já havia produzido

(...) tubos para encanamento d'água, caldeiras para máquinas a vapor, (...) guindastes, prensas (...) e outra coisas mais, além de 72 navios.

Heitor Ferreira Lima, *Mauá e Roberto Simonsen*, p. 17

Mauá também foi responsável pelo incremento dos serviços de gás e de bondes na cidade do Rio de Janeiro. Criou ainda bancos, empresas de navegação e estradas de ferro. Seus empreendimentos, no entanto, não tiveram vida muito longa. Não resistiram à falta de apoio governamental e à concorrência externa.

* Fonte dos quadros: Carlos Guilherme Mota, em *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difel, 1968.

De qualquer forma, o país se modernizava. O fim do tráfico negreiro internacional havia liberado muitos capitais que puderam ser investidos em outras atividades, inclusive industriais. Apenas nas décadas de 1850 e 1860, foram fundadas

62 empresas industriais, 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, 8 estradas de ferro, além de uma empresa de mineração, transporte urbano, gás e etc.

Antônio Mendes Jr. e outros, *Brasil História – Império*, p. 294

Na capital do Império, os hábitos também se modificavam. Os grandes fazendeiros mudavam-se para a cidade do Rio de Janeiro para aproveitar melhor a vida. Eram construídos hotéis, teatros, jardins e cafés. Surgiam novos jornais. A rua do Ouvidor tornara-se o ponto nobre da cidade.

Escreva um pequeno texto comentando a modernização econômica brasileira ocorrida na segunda metade do século XIX.

Pausa

Imigrantes no Brasil

A segunda metade do século XIX marcaria também o início de uma política mais agressiva de estímulo à imigração europeia para o Brasil. Essa política teve duas vertentes: uma voltada para a ocupação de áreas estratégicas ou pouco povoadas; e outra orientada fundamentalmente para as grandes fazendas de café.

Naquela época, iniciava-se a maior migração dos povos até então já ocorrida na História. Apenas entre 1846 e 1875,

(...) uma quantidade bem superior a 9 milhões de europeus deixou a Europa, e a grande maioria seguiu para os Estados Unidos. Isto equivalia a mais de quatro vezes a população de Londres em 1851. No meio século precedente tal movimentação não deve ter sido superior a um milhão e meio de pessoas no todo.

Eric J. Hobsbawm, *A era do capital*, p. 207

Os europeus emigravam fundamentalmente por razões econômicas. Naquela Europa em transformação, faltavam empregos e havia enormes dificuldades de acesso à terra. Quem sabe em outro lugar – América, Austrália – não seria possível viver com dignidade?

A criação de colônias de imigrantes europeus em território brasileiro era um projeto que remontava aos tempos de d. João VI. Em 1818, foi fundada, na província do Rio de Janeiro, a colônia suíça de Nova Friburgo. Os colonos receberam terras para abastecer a Corte. Mas o isolamento e a falta de maiores estímulos prejudicaram o desenvolvimento da colônia. Vários colonos foram obrigados a buscar terras melhores em outras localidades.

A política de colonização ganhou maior impulso na região Sul do país. Em 1824, fundou-se a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Lá, imigrantes alemães inauguraram um tipo de colonização que se baseava no trabalho familiar e na policultura. São Leopoldo serviria de modelo para

a criação de diversos outros empreendimentos alemães na serra gaúcha, conforme Maria Tereza Petrone (*O imigrante e a pequena propriedade*, p. 27). Mais tarde, a colonização italiana ganhou impulso na região de Campos dos Bugres, que daria origem à importante cidade gaúcha de Caxias do Sul.

A formação de colônias em terras gaúchas e catarinenses tinha por principal objetivo promover a ocupação de regiões pouco povoadas e consideradas estratégicas para a integração e a segurança do território brasileiro.

Já no Sudeste cafeeiro, a colonização imigrante esbarrou em alguns problemas: apesar do interesse dos governos provinciais, tanto em Minas Gerais como no Rio de Janeiro, o grande número de escravos africanos supria as maiores necessidades da lavoura.

O trabalho imigrante seria mais valorizado em São Paulo, especialmente nas áreas mais novas do café, onde a “falta de braços” tornara-se um grave problema. Mas, mesmo em São Paulo, a substituição do escravo pelo homem livre não foi muito fácil. O fracasso da experiência do sistema de parceria, adotado no final da década de 1840, desmoralizou os esforços dos defensores das colônias de imigrantes.

Em tempo

As colônias de parceria foram estabelecidas em São Paulo nas décadas de 1840 e 1850. Em tese, o lucro líquido da venda do café seria igualmente dividido entre o fazendeiro e o colono. Na prática, porém, não foi isso que ocorreu.

O colono era onerado com várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem dele e de toda a sua família, além da sua manutenção até os primeiros resultados do seu trabalho (...). Quando não estava satisfeito com um patrão, querendo mudar de fazenda, só podia fazê-lo procurando “para si um novo comparador e proprietário”, isto é, alguém que saldasse seus débitos para com o fazendeiro.

José de Souza Martins, *O cativo da terra*, p. 63

Na década de 1870, a situação se modificou. O governo provincial de São Paulo passou a arcar com os custos da mão-de-obra imigrante. Iniciava-se a **imigração subsidiada**. Até mesmo hospedarias foram criadas para receber os imigrantes.

A Hospedaria de Imigrantes do Brás, completada em 1888, (...) foi edificada por iniciativa do presidente da província, Antônio de Queirós Teles. O prédio até hoje existente tinha capacidade para abrigar cerca de 4 mil pessoas.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 206

A partir daí, a imigração crescerá rapidamente. Melhores condições de trabalho passaram a ser oferecidas aos imigrantes.

Começou a generalização de um regime misto, pelo qual o imigrante recebia casa, pasto e um hectare de terra para plantar o necessário ao seu sustento, e mais 50\$000 por ano, para tratar de mil pés de café (...). Com esse sistema de remuneração e as novas possibilidades oferecidas pela imigração, o fazendeiro de café encontrou a maneira de substituir vantajosamente o escravo pelo trabalhador livre.

Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, p. 196-197



Estas ilustrações mostram escravos e imigrantes que, no final do século XIX, constituíam a mescla de mão-de-obra para a agricultura brasileira. Aos poucos, a imigração se transformou na principal fonte de trabalhadores para nossas lavouras.

Todo esse longo processo de substituição da mão-de-obra escrava pela livre foi acompanhado de uma enorme discussão entre as elites brasileiras. Para alguns, a escravidão africana era um **mal necessário**. Para outros, apenas o imigrante poderia “melhorar nossa população”, “aprimorar nossa raça”.

Era a defesa da tese do **branqueamento**, só possível com a vinda do “sangue europeu”. Muito poucos defendiam o trabalhador livre nacional.

Para a grande maioria, o homem livre brasileiro era “dominado pela preguiça, pela aversão ao trabalho”. A força dessas idéias racistas, tão comuns naquele final de século XIX, certamente foi também um dos fatores que estimularam a vinda de imigrantes europeus para o Brasil.



Pausa

Releia a aula e escreva um pequeno texto estabelecendo relações entre a modernização da economia brasileira e o avanço do trabalho livre e imigrante no Brasil.

Últimas palavras

Esta aula tratou de alguns aspectos importantes da modernização da economia e da sociedade brasileiras na segunda metade do século XIX. O país, ou pelo menos o Centro-Sul, mudara sua face.

Nas próximas aulas, estudaremos a crise da ordem monárquica e o estabelecimento da República. Acompanharemos os últimos momentos do Império do Brasil. Não perca.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A nova onda verde em terras paulistas** e identifique os principais fatores responsáveis pela modernização da economia cafeeira no oeste paulista.

Exercício 2

Releia o item **Imigrantes no Brasil** e caracterize as duas vertentes da política governamental de estímulos à imigração europeia para o Brasil.



Módulo 7

Anos de ruptura e incerteza

Em seu livro *História do Brasil* (p. 245), Boris Fausto afirma: *Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza.*

Alguém já disse que é muito mais fácil destruir do que construir. Esse alguém está coberto de razão, você não concorda? Neste módulo, estudaremos dois momentos da história brasileira: a derrubada do Estado Imperial – um “passeio” das forças vencedoras, nas palavras de Boris Fausto – e o início da construção da ordem republicana, marcada por “incertezas” de toda a sorte.

Por que o Império brasileiro, lenta e duramente construído, caiu sem maiores resistências? E por que a República brasileira demorou a encontrar seu rumo?

Essas questões serão desenvolvidas aqui. Vamos acompanhá-las.

Anos de ruptura

Abertura

Conta-se que, no dia 13 de maio de 1888, quando o chefe do gabinete de ministros, o barão de Cotegipe, se aproximou para beijar a mão da princesa Isabel, ela lhe perguntou:

– *Então, sr. barão, ganhei ou não ganhei a partida?*

Ele respondeu:

– *Ganhou a partida, mas perdeu o trono.*

Se esse diálogo entre o barão e a princesa de fato existiu, ninguém sabe. O fato é que o barão estava com a razão. Um ano e meio depois da Lei Áurea, a 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República no Brasil.

Mas a monarquia brasileira não caiu apenas por causa da abolição da escravatura. Outros acontecimentos favoreceram a substituição do regime monárquico pelo republicano.

Nesta aula discutiremos como, a partir de 1870, surgiram as condições de declínio do Império.

Movimento

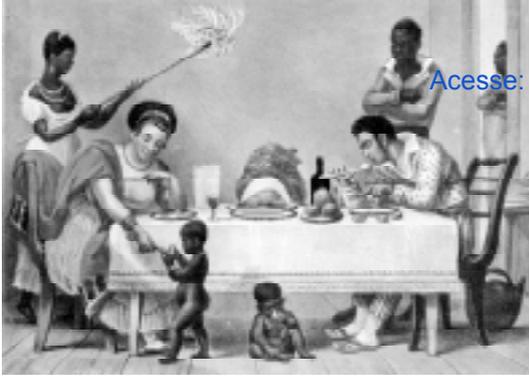
A abolição sem indenização

Você viu, nas Aulas 17 e 18, que a questão da mão-de-obra preocupava bastante a elite política e econômica do Brasil. Em 1850, pressionado pelo governo inglês, o governo imperial decretara o fim da entrada de novos escravos africanos no país. Com a Lei do Ventre Livre, em 1871, o Império indicava que pretendia acabar com a escravidão, mas de maneira muito lenta e gradual.

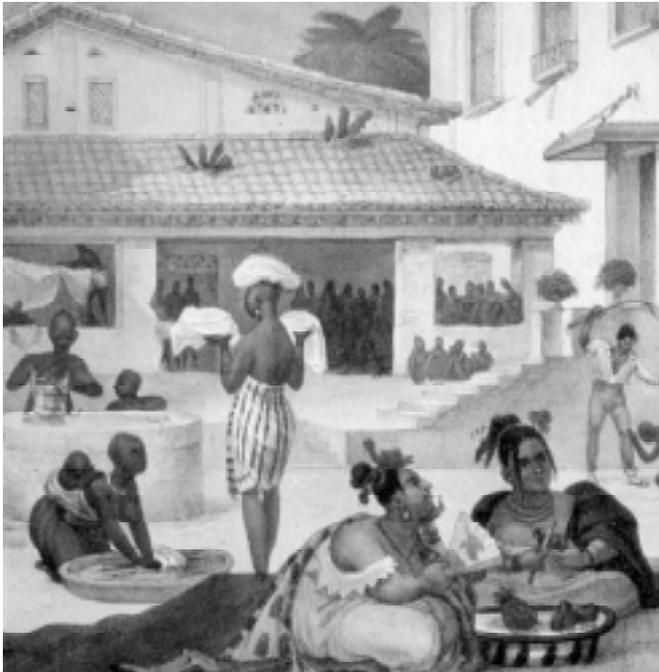
A estratégia era empurrar, para o mais tarde possível, o fim dessa instituição que já durava mais de três séculos. Mas isso não foi possível: a partir de 1880, a pressão pelo fim da escravidão cresceu sem parar.

Crescia também, sem parar, a preocupação dos senhores de escravos. Ficariam sem trabalhadores? Perderiam o capital investido na compra dos escravos?





Acesse: <http://fuvestibular.com.br/>



Sobre a futura abolição do trabalho escravo no Brasil, veja o que disse o barão de Cotegipe:

Eu estou convencido de que o Brasil não há de morrer por falta de escravidão, mas não posso deixar de ter na maior consideração as dificuldades desta liquidação que a política aconselha que se faça com o menor prejuízo das fortunas adquiridas em boa fé (...). Eu me refiro às grandes desgraças no sul dos Estados Unidos. Se aquela grande nação pôde resistir à extinção brusca e violenta do elemento servil é porque a parte importante do Norte não dependia do trabalho escravo; mas as desgraças que pesam sobre o Sul são tantas e tamanhas que em meio século talvez não possam ser reparadas.

Citado por Luiz Koshiba e Denise M. F. Pereira, *História do Brasil*, p. 238-239

O exemplo norte-americano era constantemente lembrado pelos brasileiros. Nos Estados Unidos, o trabalho escravo existia apenas nos estados do Sul, e era usado principalmente nas grandes plantações de fumo e algodão. No Norte, industrial, não havia escravidão. Em 1860, tomou posse o presidente Abraham Lincoln, defensor do abolicionismo. Os Estados do Sul resolveram romper com os “Estados Unidos” e formaram a **Confederação do Sul**. Numa violenta guerra civil, a chamada **Guerra de Secessão**, enfrentaram-se os nortistas da União e os sulistas da Confederação. Após quatro anos de guerra, o Norte venceu, e a escravidão acabou nos Estados Unidos.

Em tempo

Havia o perigo de acontecer o mesmo no Brasil? Pense um pouco... No Brasil, a escravidão estava em todo lugar. Onde quer que se andasse, permanecia-se em uma sociedade escravista. Além do mais, o uso do trabalho escravo era generalizado, não existia apenas nas grandes lavouras. Até mesmo pessoas de pequenas posses possuíam um ou dois escravos. Era comum, principalmente nas cidades, colocar-se escravos e escravas “no ganho”, ou seja, alugá-los como carpinteiros, pedreiros, cozinheiras, prostitutas... Também era comum que ex-escravos, libertos, comprassem escravos. Ter escravo, no Brasil, não dava só poder econômico: representava também **prestígio social**.

Pausa

Já deu para perceber que a escravidão norte-americana foi bastante diferente da brasileira. Escreva um pequeno texto, alinhando as principais diferenças que marcaram as duas sociedades escravistas. Explique por que, no Brasil, a escravidão não terminou da mesma maneira que nos Estados Unidos.

A partir de 1880, o **movimento abolicionista** se intensificou. O objetivo era conseguir apoio para acabar com a “mancha negra”. Os advogados não defenderiam os senhores de escravos; os militares não perseguiriam os escravos fugidos. Gente de condição social diversa participou do movimento: de Joaquim Nabuco, parlamentar pertencente a uma família de grandes proprietários rurais de Pernambuco, até pessoas negras ou mestiças, de origem pobre, como José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama.

Em tempo

Os abolicionistas fundaram clubes, jornais e associações, como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, o Clube Abolicionista dos Empregados do Comércio e a Sociedade Libertadora da Escola de Medicina.

Um grupo de grande importância que se formou na época, em São Paulo, foi o dos Caifazes. Liderados pelo advogado Antônio Bento, o grupo organizava fugas e sublevações de escravos nas fazendas. (Francisco Alencar, Lúcia Carpi e Marcus Venício Ribeiro, *História da sociedade brasileira*, p.166)

O sentimento geral era o de que a escravidão não tardaria a ser extinta. Em 1880, havia um milhão e duzentos mil escravos; oito anos depois, esse número caía para cerca de 750 mil. Ao mesmo tempo, crescia a quantidade de imigrantes que vinham para o Brasil: só em 1888, entraram cerca de 130 mil, principalmente italianos.

Duas eram as preocupações dos senhores de escravos. Em primeiro lugar, como obrigar os ex-escravos a continuar trabalhando? Para a maior parte deles, liberdade era sinônimo de não trabalhar. Como transformá-los, então, em trabalhadores disciplinados e ordeiros?

Um outro ponto era o da indenização pela perda da “propriedade”. Os donos de escravos haviam investido capital na compra dos escravos, e achavam-se no direito de ser indenizados pelo Império. Apesar das pressões, a abolição foi feita sem nenhuma indenização.

Você acha que os proprietários de escravos, sentindo-se prejudicados, continuariam a apoiar o Império?

A Guerra do Paraguai e o braço forte dos militares

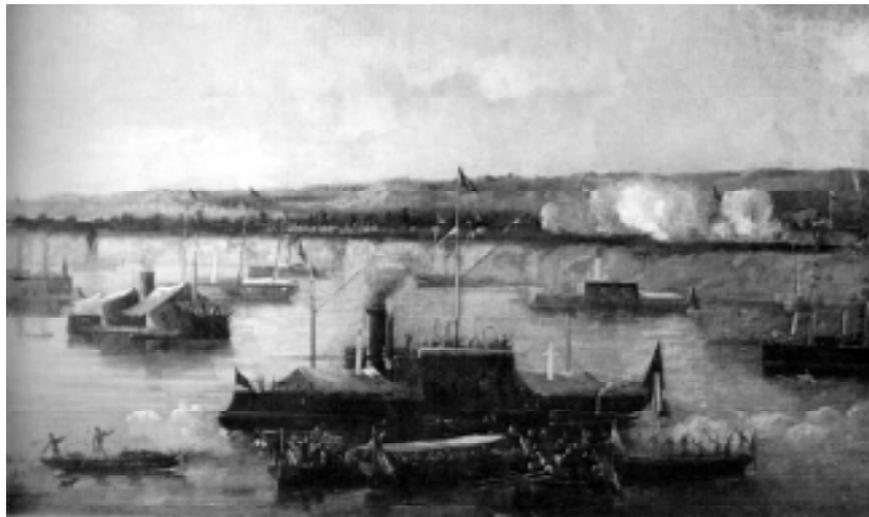
Apesar da vitória brasileira, a **Guerra do Paraguai** foi outro acontecimento que enfraqueceu o Império. Vejamos por quê.

Você viu, na Aula 15, como eram difíceis as relações do Brasil com os vizinhos do Prata. Com o Paraguai, o Brasil sustentou uma longa e terrível guerra de seis anos.

Com um país sem saída para o mar, bloqueado pelo Brasil e pela Argentina, o presidente paraguaio, Francisco Solano López, ordenou a invasão do Mato Grosso, no Brasil, e das províncias de Entre-Rios e Corrientes, na Argentina.

O Exército paraguaio estava bem treinado e bem armado, e levou de roldão o desorganizado Exército brasileiro. Sentindo-se ameaçados pelo expansionismo do Paraguai, a Argentina e o Uruguai resolveram formar com o Brasil a **Tríplice Aliança**.

O então marquês de Caxias assumiu o comando das forças aliadas, reorganizou-as e obteve a vitória de Humaitá, em 1867. A partir daí, o Exército paraguaio foi perdendo terreno. Em 1869, a capital paraguaia, Assunção, foi invadida e ocupada. No ano seguinte, o próprio Solano López morreu nos combates.



A ilustração acima retrata a batalha do Riachuelo, na Guerra do Paraguai.

O mapa mostra o território pretendido pelo Paraguai.

Em tempo

Veja algumas das amargas lembranças de Dionísio Cerqueira, ex-combatente brasileiro na Guerra do Paraguai:

Perdemos cem mil dos nossos melhores irmãos, heróis ignorados; e quase consumamos o extermínio de um povo valoroso que soube defender heroicamente o solo sagrado de sua pátria. Antes da guerra, o Paraguai tinha um milhão e trezentos mil habitantes; depois dela não iam muito além de duzentos mil! Mais de um milhão pereceram nessa campanha duríssima.

Citado por Elza Nadai e Joana Neves, *História do Brasil*, p. 163

A Guerra do Paraguai fortaleceu o sentimento nacionalista dos brasileiros, em especial dos militares. Encarregado da defesa do Império “civilizado” contra o “bárbaro” Paraguai, o Exército brasileiro começou a exigir uma participação mais ativa na política.

Os políticos do Império, no entanto, não viam com bons olhos o crescimento da influência militar. Tinham medo de que os generais brasileiros, a exemplo do que acontecia na América Espanhola, viessem a se tornar caudilhos e ameaçassem a estabilidade do Império, tão duramente alcançada.

Pouco a pouco, uma parte da oficialidade brasileira foi aderindo à República. Era influenciada pelas idéias novas que entraram no país a partir de 1870.

Ordem e progresso eram as palavras de ordem da **filosofia positivista**. Benjamin Constant, tenente-coronel e professor da Escola Militar, foi um dos principais propagandistas dessas idéias no Exército. Em suas pregações aos cadetes, Constant defendia a necessidade de uma República militar e autoritária para que houvesse progresso no país.

Pausa

Considerando-se verdadeiros patriotas, os militares chamavam os políticos civis de “casacas”. Escreva um pequeno texto apontando os principais motivos que levaram o Exército a deixar de apoiar o Império.

Contra o centralismo imperial

Você deve estar pensando: quanta gente importante insatisfeita com o governo imperial! Espere um pouco, porque ainda tem mais...

As idéias republicanas entraram também nas faculdades, e muitos intelectuais passaram a fazer propaganda das vantagens do regime republicano em comparação ao monárquico. Em 1870, foi organizado, na cidade do Rio de Janeiro, o **Partido Republicano** que, em dezembro, lançou o **Manifesto Republicano**. Veja alguns trechos desse manifesto:

Neste país, que se presume constitucional, acontece por defeito do sistema que só há um poder ativo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e é esse justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável (...). A própria guerra exterior que tivemos de manter por espaço de seis anos deixou ver (...) o quanto é impotente e desastroso o regime da centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional. A autonomia das províncias é para nós (...) um princípio cardeal e solene que inscrevemos em nossa bandeira (...). Somos da América e queremos ser americanos.

Citado por Luiz Koshiba e Denise M. F. Pereira, *História do Brasil*, p. 239

Havia muita reclamação das províncias, principalmente de **São Paulo**, em relação à centralização imperial. Embora fosse a área economicamente mais ativa, graças ao café, São Paulo tinha menos expressão política que o Nordeste.

Essa centralização conservadora, que garantira a unidade e a estabilidade do Império, agora não era mais necessária. São Paulo queria autonomia para administrar seus negócios, sem tanta interferência da Corte. Por isso, os fazendeiros de café do oeste paulista apoiaram, em 1873, a fundação do Partido Republicano Paulista.

República, para os paulistas, era sinônimo de **federação**. Nas repúblicas federativas, os Estados têm autonomia. Autonomia significaria o controle, pelos Estados, das forças militares, da cobrança dos impostos, da importação de imigrantes. Isso era tudo o que São Paulo queria.

“Somos da América e queremos ser americanos.” Qual a intenção dos redatores do Manifesto Republicano ao fazer essa afirmação?

Pausa

Se o Império passou a representar o atraso, a República era a esperança de progresso. Ainda mais que a perspectiva de um Terceiro Reinado não animava ninguém. Imagine o desânimo com o governo da princesa Isabel, casada com um conde francês bastante antipatizado pela população do Rio de Janeiro.

O governo imperial ainda tentou estabelecer uma série de reformas, por meio do ministério liberal comandado pelo visconde de Ouro Preto. Mas, nada feito. No dia 11 de novembro de 1889, civis e militares reuniram-se com o marechal Deodoro da Fonseca, figura de prestígio no Exército, para convencê-lo a liderar o movimento de derrubada do regime.

Conservador, amigo de Pedro II, Deodoro resistia à idéia de pôr fim à monarquia. Para ele, o problema era apenas de ordem militar. Mas, diante de boatos sobre a reação agressiva do visconde de Ouro Preto, que teria mandado prendê-lo, Deodoro marchou para o Ministério da Guerra, à frente da tropa, na manhã de 15 de novembro. No dia seguinte, a queda do império estava consumada. Dias mais tarde, a família real partia para o exílio na Europa.

Derrubada a monarquia, grandes desafios esperavam os republicanos vencedores. O principal deles era construir uma nação republicana. Vários eram os projetos; diferentes eram as propostas. O que fazer? Veja na próxima aula.

Últimas palavras

Exercício 1

Releia o item **A abolição sem indenização** e enumere as principais diferenças entre as duas sociedades escravistas, a norte-americana e a brasileira.

Exercício 2

Releia o item **A Guerra do Paraguai e o braço forte dos militares** e cite os principais motivos que levaram parte do Exército a deixar de apoiar o Império.

Exercício 3

Releia o item **Contra o centralismo imperial** e explique por que, para os paulistas, república queria dizer federação.

Exercícios

Anos de incerteza: a implantação da ordem republicana

Abertura

No final da Aula 19, você acompanhou os eventos que marcaram o fim do Império. Pôde perceber que a derrubada da monarquia foi um acontecimento incruento, sem grandes conflitos e sem maior participação popular. Muitos confundiram a deposição do governo com uma parada militar. Passada a vitória, restava saber o que fazer com ela - o que fazer com o poder.

Nesta aula, veremos que os diversos grupos civis e militares que proclamaram a República tiveram uma enorme dificuldade de produzir um acordo duradouro que pudesse ordenar o novo regime. Foram quase dez anos de crise, anarquia, incertezas. A República ainda não encontrara o seu rumo.

Movimento

A Constituição de 1891

“Rei morto, rei posto”. Esse velho ditado, utilizado nas monarquias para tratar da sucessão, não servia mais para o Brasil republicano. Rei deposto, vida nova, era o que se anunciava.

Ainda no dia 15 de novembro, foi organizado um governo provisório encarregado de estabelecer a República em nosso país. Sua composição refletia, de certa forma, a **heterogeneidade** do movimento republicano:

- na chefia, o marechal Deodoro da Fonseca, “herói da proclamação”;
- no ministério, uma divisão de pastas entre os principais focos republicanos: São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro;
- destacava-se ainda a presença de Benjamin Constant, professor e doutrinador positivista na Escola Militar.

Militares e civis dividiam o poder. Para Deodoro e vários colegas de farda, a República era sinônimo de **recuperação da honra militar**. Segundo eles, o regime monárquico era dominado por uma elite de bacharéis inteiramente contrária aos interesses militares.

A posição do grupo pode ser assim resumida: a República era a salvação do Exército.

José Murilo de Carvalho, A formação das almas, p. 40

Entre os militares - especialmente os mais jovens -, e também entre os civis, desenvolveu-se a corrente positivista. Para eles, a República era a

salvação da Pátria. (...). A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material(...), e a liberdade espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência.

José Murilo de Carvalho, A formação das almas, p. 42

A corrente positivista, mesmo dividida, teve ativa influência na vida política brasileira na primeira década republicana. Essa corrente, em geral, discordava das idéias liberais de representação política e defendia um governo forte e centralizado, capaz de garantir a ordem e o progresso.

Já para grande parte das elites civis, o importante, naqueles primeiros tempos de República, era promover a **institucionalização do regime**, isto é: caminhar para a criação de leis e instituições que afastassem qualquer ameaça de ditadura militar de Deodoro ou de qualquer outro.

Para essas elites, o modelo republicano passava necessariamente pelo ideário liberal. Defendia-se a ação individual, o mercado, a liberdade política, a divisão do governo em poderes e, finalmente, o **sistema federalista**, capaz de assegurar autonomia aos interesses regionais.

A convocação de uma Assembléia Constituinte e a consagração dos princípios liberais na Constituição de 1891 foram as principais vitórias das elites liberais no início da República.

A aprovação da nova Constituição, em fevereiro de 1891, reordenou a vida política brasileira. O Estado imperial e suas instituições de inspiração européia foram substituídos pelo **modelo republicano norte-americano**. O país finalmente tornava-se americano, como reivindicara o Manifesto Republicano de 1870.

Além da forma de governo republicana, típica da América, a Constituição consagrou o princípio federalista, que garantia ampla autonomia aos Estados (antigas províncias). O federalismo expressava-se na possibilidade de os Estados organizarem forças militares próprias, criarem impostos sobre a exportação e ainda estruturarem uma justiça estadual. Ao governo federal cabia a organização das forças armadas, a emissão da moeda e o poder de intervenção nos Estados em caso de perigo para a ordem republicana.

Essas foram as mais importantes alterações estabelecidas pela nova Constituição na vida política brasileira. O Estado brasileiro, criado no Império sob a égide da centralização, buscava agora outro ponto de equilíbrio, que obrigatoriamente deveria levar em conta os interesses regionais, os interesses dos Estados.

Como era de esperar, a nova Carta pôs fim ao Poder Moderador, exclusivo do imperador. Estabelecia a divisão em três poderes: Legislativo, Executivo, e Judiciário.

O Poder Legislativo passou a ser composto por uma Câmara dos Deputados, com deputados eleitos proporcionalmente à população dos Estados, e um Senado Federal que deixava de ser vitalício, com três senadores por Estado. Os Estados com maior população - como Minas Gerais, São Paulo e Bahia -

foram bastante beneficiados pela nova legislação, pois formavam grandes bancadas na Câmara dos Deputados. Isso lhes garantia amplas parcelas de poder.

O Poder Legislativo ganhou consistência política. O Poder Executivo não possuía mais o direito de dissolvê-lo. O Poder Executivo passava a ser chefiado por um presidente da República, auxiliado por ministros nomeados diretamente por ele. Adotava-se o **sistema presidencialista**. Estava extinta a experiência parlamentarista do Império.

O sistema eleitoral também passou por mudanças. O voto agora passava a ser **universal**, substituindo o censitário, que exigia uma renda mínima para a participação na eleição. As eleições passaram a ser diretas para a presidência da República, para os governantes dos Estados e para os órgãos legislativos federal e estaduais.

Essas importantes novidades, no entanto, não foram acompanhadas de medidas que pudessem ampliar substancialmente a participação popular nas eleições. Foram mantidas as restrições ao voto das mulheres e dos analfabetos. Permaneceu ainda o voto aberto, ou seja, público, não secreto.

Em tempo

O historiador José Murilo de Carvalho nos conta que desde a reforma eleitoral de 1881, ainda no Império, houve uma importante redução no número de eleitores no Brasil. Foi introduzido o voto direto e alfabetizado, o que fez com que a participação eleitoral caísse de cerca de 10% para menos de 1%. A República não alterou esse quadro.

Com a República houve um aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894).

José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, p. 43

A Constituição republicana, mesmo não incorporando amplos setores da população, produziu importantes mudanças políticas. Introduziu um novo modelo político descentralizado. Garantiu amplos poderes aos Estados e ao Poder Legislativo. Necessariamente, o presidente da República teria de ser capaz de negociar com essas duas forças.

Mas, como veremos, não foi bem isso o que ocorreu nos primeiros governos republicanos.

Pausa

Releia a Aula 14 e compare as Constituições de 1824 e 1891.

Simbologia republicana

A República necessitava não apenas de um pacto político. Precisava também tocar os corações de todos os brasileiros, ou melhor, “formar suas almas”, como disse um historiador. Para isso, nada melhor do que interpretar e reconstruir o passado segundo os seus objetivos. Nada melhor do que criar um conjunto de símbolos.

Na construção da simbologia republicana, também esteve presente o conflito entre as diversas facções políticas. A corrente positivista obteve algumas vitórias importantes. A mais significativa delas aconteceu no episódio da mudança de um importante símbolo nacional: a bandeira.

No dia da proclamação da República, alguns republicanos empunharam pelas ruas da capital uma bandeira semelhante à norte-americana, com faixas horizontais nas cores verde e amarela, que ficou conhecida como “bandeira americana”. Os positivistas não gostaram e conceberam uma nova, que tivesse maiores ligações com a nossa história. O modelo positivista tomou por base a bandeira imperial.

Conservaram o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul. Retiraram da calota os emblemas imperiais: a cruz, a esfera militar, a coroa, os ramos de café e tabaco. As estrelas que circulavam a esfera foram transferidas para dentro da calota. A principal inovação, que gerou maior polêmica, (...) foi a introdução da divisa “ordem e progresso” em uma faixa que, representando o zodíaco, cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para a direita.

José Murilo de Carvalho,
A formação das almas, p. 112-113

Apesar das resistências de alguns liberais, a bandeira positivista foi adotada como oficial ainda em novembro de 1889.

A mais importante construção simbólica republicana foi, no entanto, a recuperação da figura de Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes, propositadamente esquecido na época imperial.

A monarquia, como sabemos, construía em torno de d. Pedro I a aura de herói da independência. Mas, no final do Império, a história do Tiradentes mártir da luta contra o domínio português já havia sido recuperada pelos republicanos.

Surgira, no Rio de Janeiro, o Clube Tiradentes, que passara a cultivar a memória do herói. Todos os anos, no dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, seu nome e seu sacrifício eram lembrados.

Nas homenagens, muitas vezes, utilizava-se a imagem do herói como o Cristo crucificado. Com a República, a data se transformaria em feriado nacional, e essa imagem seria reforçada.

Deodoro da Fonseca

José Murilo de Carvalho, com base em jornais de época, assim descreve as homenagens prestadas a Tiradentes no feriado de 21 de abril de 1890:

O préstito saiu dos arredores da Cadeia Velha, em que Tiradentes estivera preso, prosseguiu até a Praça Tiradentes e daí até o Itamaraty, onde Deodoro saudou os manifestantes. Acompanhavam o desfile representantes dos clubes abolicionistas e republicanos, (...) e, em destaque, os positivistas, levando em andor um busto do mártir esculpido por Almeida Reis. (...) Era a celebração da paixão (Cadeia Velha), morte (Praça Tiradentes) e ressurreição (Itamaraty) do novo Cristo.

José Murilo de Carvalho, A formação das almas, p. 64-65

Em tempo

A criação da figura de Tiradentes como herói cívico deu resultado. Sua imagem firmou-se no imaginário popular. Para isso, contribuíram os fatos de ele nunca ter exercido violência contra outras pessoas, de ter sido vítima de uma traição de Silvério dos Reis, o **novo judas**, e de ter assumido toda a culpa da conspiração. Tudo isso

(...) calava profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã. Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro.

José Murilo de Carvalho,
A formação das almas, p. 68

Pausa

Pense um pouco, pesquise, e procure identificar personagens importantes da história brasileira que também foram marcados pela imagem do sacrifício pessoal em defesa da nação.

Todos contra todos

A mudança de regime, em qualquer país, não é algo fácil. Em geral, há um certo tempo de acomodação dos diversos interesses dos grupos vencedores. Na República brasileira, esse tempo foi relativamente longo, cerca de dez anos. Nem mesmo a Constituição de 1891 conseguiu sanar a crise. Foram anos de incerteza e conflito.

Na raiz de tudo isso estava, entre outras coisas, a falta de uma melhor definição sobre o papel que o Poder Legislativo e os Estados deveriam ter no novo regime republicano.

O primeiro presidente da República (eleito pelo Congresso), Deodoro da Fonseca, não conseguiu conviver com um Legislativo forte e **indissolúvel**. Em novembro de 1891, fechou o Congresso, com o objetivo de fortalecer

as atribuições do Poder Executivo. Sem apoio político e militar, foi obrigado a renunciar três semanas depois.

Com a renúncia, tomou posse o vice-presidente, Floriano Peixoto, militar como Deodoro. No seu curto governo (1891-1894), Floriano enfrentaria vários problemas militares e uma dupla revolta: da Marinha e dos federalistas no Rio Grande do Sul. Floriano pôde contar com apoio do Congresso, comandado pelas oligarquias regionais que queriam manter a ordem republicana. Contaria ainda com a adesão de grupos na capital federal, os chamados “jacobinos”, interessados em combater os monarquistas e todos aqueles considerados “inimigos da República”.

Floriano Peixoto

Revolta da Armada

Nem a eleição do civil e paulista Prudente de Moraes conseguiu acalmar aos ânimos. O clima permanecia tenso; nas ruas, os jacobinos denunciavam as indecisões do governo no combate aos monarquistas; havia a fragmentação política no Congresso e, no interior da Bahia, as sucessivas derrotas do Exército perante os rebeldes de Canudos, liderados pelo beato Antônio Conselheiro, que pregava a criação de uma comunidade livre de pecados e criticava a ordem republicana. Em meio a tudo isso, conspirações políticas tentavam derrubar o governo.

AULA
20

Em novembro de 1897, a crise atingiu o ápice: o presidente Prudente de Moraes sofreu um atentado político. Conseguiu sobreviver, e em seu lugar morreu o ministro da Guerra, Machado Bittencourt.

A fracassada tentativa de assassinato do presidente promoveu uma completa reviravolta política. Prudente de Moraes conseguiu terminar seu mandato e eleger seu sucessor, o paulista Campos Sales.

Últimas
palavras

Nesta aula, estamos concluindo a segunda parte do nosso curso.

Em dez aulas, percorremos os diversos momentos da construção do Estado monárquico brasileiro. Tivemos também a oportunidade de estudar as principais razões que levaram à queda do Império.

Na última década do século XIX, com a República, o Brasil iniciava uma nova experiência política. Como vimos, foi uma árdua experiência. Foram anos difíceis. Houve conflito para todo gosto: militares contra militares, civis contra militares, civis contra civis, problemas regionais e outros. A República ainda não encontrara seu leito natural. O Estado republicano ainda estava por ser construído.

Como isso seria feito? Como seria possível criar instrumentos que assegurassem a estabilidade política? É o que veremos nas próximas aulas.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A Constituição de 1891** e explique a seguinte afirmação contida no texto: “O Estado brasileiro, criado no Império sob a égide da centralização, buscava agora um outro ponto de equilíbrio, que obrigatoriamente deveria levar em conta os interesses regionais, os interesses dos Estados”.

Exercício 2

Releia o item **Todos contra todos** e identifique algumas dificuldades encontradas pelos primeiros governos para construir a ordem republicana.



Gabaritos

das aulas 2 a 20

Aula 2 - A grande viagem

1. Aumento do comércio com o Oriente; uso crescente da moeda nas transações comerciais; surgimento de importantes centros de comércio no Mediterrâneo e no mar do Norte; crescimento da riqueza e do poder da burguesia.
2. Norte da África: a conquista de Ceuta e a luta contra os mouros.
Litoral africano: os interesses comerciais – ouro, marfim, escravos e açúcar.
Índias: o controle da rota das especiarias.
América Portuguesa: a colonização.
3. Caravela; mapas e cartas náuticas; bússola; pólvora; imprensa.
4. Em torno do rei se organizaram os diversos setores sociais – a nobreza, a burguesia, a Igreja, a burocracia –, no intuito de mobilizar recursos humanos e financeiros para levar adiante o caro processo da expansão marítima. À Coroa cabiam especificamente as tarefas de arrecadar os impostos e preparar a força militar, componentes indispensáveis para a realização das grandes navegações.

Aula 3 - A chegada à América

1. Os portugueses pretendiam chegar ao Oriente contornando a África; Colombo, acreditando que a Terra era redonda, achava que alcançaria as Índias navegando em direção ao Ocidente. Os portugueses estavam na África desde o início do século XV; os espanhóis se atrasaram na corrida da expansão marítima, porque só em 1469, com o casamento dos príncipes Fernão e Isabel, tiveram uma Coroa forte para comandar a expansão. Portugueses e espanhóis tinham, no entanto, os mesmos objetivos: descobrir novas rotas de comércio, explorar terras ricas em ouro, expandir a fé cristã e viver aventuras.
2. A relação com o corpo e a maneira de se vestir; a língua falada; a relação com o dinheiro e a posse de objetos.

3. Poderão ser citados exemplos de diferenças entre países (Brasil e Estados Unidos); entre regiões (Oriente e Ocidente); dentro do mesmo país (sul e nordeste).
4. Não é verdade. Os incas, maias e astecas construíram impérios desenvolvidos na América, com agricultura próspera, alto grau de conhecimento em matemática e engenharia, além de uma produção artística de grande valor e beleza.

Aula 4 - Visões do paraíso

1. A carta de Caminha mostra todo o encantamento que a terra desconhecida despertou nos portugueses. O clima agradável, a grande extensão de terras, a abundância de água e de vegetação, a beleza dos habitantes, tudo indicava que os viajantes haviam chegado ao paraíso.
2. Nas Índias, o objetivo dos portugueses era controlar o rico comércio lá existente, precisando, para isso, dominar os chefes locais. Na América, os portugueses não encontraram inicialmente nada que precisassem conquistar, pois a gente da terra não possuía produtos que pudessem interessar ao comércio europeu.
3. D. Manuel não ficou animado com as notícias da terra, porque nela não parecia existir nenhuma riqueza mineral. A terra também não oferecia nenhum produto atraente para o mercado europeu.
4. O direito de explorar a madeira foi aberto a comerciantes portugueses, que tinham de pagar o quinto (20%) de imposto ao Tesouro Real. Por meio do sistema de escambo, os nativos derrubavam as árvores, arrumavam-nas em toras e as embarcavam nos navios, recebendo, em troca, machados, facas, colares e tecidos. A madeira era guardada em pequenos fortes, chamados de feitorias, onde também se abrigavam os tripulantes dos navios que vinham buscar o pau-brasil.
5. Apesar de não terem constituído grandes impérios, os habitantes da “terra do brasil” tiveram presença marcante tanto nos momentos iniciais de exploração da América Portuguesa quanto no processo posterior de colonização. Ao contrário do que se afirma, o indígena foi uma mão-de-obra fundamental no aproveitamento econômico da colônia.
6. A crise da exploração do pau-brasil; a ameaça estrangeira na região; as notícias da existência de riquezas minerais no sul da América; o declínio do comércio com as Índias.

Aula 5 - O início da colonização portuguesa

1. A estratégia da Coroa portuguesa foi impulsionar a ocupação da sua colônia americana. Para isso, tratou de estimular a criação de um importante pólo produtivo baseado na produção do açúcar.

2. O desenvolvimento da empresa açucareira modificou a face de uma importante região na colônia. Os lucros do açúcar foram fundamentais para assegurar a posse das terras brasileiras para a Coroa portuguesa. A economia açucareira também foi importante na geração de outras atividades econômicas na colônia.

Aula 6 - Trabalho e escravidão na América Portuguesa

1. Em geral, eram grandes unidades produtivas. Nelas, houve o predomínio do trabalho escravo africano. Trabalhadores livres participavam de algumas fases da produção. Havia divisão de trabalho, e a matéria-prima era transformada no interior do engenho. A produção era voltada para o mercado externo.
2. O trabalho escravo foi uma das bases da colonização portuguesa. Apesar da resistência dos próprios índios e dos jesuítas, a escravidão indígena permaneceu em diversas regiões coloniais por larga margem de tempo. O trabalho escravo do africano esteve presente nas principais atividades econômicas (rurais e urbanas) durante a maior parte da época colonial.

Aula 7 - A colonização espanhola e inglesa na América

1. Formação de colônias voltadas para a metrópole europeia; controle rígido da produção colonial; controle da circulação de idéias; fortes exigências fiscais e controle político-administrativo.
2. Em linhas gerais, poderiam ser citados os seguintes traços básicos: economia agrária de base familiar; forte importância da religião nos hábitos e costumes; presença dos "servos por contrato"; desenvolvimento de atividades comerciais e urbanas.

Aula 8 - Estado e Igreja na aventura colonizadora

1. A extensão do território colonial obrigou o Estado português a delegar poderes às ordens religiosas e às Câmaras Municipais.
2. Por meio da língua geral, os jesuítas promoveram a catequese e divulgaram os valores da cultura europeia e cristã, o que contribuiu para a desagregação das antigas culturas indígenas.

Aula 9 - O território se amplia

1. Até o século XVII, os portugueses não haviam conseguido conquistar o interior da colônia. O interesse na exploração da agroindústria açucareira no litoral nordestino, associado aos perigos do sertão (os ataques dos índios e as dificuldades de sobreviver numa terra selvagem), fizeram com que os colonizadores se fixassem na costa.

2. O Tratado de Tordesilhas foi um acordo assinado em 1494, entre os reis de Portugal e Espanha, tratando da divisão das “novas” terras da África, da Ásia e da América. Em 1580, o rei espanhol Filipe II ocupou o trono português, ocorrendo a chamada União Ibérica. A partir de então, todas as terras americanas ficaram sob o domínio de uma só Coroa, o que facilitou a penetração de portugueses em regiões que pertenciam ao domínio espanhol.
3. Inimiga da Holanda, a Coroa espanhola proibiu a participação dos holandeses no lucrativo negócio do açúcar. Inconformados com essa proibição, os holandeses resolveram ocupar a principal área produtora de cana, o litoral nordestino. Primeiramente, ocuparam Salvador, capital da colônia, onde ficaram por um ano (1624-1625). Em 1630, dominaram a capitania de Pernambuco, de onde partiram para ocupar o litoral de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Permaneceram no Nordeste até 1654, quando foram expulsos.
4. Isolados do litoral pela serra do Mar, e tendo facilidade de penetrar no interior por causa dos rios que partiam da vila de São Paulo, os paulistas buscaram no sertão o “remédio” para a sua pobreza: a caça ao índio e a busca do ouro. Organizando as chamadas bandeiras, os paulistas ocuparam regiões que, pelo tratado de Tordesilhas, deveriam pertencer aos espanhóis.
- 5.

| REGIÕES | ATIVIDADE ECONÔMICA | MÃO-DE-OBRA |
|-----------------------|--|--|
| Litoral nordestino | Agroindústria açucareira | Escravo negro |
| Sertão nordestino | Pecuária | Trabalho livre (brancos, negros e índios) |
| Amazônia | Drogas do sertão | Índios |
| São Vicente/São Paulo | Caça ao índio; busca de ouro | Trabalho livre (brancos, índios mestiços) |
| Minas | Busca de riquezas minerais | Escravo negro |
| Sul | Tropas de mulas, pecuária; agricultura de subsistência | Branco e mestiços |
| Maranhão | Algodão | Negro, índio |

Aula 10 - Colônia e metrópole, uma relação em crise

1. As primeiras descobertas de ouro atraíram milhares de pessoas para a região mineradora descoberta na América Portuguesa. Eram pessoas de diferentes profissões e classes, que vieram da metrópole e de diversos pontos da colônia em busca de riqueza fácil. Ao contrário da lavoura canavieira, que exigia alto investimento, a mineração oferecia oportunidades de enriquecimento rápido mesmo àqueles com poucos recursos.
2. Relações econômicas com as outras regiões da colônia, e não apenas com Portugal; crescimento urbano, com o surgimento de vilas e povoados; possibilidade de ascensão social até mesmo para os escravos, que podiam conquistar a sua liberdade; surgimento de uma sociedade mais diferenciada, com pessoas de diferentes profissões, origens e classes.
3. Criação da Intendência das Minas, encarregada de administrar as áreas mineradoras; criação de casas de fundição, no Rio de Janeiro e em Vila Rica, para transformar o ouro em barras e controlar a arrecadação do quinto (20%) devido à Coroa; cobrança de taxas sobre os escravos e pedágios nas estradas; cobrança de uma cota fixa de 100 arrobas por ano por área mineradora.
4. Em sérias dificuldades econômicas desde a queda do preço do açúcar no mercado internacional, Portugal cobria, com o ouro saído das Minas Gerais, suas dívidas comerciais com a Inglaterra, de quem comprava manufaturados, principalmente tecidos de lã e algodão.
5. O Pacto Colonial, que estabelecia a relação de dependência e submissão da colônia em relação à metrópole, estava em crise. À medida que a sociedade colonial se desenvolvia e se diversificava, e que o controle da metrópole se intensificava, organizaram-se em algumas regiões (Vila Rica, Salvador, Rio de Janeiro) movimentos com o objetivo de acabar com o domínio português.

Aula 11 - A colônia se vestiu de metrópole

1. A importante medida deu maior dinamismo à economia colonial, pois favoreceu a entrada legal de mercadorias estrangeiras, principalmente inglesas, na colônia. Permitiu ainda maior liberdade econômica aos produtores coloniais, uma vez que extinguiu o monopólio comercial português.
2. A presença da Corte na cidade modificou a face da antiga capital colonial. O Rio de Janeiro agora era a “nova Lisboa”, a sede do governo imperial e da Corte. As ordens para todo o império emanavam do Rio de Janeiro. Esse fato era visto com desconfiança, especialmente pelas elites de outras regiões da colônia, que se sentiam marginalizadas pelo poder real.

Aula 12 - A América independente

1. A República pernambucana estabeleceu a defesa de princípios liberais como tolerância religiosa, liberdade de consciência e igualdade de direitos.

2. Principal articulador da independência, o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva acreditava que a instituição de uma ordem republicana no Brasil resultaria em anarquia e fragmentação política, a exemplo do que já estava acontecendo em alguns países da América Hispânica. O estabelecimento de um novo governo, baseado na tradição monárquica, poderia preservar a unidade e a ordem política.

Aula 13 - Mantendo a unidade

1. Unificar as diversas regiões, impedindo a desintegração do território do grande país; garantir a ordem social em um país onde a maioria da população era formada por negros, índios e mestiços; construir uma nação civilizada nos trópicos.
2. As guerras de independência, principalmente na Bahia (1823), provocadas pela recusa do comandante das tropas portuguesas em aceitar a independência proclamada por d. Pedro a 7 de setembro; a Confederação do Equador (1824), ocorrida em várias províncias nordestinas que desejavam separar a região do resto do Império; e a Guerra da Cisplatina (1825-1828), quando a Província Cisplatina se separou do Brasil e formou a República do Uruguai.
3.
 - a) Crise econômica; crise política, com a falta de autoridade que emanava da figura do imperador; desejo de mais autonomia para as províncias; defesa de idéias republicanas; rivalidades políticas locais; insatisfação da população com a alta generalizada de preços dos produtos de maior necessidade.
 - b) O fortalecimento do poder central. Para tanto, foi antecipada a maioridade de d. Pedro II, que, com apenas 14 anos, subiu ao trono como o segundo imperador brasileiro. Estava assim, de volta, a autoridade imperial.

Aula 14 - Impondo a ordem

1.
 - a) A atribuição do Poder Moderador ao imperador. Este, além de ter o Poder Executivo, era o responsável pelo equilíbrio entre os outros poderes, o Legislativo e o Judiciário. Esse artigo conferia um caráter centralizador e autoritário à organização política brasileira.
 - b) As limitações à participação de grande parte da população no processo eleitoral. Só podia votar e ser votado quem possuísse uma determinada renda. A cidadania política foi muito restrita durante o Império.
2. Os jurujubas, liberais exaltados, defendiam a república e uma organização mais democrática da sociedade brasileira; os chimangos propunham uma monarquia liberal; os caramurus queriam a volta do ex-imperador ao trono brasileiro e a imposição do absolutismo imperial.

- a)** Centralização do poder nas mãos do imperador, que, por meio do Poder Moderador, estava acima dos outros poderes; **b)** manutenção da unidade territorial, com redução da autonomia das províncias e centralização do poder no Rio de Janeiro, onde estava a Corte; **c)** repressão violenta às rebeliões sociais, com o emprego do Exército, e, principalmente, da Guarda Nacional.

Aula 15 - Construindo a civilização

1. Para Varnhagen, índios e negros eram “bárbaros”. Por isso, não podiam fazer parte da história de um país que desejava ser considerado “civilizado”. Varnhagen considerava que o português, branco, trouxera a civilização cristã para o Brasil.
2. Com os Estados Unidos da América do Norte, as relações políticas foram difíceis: o modelo norte-americano, republicano e federativo, não era bem visto pela elite política brasileira, que preferia a monarquia e a centralização unitária.
Com os vizinhos do sul – Argentina, Paraguai e Uruguai –, o Império brasileiro manteve um relacionamento de força, com a ocorrência de vários conflitos na região, em especial a guerra contra o Paraguai.
As diferenças entre o Império brasileiro e as repúblicas do Prata eram muito grandes. Enquanto o Brasil havia conseguido manter a integridade do seu território, transformando-se em uma monarquia centralizada e estável, a região do Prata se dividira em várias repúblicas, freqüentemente governadas por caudilhos que se impunham pela força das armas.

Aula 16 - O Império era o café

1. Clima favorável e terras disponíveis; capitais advindos da transferência de recursos de outras culturas e de atividades comerciais; abundante mão-de-obra escrava africana; presença de capitais norte-americanos e europeus na exportação do produto; melhoria no sistema de transportes, com a introdução da estrada de ferro.
2. Francisco Werneck, barão de Pati de Alferes, criticava a escravidão africana. Denominava-a “gérmen roedor do Império do Brasil”. Mesmo assim, não via com bons olhos a substituição do trabalho escravo pelo livre nas grandes fazendas de café. Acreditava que o homem livre logo se desobrigaria do trabalho na fazenda para trabalhar por conta própria.

Aula 17 - Desafios e mudanças no Império do Brasil

1. A medida, adotada em 1845, permitia à Marinha inglesa apresar navios negreiros que rumassem para o Brasil. Foi um importante momento da estratégia inglesa de acabar rapidamente com o tráfico de escravos africanos para o Brasil.

2. O avanço do tráfico interno (do nordeste para o sudeste); a Lei de Terras, que teve por objetivo facilitar a maior utilização do trabalho livre nas grandes fazendas; o estímulo à imigração; a adoção, pelo governo, de uma estratégia de extinção gradual da escravidão africana.

Aula 18 - Modernização e imigração

1. Grande disponibilidade de terras para o avanço da economia cafeeira na região; investimentos em tecnologia devido ao problema da “falta de braços”; avanço na utilização de mão-de-obra livre e imigrante; melhoria no serviço de transportes, com a criação de importantes ferrovias.
2. Uma delas foi a ocupação de áreas pouco povoadas, ou estratégicas, por colônias estrangeiras. Essa política colonizadora ganhou maior impulso no extremo sul do país (nos atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A outra vertente foi o estímulo à vinda de imigrantes para as regiões cafeeiras. O objetivo era resolver o problema crônico da “falta de braços”, agravado pelo declínio da escravidão africana.

Aula 19 - Anos de ruptura

1. Nos Estados Unidos, o trabalho escravo só existia nos Estados do sul, onde era usado nas grandes plantações de fumo e algodão; no norte, não havia escravidão. No Brasil, a escravidão estava em toda parte: o uso do trabalho escravo era generalizado. No Brasil, a escravidão terminou em 1888, com uma lei encaminhada pela princesa Isabel. Nos Estados Unidos, a escravidão só terminou após uma terrível guerra entre o norte e o sul.
2. A partir da Guerra do Paraguai, os militares passaram a exigir participação mais ativa na política, o que não era bem visto pela elite política imperial. Além disso, foi grande a divulgação, nos meios militares, das idéias positivistas, que pregavam a necessidade de uma república militar e autoritária para levar adiante a ordem e o progresso no país.
3. Região mais próspera do país, São Paulo queria autonomia para administrar seus negócios, sem tanta interferência da Corte. Nas repúblicas federativas, os Estados têm autonomia para cobrar impostos, organizar forças armadas, importar imigrantes. Era tudo o que São Paulo queria.

Aula 20 - Anos de incerteza: a implantação da ordem republicana

1. A Constituição de 1891 consagrou o princípio do federalismo, que garantiu amplos poderes aos Estados. O poder central, a União, necessitava agora, mais do que nunca, negociar com os governadores dos Estados para poder governar o país.
2. Havia enorme fragmentação política. Não existia o mínimo de consenso. As lideranças militares encontravam-se divididas. Houve, inclusive, uma rebelião da Marinha contra o governo do marechal Floriano Peixoto.

Acesse: <http://fuvestibular.com.br/>

Grupos políticos gaúchos também pegaram em armas contra o governo de Floriano. Outro elemento desestabilizador foi a ação de grupos radicais (os “jacobinos”) que lutaram contra um possível retorno da monarquia. Tudo isso animava muitos grupos políticos a tentar tomar o poder pelas armas.



Ilustrações

Página

| | |
|----|--|
| 19 | Partida de Estácio de Sá de Bertioga para o Rio da Janeiro (detalhe) - BENEDITO CALIXTO |
| 26 | Urna funerária indígena - JEAN-BAPTISTE DEBRET Américo Vespúcio em contato com índios - Autor desconhecido |
| 31 | Tipos indígenas - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 32 | Primeira missa - VÍTOR MEIRELES |
| 39 | Os cambistas - QUINTIN MATSYS |
| 41 | Casa do Conselho - J.WASTH RODRIGUES |
| 44 | Barcaça sem vela - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 45 | Moagem de cana no engenho (detalhe) - BENEDITO CALIXTO |
| 48 | Tipos africanos - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 60 | Missão - J.WASTH RODRIGUES |
| 68 | Batalha de Guararapes (detalhe) - Autor desconhecido |
| 69 | Soldados índios de Moji das Cruzes - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 72 | Acampamento com mulas - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 75 | (lateral) Trabalhos em cestaria - JEAN-BAPTISTE DEBRET (pé da página) Trabalhos em madeira - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 78 | Extração de diamantes - CARLOS JULIÃO |
| 80 | Tiradentes ante o carrasco (detalhe) - RAFAEL FALCO |
| 84 | Aclamação de d. João VI - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 87 | Baía de Guanabara - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 88 | Mucamas na rua - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 89 | D. João chegando à igreja do Rosário - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 90 | O regente d. João - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 91 | Vista do Rio de Janeiro - JEAN-BAPTISTE DEBRET Auto-retrato - JEAN-BAPTISTE DEBRET |
| 93 | Recife, Pátio do Terço - AUTOR DESCONHECIDO |
| 97 | O príncipe d. Pedro - JEAN-BAPTISTE DEBRET |

Página

- 98** José Bonifácio de Andrada e Silva (detalhe) - OSCAR PEREIRA DA SILVA
- 99** Aclamação de d. Pedro I - JJEAN-BAPTISTE DEBRET
- 103** Vista do largo do palácio do Rio de Janeiro - JEAN-BAPTISTE DEBRET
- 104** Abdicação do primeiro imperador do Brasil, d. Pedro I - AURÉLIO DE FIGUEIREDO
- 106** Pedro II, ainda criança - AUTOR DESCONHECIDO
- 112** Pedro II, jovem - FRANÇOIS RENÉ MOREAUX
- 115** Coroação do imperador d. Pedro I - JEAN-BAPTISTE DEBRET
- 116** O grito do Ipiranga - VÍTOR MEIRELES
- 118** Caboclo - JEAN-BAPTISTE DEBRET
- 120** Vista da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a partir da Ilha das Cobras - AUTOR DESCONHECIDO
- 127** Cafezal - PERCY LAU
- 128** Socando café no pilão - J. LAURENS
- 131** Colar de ferro - JEAN-BAPTISTE DEBRET
- 139** A fábrica de gás do Rio de Janeiro - AUTOR DESCONHECIDO
- 140** Estrada de Ferro Pedro II - SISSON
- 143** Tipos africanos - JEAN-BAPTISTE DEBRET
O operário - QUIRINO CAMPOFIORITO
Imigrantes - ANTONIO ROCCO
- 146** Tração animal para moagem - JEAN-BAPTISTE DEBRET
- 147** Três cenas com escravos - JEAN-BAPTISTE DEBRET
- 149** Batalha naval do Riachuelo - BERNARDO DE MARTINO
- 155** Proclamação da república (detalhe) - HENRIQUE BERNARDELLI
- 156** Tiradentes ante o carrasco (detalhe) - RAFAEL FALCO
- 157** Marechal Floriano Peixoto - ALMEIDA JR.

Bibliografia

- Ana Luiza Martins, *O império do café*, São Paulo, Atual, 1990.
- Boris Fausto, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 1995.
- Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1948.
- Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1968.
- Carl Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, São Paulo, Nacional, 1963.
- Elza Nadai e Joana Neves, *História do Brasil*, São Paulo, Saraiva, 1993.
- Emília Viotti da Costa, "Introdução ao estudo da emancipação política no Brasil", em *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difel, 1968.
- Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.
- Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*, São Paulo, Hucitec, 1979.
- Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- Francisco Alencar, Lúcia Carpi e Marcus Venício Ribeiro, *História da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.
- Francisco Carlos T. da Silva, "Conquista e colonização da América Portuguesa", em Maria Yeda Linhares (org.), *História geral do Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- Hamilton Monteiro, *Brasil Império*, São Paulo, Ática, 1986.
- Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, São Paulo, Atual, 1991.
- Ilmar Mattos e outros, *História: 1ª série do 1º grau*, Rio de Janeiro, Francisco Alves/Edutel, 1977.
- Ilmar Mattos, *Tempo saquarema*, São Paulo, INL-Hucitec, 1987.
- Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves, *O império da boa sociedade*, São Paulo, Atual, 1991.
- Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo, *Colombo e a América*, São Paulo, Atual, 1991.
- João Antônio Andreoni (Antonil), *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, São Paulo, Nacional, s/d.
- José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Laura Vergueiro, *Opulência e miséria das Minas Gerais*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- Luiz Koshiba e Denise M. F. Pereira, *História do Brasil*, São Paulo, Atual, 1993.
- M. L. Belloto e A. M. Correa, *A América Latina de colonização espanhola*, São Paulo, Hucitec, 1979.
- Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1972.
- Simón Bolívar, *Escritos políticos*, Campinas, Editora da Unicamp, 1982.
- W. Ceram, *Deuses, túmulos e sábios*, São Paulo, Melhoramentos, 1956.

Acesse: <http://fvestibular.com.br/>

Para suas anotações

Acesse: <http://fvestibular.com.br/>

Para suas anotações

Acesse: <http://fuvestibular.com.br/>

Para suas anotações

Acesse: <http://fvestibular.com.br/>

Para suas anotações

Acesse: <http://fuvestibular.com.br/>

Para suas anotações

Acesse: <http://fvestibular.com.br/>

Para suas anotações